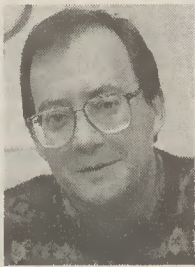


Vencer preconceitos

O que indigna e desacredita é a regularidade com que alguns partidos e os respectivos deputados se prestam a fazer exactamente o contrário do que antes prometeram, a facilidade com que afirmam o oposto do que têm por intenção vir a fazer, o à-vontade com que partem, sem cuidar de princípios, em busca do voto fácil..



■ **Jorge Cordeiro** Pág. 21

Demanda de Cuba contra os EUA

A demanda apresentada no Tribunal de Havana contra o governo dos EUA por prejuízos causados ao povo cubano assenta num vasto conjunto de factos registados ao longo de quatro décadas. Trata-se de um verdadeiro testemunho do combate empreendido pelos EUA, sem olhar a meios, contra um país que se afirma soberano e independente.

Pág. 22 e 23

A juventude e a guerra

A nova Lei do Serviço Militar agora aprovada na Assembleia da República tem de ser olhada não só pelo conteúdo do modelo instituído, mas também pelo ângulo das causas que fundamentaram a opção por umas Forças Armadas de base essencialmente profissional.

■ **João Amaral** Pág. 24

Estórias do «fim da história»

Quero eu dizer com isto que esta história está mal contada, que também aqui Fukuyama não chegou ao fim da história...

■ **José Casanova** Pág. 25

Avante!

Órgão Central do Partido Comunista Português

Semanário • ISSN 0870-1865 • 29 de Julho de 1999 • Preço: 180\$00 (IVA Incluído) • N.º 1339 • Director: José Casanova

Trabalhadoras da Filda readmitidas



Fez-se justiça

As 11 trabalhadoras que desde 8 de Fevereiro estavam impedidas de entrar na empresa por se terem recusado a aceitar uma mudança de turno que lhes foi imposta pela administração, e que todos os dias cumpriram o seu horário de trabalho à porta da fábrica, viram a sua luta recompensada. O Tribunal de Trabalho deu-lhes razão e segunda-feira, acompanhadas por um funcionário judicial, puderam voltar finalmente ao serviço.

Págs. 5 e 6

Festa
1999
Avante!

3, 4 e 5 Setembro
Atalaia • Amora • Seixal

Não há Festa como esta!

Debates • Cultura • Desporto
Espectáculos • Exposições

Págs.
13 a 20





As 11 trabalhadoras da Filda foram readmitidas ao serviço, acompanhadas por um funcionário do Tribunal do Trabalho de Famalicão

RESUMO

21 Quarta-feira

O projecto de relatório da comissão de inquérito parlamentar sobre a JAE conclui que houve corrupção e abuso de poder ■ Pina Moura anuncia que o preço da gasolina não será alterado até às eleições legislativas ■ Xanana Gusmão afirma rejeitar uma reacção violenta dos militares indonésios a uma possível vitória dos independentistas na consulta sobre o futuro de Timor-Leste ■ Em Espanha, a antiga direcção do Herri Batasuna é libertada ■ São encontrados o corpo de John Kennedy Jr., da mulher e da cunhada.

22 Quinta-feira

O comunista Joaquim Miranda é nomeado pelo PE presidente da Comissão de Desenvolvimento, enquanto Graça Moura, PS, será primeiro vice-presidente da Comissão de Cultura, Juventude, Educação, Media e Desportos e Paulo Portas, PP, terceiro vice-presidente da Comissão do Emprego ■ Jorge Sampaio visita a Universidade dos Açores ■ Os deputados europeus manifestam a sua recusa em reconstruírem a Sérvia enquanto Milosevic estiver no Poder ■ O PKK ameaça iniciar uma guerra aberta e violenta caso o seu líder, Abdullah Ocal, seja executado ■ Gerry Adams encontra-se com Tony Blair para debater o desarmamento do IRA.

23 Sexta-feira

O PCP apresenta linhas programáticas para o distrito de Setúbal ■ Tribunal condena João Caldeira, ex-chefe de contabilidade da Parque Expo, a sete anos de prisão ■ A ONU pondera novo adiamento do referendo de Timor-Leste ■ São assassinados por albaneses 14 camponeses sérvios em Gracko ■ O exército jugoslavo adverte que apoia o Presidente Milosevic e que impedirá qualquer tentativa de derube do regime ■ Ataques da UNITA isolam cidade do Huambo ■ Faleceu o rei Hassan II de Marrocos ■ Na sequência da crise das dioxinas, 300 unidades produtoras de suínos são obrigadas a fechar e a Holanda decreta a interdição imediata à importação da carne belga.

24 Sábado

Ramos Horta chega às Filipinas, onde pede o apoio do Governo filipino a um acordo com a Indonésia para o desarmamento das milícias e a retirada das tropas de Timor-Leste ■ Haia anuncia o fim da interdição geral de importação de porcos e carne de porco belgas na Holanda ■ A Marinha dos Estados Unidos anuncia que os

destroços do avião em que viajava John Kennedy Jr. serão reconstruídos para se apurarem as causas do acidente fatal para os três ocupantes.

25 Domingo

O padre Melícias, comissário para o Apoio à transição de Timor, admite rejeitar instabilidade social após o processo de consulta ao povo timorense ■ Milhares de marroquinos concentram-se nas ruas de Rabat para prestar a última homenagem ao seu monarca Hassan II ■ Bernard Kouchner, administrador nomeado pelas Nações Unidas para o Kosovo, atribui plena autoridade de si próprio sobre a província sérvia e defende como prioridades a restauração da lei e da ordem, a administração de serviços humanitários de urgência e o lançamento dos processos políticos e económicos ■ O ministro dos Negócios Estrangeiros indiano, Jaswant Singh, confirma que a Índia quer ratificar o tratado sobre interdição dos ensaios nucleares.

26 Segunda-feira

As 11 trabalhadoras da Fábrica de Fiação Filda são readmitidas ao serviço, acompanhadas por um funcionário do Tribunal do Trabalho de Famalicão ■ Confrontos entre milícias pró-integracionistas e grupos pró-independentistas fazem quatro feridos em Díli ■ A Procuradoria-Geral da República guineense emite uma dezena de mandatos de captura contra altas personalidades da vida política, social e económica por crimes de guerra ■ O Presidente indonésio Habibie adia mais uma semana a divulgação dos resultados oficiais das eleições legislativas ■ A Kfor impede o funeral dos 14 camponeses sérvios assassinados para proceder à autópsia dos cadáveres.

27 Terça-feira

Comissão parlamentar de inquérito ao caso JAE aprova relatório final que conclui pela existência de corrupção, com a abstenção do PSD e votos a favor dos restantes partidos ■ O Grupo Parlamentar comunista visita região do Algarve, constatando que o Governo apenas investiu cerca de metade do programado no II QCA ■ A Plataforma Reivindicativa Comum dos sindicatos dos professores e a Federação Nacional de Educação apresentam ultimato ao Governo para cumprir antes do fim da legislatura os acordos feitos sobre salários e carreiras docentes do ensino superior ■ O Governo belga decide comprar, no país e no estrangeiro, toda a carne de porco suspeita de contaminação com dioxinas.

EDITORIAL

Questões de estilo

Durão Barroso terminou, enfim, a sua volta a Portugal. A derradeira etapa da prova teve lugar na Madeira, na festa de Chão da Lagoa tradicionalmente organizada sob os auspícios de Alberto João Jardim que nela desempenha, também e sempre, o principal papel. Trata-se, quer pelas características sócio-culturais de que se reveste, quer pela forma e pelo conteúdo do discurso político ali produzido, de uma festança única e que o afinal imitável Rei Ubu não desdenharia promover. A edição deste ano do memorável evento foi antecedida de enorme expectativa: como iria ser recebido e qual iria ser o comportamento do actual líder do PSD?; conseguiria integrar-se no espírito da festa?; Jardim iria repetir-lhe os mimos com que o brindou há uns meses quando da sua ascensão a líder do partido?; se assim fosse, como reagiria o ofendido? – enfim, muitas e várias eram as interrogações que tal visita suscitava.

Feitas as contas, verifica-se que, afinal, tudo correu como era de esperar: o previsível Jardim disse que não disse o que disse há uns meses e o quase tão previsível Barroso, graças a um meritório esforço de postura e a uma notável capacidade digestiva, logrou uma prestação ao nível da festa e do respectivo patrono.

A volta de Barroso tinha como objectivos essenciais, ao que parece, demonstrar a sua condição de líder do PSD, tornar-se conhecido dos eleitores e mostrar que o PS não é melhor do que o PSD na aplicação da política de direita que é a menina dos olhos de ambos. Se conseguiu ou não alcançar todos ou alguns dos seus objectivos é coisa de somenos, sendo certo, no entanto, que nem a viagem de autocarro – com todo o seu foguetório mediático – nem a apoteose de Chão da Lagoa – com tudo o que teve de grotesco e bizarro – lograram apagar, ou sequer atenuar, dos rostos de Barroso e dos que ainda o seguem, as perspectivas com que encaram as próximas eleições: a derrota está-lhes escrita nas faces de forma indelével.

Para além disso, se dúvidas houvesse quanto às diferenças existentes entre o PSD e o PS, a volta ao continente, a festa da Madeira e outras ocorrências subsequentes tê-las-iam dissipado completamente: de facto, os dois partidos têm, às vezes, estilos diferentes.

Guterres faz a volta a Portugal enquanto Primeiro Ministro, seguido por um infindável cortejo de ministros e secretários de Estado, elogiando-se por todas as abastanças que nos têm prodigalizado e prometendo mais, sempre mais – mais ou menos como o PSD fez durante uma década; Barroso, quase sozinho, viaja de autocarro, horroriza-se com o que vê e promete que com ele tudo será melhor – mais ou menos como o PS fez durante uma década; Guterres, no poleiro, convoca as Cortes para o Coliseu e a louvação acontece ao som de Vangelis; Barroso, no galho rasteiro de Chão da Lagoa, pula, grita, jardina, tendo como música de fundo ora a «Macarena» ora o «Hino do PSD/Madeira».

Barroso exibiu-se surpreendido e escandalizado face às queixas que ouviu no continente, vindas de pessoas que «não conseguiram emprego porque não tinham o cartão do partido do Governo». (E há-de ter ouvido falar também de outras

pessoas que conseguiram emprego precisamente por terem o tal cartão: é bom lembrar os vários milhares de suculentos «jobs» distribuídos a outros tantos famintos «boys»). Mas o que mais surpreende é a surpresa de Barroso face a tão escandalosos compadrios, sabendo ele que o PSD, certamente num estilo por vezes diferente, fez durante dez anos exactamente o mesmo que o PS faz há quatro. Tal como em relação ao uso e abuso do Poder na caça ao voto, modalidade em que PS e PSD pedem meças um ao outro. De qualquer forma, Barroso esteve na festa da Madeira quase como peixe na água. E quando embalou no discurso ousou mesmo afirmar que «em Portugal, há um problema de qualidade de democracia» mas que, em contrapartida, «na Madeira, a liberdade, a democracia, a justiça social e o desenvolvimento têm um nome: Alberto João Jardim»... E quando se esperava uma desculpa pelo *lapsus linguae*, o líder do PSD reincidiu garantindo que a Madeira «representa a verdadeira tradição de liberdade do PSD».

Passou-se tudo isto depois de Jaime Ramos, secretário-geral do PSD/Madeira, entre outras coisas, ter atacado «as garras colonialistas de Lisboa» e ter afirmado, sempre sem pestanejar, que «nós, os madeirenses, somos melhores e mais inteligentes do que o povo do continente». Passou-se tudo isto, também, depois de o Presidente do Governo Regional da Madeira e membro do Conselho de Estado ter sentido a necessidade de esclarecer que «não quero a independência da Madeira» e de, no seu estilo característico, ter mimoseado Guterres, o PS e Mário Soares com uma rajada de jardinadas.

Porque foi depois de tudo isto, insistiu-se, que o líder do PSD disse o que disse e rematou a sua intervenção com um vibrante «Viva a Madeira livre!». Aqui chegados, faltava-lhes apenas, como diz o «Público», cantar em coro «o hino separatista (“Madeira é livre!”), obrigatório nesta festa». E assim fizeram.

Vem agora o PS, por intermédio de Edite Estrela, lavar o seu inflamado protesto, criticar... as diferenças de estilo. Na verdade, a indignação lida pela dirigente nacional do PS reporta-

-se quase exclusivamente ao facto de na festa do PSD terem sido ofendidas «algumas das instituições e individualidades mais queridas do povo português», a saber: António Guterres e o seu Governo e Mário Soares. E, no seu estilo, Edite desce ao nível dos que critica. Num discurso que, certamente, ninguém se atreverá a considerar de «dona de casa», acusa Barroso de «cumplicidade assumida» por efeito do seu silêncio e devolve-lhe, bem como a Jardim, todas as «ofensas» que neles critica e ainda mais: «Mafioso rima é com Barroso», Jardim é «um caso do foro psiquiátrico», «tão ladrão é o que vai à horta como o que fica à porta».

Curiosamente, a declaração política do PS passa como gato sobre brasas pelo que de mais grave foi dito em Chão da Lagoa. Os ventos de separatismo soprados nos discursos dos três dirigentes do PSD são referidos na nota do PS num estilo tão discreto e comedido que é legítimo supor que se Jardim não tivesse agredido verbalmente as tais «instituições e individualidades mais queridas do povo português», o mais certo era não haver qualquer reacção do PS. Está confirmado: entre eles podem travar-se edificantes batalhas verbais mas não se discute nem disputa nenhuma das mudanças reais de que o país precisa.

Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português
Rua Sacro Pereira Gomes, 3
— 1600 - 196 Lisboa - Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO:
Rua Sacro Pereira Gomes, 3 — 1600 - 196 Lisboa
Tel. 796 97 23/796 97 22. Telex 18390
Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO:
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis, 90, 7.ª A,
— 1169-161 Lisboa.
Capital social: 15 000 000\$00. CRC matricial: 47058.
NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO ADE'S
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis, 90, 7.ª A,
— 1169-161 Lisboa
Tel. (01) 815 34 87/815 35 11
Fax: 815 34 95

Alterações de remessa:
Até às 17 horas de cada sexta-feira:
Tel. (01) 815 34 87/815 35 11

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL
DELTAPRESS

Delegação Lisboa:
Tapalim Novo
Capa Rota — Lishb. — 2710 Sintra
Tel. (01) 924 04 47

Delegação Norte:
Zona Industrial da Maia
Sector IX
Rua B Lt. 227 — 4470 Maia
Tel. (02) 941 76 70

ASSINATURAS: Av. Almirante Reis, 90, 7.ª A 1169-161 Lisboa
— Tel. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

PUBLICIDADE: Av. Almirante Reis, 90, 7.ª A 1169-161 Lisboa
— Tel. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

Composição e impressão
Heska Portuguesa, SA
Campo Raia
2710 - 139 Sintra
Depósito legal nº 205/85

TABELA DE ASSINATURAS*

PORTUGAL (Continente e Regiões Autónomas)	EXTRA-EUROPA
50 números: 8 100\$00; 25 números: 4 200\$00	50 números: 30 600\$00
EUROPA	GUINÉ-BISSAU, S. TOMÉ E PRÍNCIPE e MACAU
50 números: 21 850\$00	50 números: 23 000\$00

* IVA e portes incluídos

Nome _____

Morada _____

Código Postal _____

Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado de cheque ou vale de correio.

ACTUAL

Regresso aos factos

Quando o director do «Expresso», num histórico assomo de independência e imparcialidade, aqui há umas semanas, falando de Durão Barroso, exclamou desvanecido que «Temos homem!», houve certamente quem empreendesse um esforço racional para perceber, mesmo adoptando os discutíveis critérios dominantes, o que é que o novo líder do PSD teria a mais que Marcelo Rebelo de Sousa - em «carisma», facilidade de expressão, «look», linha política - para receber um carinho mediático tão ostensivo.

Salvo melhor opinião, o empreendimento era desnecessário e o esforço inútil. Pela simples razão de que os desvanecimentos e o carinho face a Durão Barroso repousam essencialmente no interesse em animar a todo o custo a ficção eleitoral de uma «bipolarização» PS-PSD tão artificialmente dramatizada quanto politicamente inexistente.

Esta suposta «bipolarização» é um seguro de vida tão bom para a política de direita que quase se pode prever que continuaria a ser soprada, estimulada e propagandeada ainda que à frente do PSD estivessem ou o inefável Marques Mendes ou mesmo esse

excelso democrata de que se dá pelo nome de Alberto João Jardim.

E é o facto de ser esta a grande aposta de fundo (que convém muitíssimo ao PS e ao PSD) que explica que, por artes mágicas, a concorrência isolada do PSD passasse a ser muito mais promissora que a falecida AD, que os 12 pontos a que o PSD ficou do PS nas europeias sejam vistos com um insignificante detalhe a esquecer rapidamente e, sobretudo, que cada conflito verbal entre o PSD e o PS a dois meses das eleições pareça valer mais do que a cordilheira de alianças e entendimentos reais entre os dois ao longo dos últimos quatro anos.

Que não haja ilusões: já estão em andamento aquecimento os motores da formidável máquina de endrominação e diversão que a seguir nos vai oferecer todos os dias o espectáculo rosa e laranja das faiscentes refregas verbais, da esmerada gestão das «frases assassinas» e do tenso corpo a corpo nas sondagens que ajudem a aprisionar os eleitores na dança das etiquetas e em opções de voto falsamente delimitadas, e sirvam sobretudo para rasurar a memória do que se passou e se viveu e para contrariar escolhas

eleitorais fundadas numa reflexão soberana sobre a política e as políticas necessárias ao país.

Sem dúvida que, no centro da nossa intervenção eleitoral, terão de estar os méritos reais e notórios da nossa luta e do papel que desempenhámos nestes quatro anos, as nossas distintivas propostas e orientações para uma viragem à esquerda na política nacional, uma infatigável demonstração de como o reforço da CDU será um sinal forte, marcante - e com assinalável utilidade - da exigência de uma nova política.

Mas, por mais que já o tenhamos dito, por mais que alguns não gostem de ouvir, sob pena de sermos submergidos pelo festival de ilusionismo montado para que tudo se esqueça e, portanto, tudo se perdoe, nada nos dispensa de um vigoroso regresso aos factos, aos acontecimentos, às opções e procedimentos capitais desta legislatura, quase todos ilustrando, não a «guerra» entre PS e PSD e PP que agora nos querem impingir, mas o folhetim dos seus extremos entendimentos e fraternas alianças.

■ Vítor Dias

Leituras

Com o Verão a desenrolar-se preguiçoso numa sucessão de dias magníficos e as férias a dominarem já o quotidiano de muitos portugueses, confrontam-nos os *médias* com as mais variadas sugestões de leitura.

Associamo-nos hoje ao ambiente com a sugestão de leitura de um livro interessante, editado há poucos meses em França, e do qual ainda não apareceu entre nós recensão: estamos a falar da mais recente obra do secretário nacional do Partido Comunista Francês, Robert Hue, intitulado «Comunismo - um novo projecto» (Éditions Stock, 1999).

Absolutamente livres que somos para avaliar com independência, à luz da nossa própria reflexão e experiência, as análises e as elaborações inovadoras que os comunistas franceses têm vindo a produzir e os caminhos percorridos nos últimos anos, aqui se sustenta a necessidade do seu conhecimento directo e objectivo, libertos de interpretações tendenciosas, como condição prévia e óbvia para qualquer juízo político digno desse nome.

Fala-nos o autor da escolha verdadeiramente existencial que se coloca ao PCF, nas condições de uma sociedade moderna e em que se verificaram profundas alterações, de «mudar para ser melhor ele próprio e de continuar comunista sendo-o de outro modo».

Sustenta que a «visão comunista quer abrir uma ambição à política, de uma acção que nem se inscreva na submissão ao capitalismo nem na resignação ao seu arranjo, mas na procura da sua ultrapassagem», abrindo o horizonte da «promoção de uma lógica que assuma o desenvolvimento humano» e avançando com a perspectiva de «um movimento histórico de *revolucionamento* no decurso do qual os indivíduos definam eles próprios as finalidades que apontam à sua vida em sociedade, exercendo direitos e apoderando-se de poderes de que estão hoje desapossados».

Sobre «a força comunista» - as centenas de milhar de homens, mulheres e jovens que são comunistas, e as centenas de milhar de outros que o foram ou queriam ser, ou não o querem mas se sabem comunistas pelo coração e pela razão - Robert Hue sustenta a «necessidade de um comunismo dinâmico, aberto, portador do prazer de discutir e de agir em conjunto, e de uma alternativa transformadora pela qual se possa enfim ter vontade em se comprometer».

Apenas dez anos decorridos sobre a tragédia do Leste, não é bom sinal que os comunistas franceses - sem dúvida correndo riscos - estejam a procurar uma saída para as dificuldades e desafios e a debater o seu projecto para o século XXI?

■ Edgar Correia

HASSAN II Amigo de quem?

Respeito devido a todo e qualquer ser humano na hora da sua morte não pode servir para exagerar méritos eventuais e muito menos para branquear e apagar responsabilidades. Nem há «razões de Estado» - e nós consideramos de alto interesse nacional o desenvolvimento de estreitas relações de boa vizinhança e cooperação com os países e povos do Magreb e em particular com Marrocos - que justifiquem os elogios insensatos que a figura de Hassan II suscitou nas instâncias oficiais, do Presidente da República ao Primeiro-Ministro. O «amigo muito querido de Portugal» (segundo Guterres e Mário Soares) era afinal muito pouco amigo do seu próprio povo, que governou de modo autocrático e repressivo («pulso de ferro» no cuidado eufemismo de M. Soares, esse sim seu «amigo» próximo), e que deixou mergulhado num atraso medieval incontestado.

Hassan II seria um dos homens mais ricos do mundo. Como o «Grande Leopardo», o seu grande amigo Mobuto com quem conspirou intensamente contra a nova África independente, contra uma OUA anticolonialista (que tem boicotado desde o reconhecimento por esta da República Árabe Saharaui Democrática) e em particular contra Angola. As estreitas ligações entre o regime de Marrocos e a Unita de Savimbi são conhecidas; a hora não é de esquecer mas de lembrar que se Angola continua mergulhada no drama da guerra é em grande medida porque Marrocos tem sido uma plataforma fundamental de apoio político, económico e militar às forças de Savimbi. Hassan II desempenhou também um importante papel na estratégia do imperialismo para o Mediterrâneo e Médio Oriente. É particularmente notório o seu apoio aos acordos de Camp David (entre Israel e o Egipto) que em 1979 abriram uma brecha decisiva na unidade do mundo árabe. Não se tratou de coisa pequena. Como coisa pequena não foi o sequestro e assassinato de Ben Barka em 1965. O principal opositor da monarquia alauita era também um dos mais prestigiados e consensuais dirigentes do movimento de libertação nacional dos povos de África, Ásia e América Latina. O seu assassinato nas vésperas da Conferência Tricontinental de Havana significou um importante golpe nos esforços de organização e de luta anti-imperialista.

Foi por prestar tantos e tão relevantes serviços à causa do «mundo ocidental» que a monarquia marroquina contou com tanta compreensão para com a guerra contra o povo Saharaui. Desde a «Marcha Verde» de oportuna exaltação patrioteira (1975) à ilegal anexação do território daquela antiga colónia espanhola e à sabotagem sistemática das resoluções da ONU e dos acordos para o referendo de autodeterminação do Sahara, o regime marroquino teve sempre os favores e a cumplicidade das grandes potências imperialistas.

Mas é em relação à realidade da exploração e opressão do povo marroquino que se revela a maior hipocrisia dos panegíricos a Hassan II. Durante os seus 38 anos de reinado houve de tudo: repressão sangrenta de lutas e levantamentos populares, assassinatos políticos, «desaparecimentos», perseguições, torturas. Para não falar de manipulação religiosa do «Comandante dos Crentes». A «abertura» de 1997 abre sem dúvida um capítulo novo na história contemporânea de Marrocos. Mas, sendo fruto da luta e do descontentamento popular e democrático, é na sua essência uma tentativa de alargar a base de apoio e salvar a monarquia marroquina. A ver vamos. Uma realidade essencial é entretanto secundarizada ou mesmo completamente ignorada. A insultuosa riqueza do Palácio e a ostentação da oligarquia marroquina (como sempre agindo como intermediária e cúmplice das multinacionais e dos grandes centros do imperialismo) assenta na exploração violenta dos trabalhadores e na miséria da grande maioria. 50% da população é analfabeta e 40% das crianças não vai à escola. O desemprego atinge mais de 20% da população activa, com 50% entre a juventude. Com excepção da Mauritânia, Marrocos é de longe o mais atrasado e medieval dos países do Magreb, o que não impediu o «déspota iluminado» de erguer em Casablanca a maior mesquita do mundo depois de Meca.

Aqui fica esta breve anotação empenhada no respeito pela verdade. Que é sempre revolucionária. Com o convencimento de que, sejam quais forem as versões oficiais do «pensamento único» sobre «a vida e obra» de Hassan II, este será arrumado pela História no campo do obscurantismo e da reacção.

■ Albano Nunes

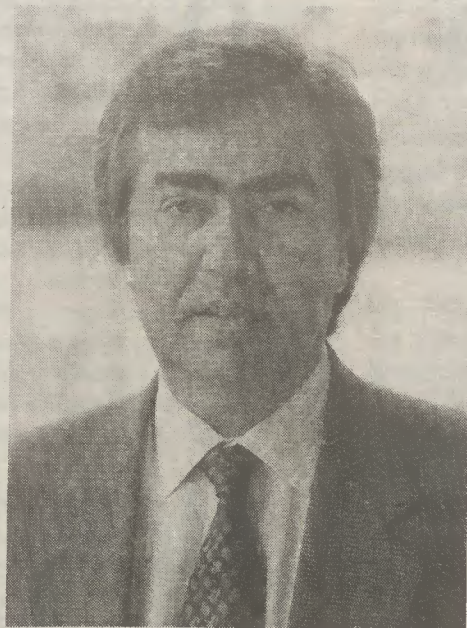


Foto: Jorge Carriá

PCP assume presidência de comissão parlamentar europeia

O deputado do PCP, Joaquim Miranda, ocupará a presidência da comissão parlamentar para o Desenvolvimento e Cooperação do Parlamento Europeu. Esta comissão é responsável pela apreciação e controlo da política da Comunidade em matéria de desenvolvimento, nomeadamente o chamado «diálogo Norte-Sul», a ajuda humanitária e o desenvolvimento industrial, agrícola e rural. Particular relevo tem o papel desta comissão na aplicação da Convenção ACP-UE, que rege as relações entre a União Europeia e os países de África, Caraíbas e Pacífico, entre os quais se encontram todos os países de expressão portuguesa.

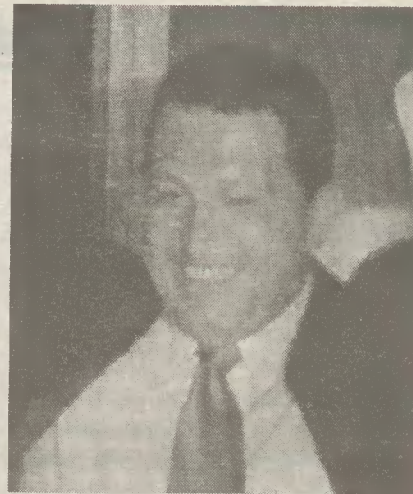
Com os objectivos de potenciar a sua intervenção e de dar seguimento ao trabalho que têm efectuado desde que integram o PE, bem como dar corpo às propostas apresentadas e defendidas



durante a campanha eleitoral, os deputados do PCP assumiram outras responsabilidades no seio do PE.

Ilda Figueiredo será membro efectivo da comissão parlamentar de Emprego e Assuntos Sociais e tomará assento como suplente nas comissões da Agricultura e dos Direitos da Mulher. Além da presidência da referida comissão, Joaquim Miranda será ainda membro suplente da comissão de Transportes, Política Regional e Turismo.

Os deputados do PCP continuam a integrar o Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia / Esquerda Verde Nórdica (GUE/NGL), que reforçou a sua composição nas últimas eleições europeias e é agora constituído por 42 deputados de 10 países da União Europeia (Alemanha, Dinamarca, Espanha, Finlândia, França, Grécia, Holanda, Itália, Portugal e Suécia).



Hugo Chavez ganha eleições

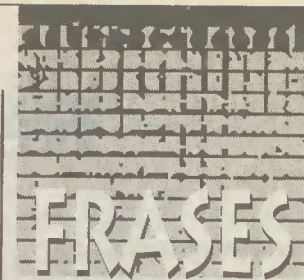
A aliança Pólo Patriótico, que apoia o Presidente venezuelano Hugo Chavez, ganhou, no domingo passado, as eleições para a futura Assembleia Nacional Constituinte, obtendo 119 dos seus 131 lugares.

Alberto Franceschi, líder da oposição, reconheceu a sua derrota, considerando, no entanto, que «dois terços da população não querem esta assembleia».

Por sua vez, Hugo Chavez pediu aos seus apoiantes respeito pelas minorias e, assumindo-se como herdeiro das «glórias de Simón Bolívar», assegurou que a Venezuela vai continuar, como até agora, um país «pacífico, respeitador dos direitos humanos, da

liberdade de expressão e da opinião dos outros».

Esta vitória esmagadora das forças que apoiam o novo presidente venezuelano dá-lhe condições para lançar o vasto e profundo programa de reformas que este afirma pretender implementar no país, a começar por uma revisão constitucional. A Venezuela, apesar de rica em petróleo, apresenta um panorama socio-económico onde impera a miséria, com quase metade da população a viver abaixo do limiar da pobreza, desemprego elevadíssimo, governações corruptas e uma classe dominante tão minoritária como escandalosamente rica.



“O PS está a transformar-se num enorme armazém de refúgio do PSD.”

(Sérgio Figueiredo
«Diário Económico», 21.07.99)

“Eu tenho a certeza que vou ser deputado. Tenho a certeza absoluta que vou ser deputado.”

(Tino, PS
«Rádio Renascença», 23.07.99)

“O PS é um xadrez de funcionários carreiristas, que tem no ministro Jorge Coelho o gestor incontornável dos interesses individuais ou colectivos.”

(Raul Vaz
«Diário Económico», 23.07.99)

“Na política como no futebol, quanto mais apertados são os resultados maior é o desdém dos sofistas. Temos de admitir, porém, que na política, onde os golos só existem em sentido figurado, os contorcionistas e os troca-tintas gozam de mais grau de liberdade para as suas finuras.”

(Francisco Sobral
«Record», 25.07.99)

“Quem é bonitinho, bonitinho, bonitinho? Bonitinho, bonitinho, bonitinho é o PSD. Quem é mafioso, caloteiro e fariseu? Esse cavalheiro, minhas senhoras e meus senhores, é o primeiro-ministro.”

(Alberto João Jardim,
citado em «Público», 26.07.99)

“O país ficou a saber que o seu (de Durão Barroso) modelo de liberdade, justiça social, progresso, democracia e desenvolvimento está na Madeira e tem um rosto: Alberto João Jardim.”

(Sérgio Figueiredo
«Diário Económico», 26.07.99)

“A fase por que passa José Durão Barroso faz dele o político mais triste de Portugal. Que é, no dizer de António Nobre, o mais só. Os apoios que recebe, em vez de o elevarem, diminuem-no.”

(João Carreira Bom
«Diário de Notícias», 25.07.99)

“Continua a monte um autocarro do PSD, em fuga ao eleitorado. Ninguém consegue entender esta conduta, porque à partida era sabido que o eleitorado estava a fugir do PSD.”

(Nuno Brederodé Santos
«Expresso», 24.07.99)

“Não é Pinto Balsemão que vai conseguir derrotar Jorge Sampaio nas presidenciais.”

(Cavaco Silva
«Semanário», 22.07.99)

“Do que entendi do que ele disse e se bem o conheço, penso que Cavaco Silva não exclui a hipótese de vir a ser candidato.”

(Santana Lopes
«Diário de Notícias», 24.07.99)

Pilotos ganham «fatia» da TAP

Os pilotos da TAP acordaram por unanimidade o novo acordo de empresa, que lhes concede uma participação de, pelo menos, entre 10 a 20% no capital social da empresa de transportes aéreos a criar após a privatização e o

desmembramento da TAP em três empresas privadas. Este acordo, conseguido entre o sindicato dos pilotos e a nova administração da TAP presidida por Norberto Pilar, põe fim a um conflito desencadeado pelos pilotos há

dois anos e meio e confirma, nesta cedência de propriedade da própria empresa aos pilotos, que as reivindicações destes visavam muito mais longe que a simples satisfação de reivindicações salariais e laborais, aliás apresentadas

pelos pilotos num crescendo insaciável e de absoluta intransigência. Feitas as contas, pode concluir-se que esta «conquista» de (pelo menos) 10 a 20% do capital social de uma futura privatização da TAP por parte dos pilotos

não fica atrás da incrível proposta apresentada em Abril passado por uma comissão arbitral, que concedia aos pilotos um aumento anual correspondente a 20 milhões de contos na massa salarial, o que, segundo todos os estudos, provocaria a falência da TAP já em 2001. Com este acordo, os pilotos viram atingidos plenamente os seus objectivos: participem na apropriação da própria empresa, no quadro das privatizações em curso.

Dia da Pátria Galega

O Bloco Nacionalista Galego (BNG) comemorou mais uma vez, este ano, o Dia da Pátria Galega – o 25 de Julho. Cerca de 20 mil pessoas integraram a manifestação que percorreu as ruas da zona histórica de Santiago de Compostela e participaram num comício em que usou da palavra Xosé Manuel Beiras, principal dirigente do BNG. O convívio e a música sucederam-se, num parque da cidade, à manifestação política, de carácter nacionalista e popular, em que o entusiasmo que a caracterizou assentava no recente crescimento eleitoral do BNG nas eleições municipais

país, nomeadamente nas cidades de Pontevedra, Vigo, Ferrol e Lugo, e para o Parlamento Europeu, para que o BNG elegeu, pela primeira vez, um deputado.

O PCP esteve representado nesta iniciativa do BNG

com uma delegação constituída por Manuela Bernardino e Mário Costa, membros do Comité Central, que participaram, com convidados de outras organizações políticas, na cabeça da manifestação.



Bissalanca reabre

O aeroporto internacional de Bissalanca, situado a 10 km de Bissau, reabriu na terça-feira ao tráfego internacional, quebrando o isolamento em que a Guiné-Bissau tem vivido desde há um ano.

Encerrado há 13 meses, devido ao levantamento de militares e antigos guerrilheiros contra o então Presidente da Guiné-Bissau, Nino Vieira, coube à TAP o voo inaugural, onde seguiram o primeiro-ministro guineense,

Francisco Fadul, e o chefe da diplomacia, José Baptista, e que serviu para transportar 16 guineenses refugiados. Cá permanecem, porém, ainda 3000 guineenses, cujas licenças provisórias de residência terminam em Setembro próximo. Entretanto, apesar da normalização da situação política militar e social, continua suspensa a prometida ajuda da Comunidade Europeia à martirizada Guiné-Bissau, «travada» pela resistência da França.



TRABALHADORES

Uma fábrica de 180 trabalhadores de Riba de Ave, em Vila Nova de Famalicão, é notícia há cinco meses. Motivo: 11 mulheres recusam aceitar a mudança de turno imposta pela administração e todos os dias cumprem o seu horário à porta da empresa. Dias depois de o Tribunal do Trabalho lhes dar razão e de a administração se recusar a cumprir a sentença, na segunda-feira, as trabalhadoras foram finalmente readmitidas ao serviço acompanhadas por um funcionário judicial. O dirigente comunista e cabeça de lista da CDU por Braga, Agostinho Lopes, esteve presente.



Trabalhadoras readmitidas As 11 heroínas da Filda

Os trabalhadores da Filda cantam vitória. As 11 funcionárias que desde 8 de Fevereiro eram impedidas pela administração de entrar na empresa foram readmitidas ao trabalho na segunda-feira, quando um funcionário do Tribunal do Trabalho de Braga, acompanhado pela GNR, obrigou a fábrica de fiação a cumprir a sentença decretada na semana passada.

Termina assim uma longa jornada de luta que se prolongava há cinco meses e que opôs a administração da Filda a cinco bobinadeiras, quatro contínuas e uma gaseadeira que se recusaram a ser transferidas do primei-

No passado dia 20, o Tribunal do Trabalho de Famalicão condenou a Filda a reintegrar as trabalhadoras no primeiro turno e a pagar-lhes os ordenados e uma coima de 5 mil escudos por cada dia de atraso. A sentença foi ignorada pela administração, que voltou a barrar a entrada às funcionárias.

Na quinta-feira, a empresa enviou uma carta a cada trabalhadora informando-as que as reintegraria no primeiro turno. Contudo, anuncia que, «em virtude de no momento não haver trabalho disponível para executar, fica dispensada da companhia ao trabalho. Será chama-

Esta proposta foi recusada unanimemente pelas 11 funcionárias, que não deixaram de se apresentar ao serviço. Depois de entregarem um requerimento ao tribunal, viram finalmente a sentença a ser cumprida.

Seis meses sem desistências

No último dia em que a Filda lhes impediu a entrada, o *Avante!* falou com as trabalhadoras. Encontrámo-las a cantar em frente ao portão da fábrica, acompanhadas por duas vizinhas, de ban-

coisa que tínhamos posto de lado, senão tínhamos de viver dos vizinhos ou de alguém que nos ajudasse», afirma Albina Lobo, contínua, funcionária da empresa há 29 anos. Outras dizem que subsistem com a ajuda dos pais e com os ordenados dos maridos.

«Tivemos que apertar o cinto!», declara Alzira de Sousa, de 49 anos, contínua há 34 anos. «Os nossos filhos a precisarem de dinheiro e nós não termos... Olhe que é muito triste!»

Há algum tempo que a administração procurava rescindir contratos com o acordo dos trabalhadores, de forma a não

pagar indemnizações. Cerca de 50 pessoas aceitaram. «Foram tão pressionadas! Chamavam-nas hoje, chamavam-nas amanhã...», diz Josefa.

Rosa da Silva foi a primeira a recusar a proposta. «Fui chamada para rescindir o contrato "amigavelmente" e não aceitei, porque achei que, ao fim de 29 anos de trabalho, era uma injustiça. Isto foi numa terça-feira e na sexta vieram com uns papéis para irmos para o turno da noite e também não aceitámos. Ela avisou que íamos sofrer as consequências, mas eu respondi que não me importava», diz Rosa, referindo-se à gerente da fabri-

ca. «Disse para mim: "Não! Vou para a luta!" Nem que esteja sozinha. Não tenho medo.»

«A gerente quer despedir gente e não quer pagar. Ela diz que escolheu quem não tinha filhos menores. E quem não tem filhos menores não tem direito a trabalhar de dia?», interroga Josefa.

O argumento apresentado pela Filda é recusado pelas trabalhadoras. «A minha filha tem 16 anos e há pessoas com filhos de 12. Se era por não ter filhos, escolhiam empregadas solteiras. Eu fui escolhida por ser delega-



Rosa da Silva (em primeiro plano na fotografia) foi a primeira a recusar rescindir o contrato: «Nós queremos que a firma vá para a frente. Este é o nosso futuro e pode ser o futuro dos nossos filhos»

ro turno (das 6 às 14 horas) para o terceiro turno (das 22 às 6 horas).

Todos os dias, de segunda a sexta-feira, as trabalhadoras apresentaram-se à porta da fábrica, embora a entrada lhes fosse vedada. O seu turno era cumprido no lado de fora dos portões, à chuva, ao vento ou sob o calor do sol. Duas funcionárias acabaram inclusivamente por adoecer. Os salários - de 64 mil escudos - foram suspensos.

da quando o trabalho o justificar.»

Quanto aos ordenados, a empresa pretendia «esquecer» a ordem do Tribunal do Trabalho: «Vai ser-lhe paga no fim do mês, na altura do pagamento aos seus colegas, a sua retribuição mensal a contar da data da decretação da providência cautelar: 20 de Julho de 1999.» Ou seja, os salários em atraso seriam esquecidos, bem como a multa sentenciada pelo tribunal.

deiras na mão, motivadas para prosseguir a batalha que travam desde Fevereiro.

«Foi meio ano muito difícil, com muita chuva e agora com muito calor. A vizinhança socorreu-nos com agasalhos, com os quartos de banho, com lenha para fazer fogueiras, com chá quando estávamos doentes», explica Rosa da Silva, de 55 anos, funcionária da empresa há 29 anos.

A situação financeira é má. «Sobrevivemos com alguma

A sentença do tribunal

O Tribunal do Trabalho de Famalicão, na sentença proferida no dia 20, condena a Filda a voltar a colocar as 11 trabalhadoras no primeiro turno e a pagar uma sanção de cinco mil escudos por cada dia de atraso dos ordenados.

«A passagem de uma trabalhadora que, há largos anos, estava a trabalhar num horário que nunca ultrapassava as 14 horas, para um horário compreendido entre as 22 e as 6 horas da manhã implica uma alteração substancial no seu contrato de trabalho, pois que acarreta mudanças significativas nas condições de trabalho já estabelecidas e, por conseguinte, na vida privada do trabalhador», considera o tribunal no texto da sentença.

«E se isto é verdadeiro para um trabalhador do sexo masculino, é ainda mais acentuado para uma mulher, pois sabemos ser diferente a realidade social para cada um dos sexos, seja ao nível das tarefas domésticas, seja ao nível da segurança na rua, aquando das idas e vindas para o local de trabalho», sublinha.

O Tribunal do Trabalho fundamenta a sua decisão com base na obra «Questões Laborais», de Joaquim Domingues Damas, segundo a qual «a flexibilidade da organização do tempo de trabalho possibilita às empresas uma maior adequação dos períodos de laboração às necessidades de produção», gerando contudo «uma maior instabilidade na organização da vida pessoal, familiar e social do trabalhador, agravando

do a penosidade que normalmente está associada ao trabalho».

«O horário de trabalho é uma cláusula cuja fixação não pode deixar de pressupor a concordância de ambas as partes» devido ao «facto de ele interferir de forma directa com os direitos ou interesses fundamentais do trabalhador», afirma o jurista.

«O direito dos trabalhadores à segurança no emprego, ao repouso e ao lazer, o direito à organização do tempo de trabalho em condições socialmente dignificantes que facultem a respectiva realização pessoal e ainda o direito à protecção da família, da paternidade e da maternidade e da infância, faz com que, à luz destas normas, o horário de trabalho surja como o expediente cuja *ratio legis* primordial é limitar a situação de disponibilidade do trabalhador perante o empregador e proteger a saúde do primeiro», prossegue Joaquim Domingues Damas.

O autor salienta ainda que «a tutela a nível constitucional da segurança no emprego e da reserva da autonomia dos trabalhadores opõe-se a um regime que confira ao empregador o poder de introduzir unilateralmente modificações no horário de trabalho que impliquem alterações substanciais no contrato de trabalho, ou seja, que acarretem mudanças significativas nas condições de trabalho já estabelecidas e, por conseguinte, na vida privada do trabalhador».

TRABALHADORES

As 11 heroínas da Filda

da sindical.», afirma Maria da Conceição Costa, de 43 anos, funcionária há 29 anos.

«O escritório pode estar fechado à noite, mas continua aberto de dia. Se for para me calar, estão muito enganados porque não conseguem. Eu faço o que for preciso para defender os trabalhadores», acrescenta.

«Uma mulher com 40 anos é nova na idade e velha para trabalhar», diz Albina. «Isto é uma situação que o Governo tem de ver, porque uma pessoa com 40 anos não é velha», continua Josefa.

Rosa da Silva explica que a administração se sentia ameaçada. «Nós na cantina não tínhamos papas na língua. Dizíamos: "É agora ou nunca!" E ela sabe tudo. Ela sabia que se nos despedisse, as que ficavam não faziam nada.»

«A fábrica é o nosso futuro»

Todas consideram que a decisão do tribunal foi uma vitória muito importante, mas sabem que terão de ultrapassar outras dificuldades. «Esta senhora diz que é mais fácil passar por cima do cadáver dela do que irmos lá para dentro. Mas nós vamos, nem que seja pela justiça. As leis são para cumprir. A juíza deu ordem para entrarmos e ela tem de nos deixar entrar», sublinha Albina Lobo.

Umam empunham bandeiras vermelhas com o símbolo do sindicato, outras bandeiras pretas. «É a fome, é a tristeza», dizem. Ao longo do muro da fábrica vêem-se outras bandeiras, todas colocadas por elas.

Entretanto, ouve-se o toque para o intervalo. Pouco depois chegam algumas colegas, com comida na mão, pedaços de algodão nas batatas e no cabelo, prontas para dois dedos de conversa.

Maria da Conceição Costa já nos tinha dito que tinham «muitas colegas do nosso lado. Lutaram, estão connosco, mas não podem lutar sozinhas lá dentro. Mostram-nos solidariedade, tanto que foram nossas testemunhas no processo. Algumas não se manifestam mais com medo de represálias, mas com esta administração, se tiver de tocar toca. Não podemos ter ilusões.»

E elas, será que não receiam ser alvo de represálias quando voltarem aos seus postos? «Não tenho medo nenhum e já disse às minhas colegas que estivessem descansadas, porque nada irá acontecer. Se isso se passar, há delegados sindicais que automaticamente actuam e, se não pudermos actuar, entramos logo em contacto com o sindicato. Estamos lá para nos defendermos umas às outras, estamos unidas.»

Conceição aposta na normalização



«Acho que não vai haver represálias. A gerente pensava que não íamos resistir, mas já viu que somos mulheres de luta», diz Conceição Costa



À porta da fábrica: depois da chuva e do frio, agora o calor. Ao longo do muro, as bandeiras colocadas pelas trabalhadoras

zação da situação: «Eu acho que não vai haver represálias, porque ela nunca pensou que isto se ia passar assim. Ela pensava que não íamos resistir, mas já viu que somos mulheres de luta.»

Na segunda-feira o objectivo destas 11 mulheres foi atingido. «Nós queremos que a firma vá para a frente. Este é o nosso futuro e pode ser o futuro dos nossos filhos», sublinhou Rosa da Silva.

José Araújo, do Sindicato Têxtil do Minho e Trás-os-Montes

“Fez-se justiça”

Numa entrevista realizada na sexta-feira, José Araújo, dirigente do Sindicato Têxtil do Minho e Trás-os-Montes, contou ao *Avante!* a história das 11 trabalhadoras, falou do seu futuro e comentou a posição da administração da Filda: «A empresa afirmou muitas vezes em audiência que tinha muito trabalho e agora diz que não tem? Isto é uma forma de dizer que cumpre a sentença, não cumprindo.»

José Araújo refere ainda a importância da decisão do Tribunal para a região do Vale do Ave: «Se esta situação pegasse, todas as empresas da zona tentavam pôr os empregados a trabalhar de noite para depois os despedir.»

Avante! – Como se desenrolou este processo?

José Araújo – Este processo teve início no dia 8 de Fevereiro. Alguns dias antes as trabalhadoras receberam uma comunicação que dizia que a partir de dia 8 tinham de se apresentar no terceiro turno, das 22 às 6 horas. O sindicato foi logo contactado para saber o que era possível fazer. Umam não tinham condições de ir para o terceiro turno por terem idade avançada, outras por terem filhos menores e maridos a trabalhar de noite.

lham já há 30 anos, logo a indemnização seria superior a mil e quinhentos contos.

– Como prosseguiu o caso?

– A história vai longa. As trabalhadoras mantiveram-se aqui, chamou-se a Inspeção do Trabalho, que acabou por lhes dar razão e levantou autos à empresa. Quando vimos que a situação não se alterava, apresentámos uma providência cautelar no Tribunal do Trabalho para anular a ordem da empresa. Isso acabou por acontecer, embora tenha demorado algum tempo... E fez-se justiça.

Neste momento, mesmo depois da sentença dar razão às trabalhadoras, a empresa continua a vedar-lhes a entrada. Ontem (quinta-feira), a Filda foi notificada sobre a sentença e apresentou uma carta às trabalhadoras a dizer que podiam aguardar em casa, que seriam reintegradas no primeiro turno, mas que agora não tinham trabalho para lhes dar, e que lhes começariam a pagar a partir do dia 20.

– Sem pagar os ordenados em atraso?

– Sim, sem pagar. Tanto o sindicato como as trabalhadoras entenderam que este não era o caminho a tomar, pois o tribunal sentenciou a reintegração. A empresa afirmou muitas vezes em audiência que tinha muito trabalho e agora diz que não tem? Isto é uma forma de dizer que cumpre a sentença, não cumprindo.

– Como vêem a decisão do tribunal?

– O tribunal, ao dar razão às trabalhadoras, só fez justiça. É muito importante para elas, para aqueles que têm problemas e para todos os trabalhadores do Vale do Ave. Se esta situação pegasse, todas as empresas da zona tentavam pôr os empregados a trabalhar de noite para depois os despedir.

– Há outras fábricas com trabalho nocturno aqui na região?

– Sim, há algumas, mas com pessoas que deram o seu acordo por escrito. Nós não estamos contra o trabalho nocturno, mas consideramos que só deve existir se os trabalhadores estiverem de acordo.

– Como comenta a atitude da administração da Filda?

– É uma posição irresponsável e arrogante. Não é assim que se administra uma empresa. A administração não vai ganhar nada com esta situação. Este caso é falado em todo o país e isso não lhe traz nenhuma vantagem.

– Outras queixas apresentadas incluíam discriminação sexual e salários em atraso. Como é que decorreram esses processos?

– Apresentámos queixas ao Governador Civil e à Comissão para a Igualdade no Trabalho, que condenou a empresa e considerou que a empresa teria de reintegrar as trabalhadoras no primeiro turno.

– Pode-se mesmo falar de discriminação sexual?

– Como é que se pode pôr mulheres a trabalhar de noite, se elas não têm condições para isso? Por muito que queiramos que a mulher tenha igualdade, a verdade é que ela tem de fazer o trabalho doméstico. Como é que uma mulher com filhos pode trabalhar de noite e dormir de dia? Uma pessoa que tenha de organizar a sua vida durante o dia como é que pode estar a dormir a essa hora?

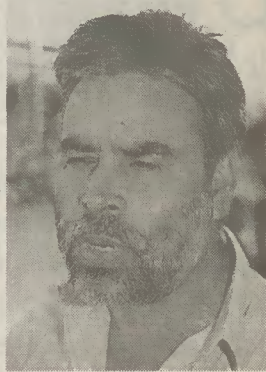
– Como tem sido a reacção dos colegas?

– É boa, embora tenham algum receio em lutar. Logo no início marcámos uma greve de solidariedade a que os trabalhadores aderiram.

– Durante estes seis meses têm mostrado solidariedade ou pressionado a administração?

– Sim, inclusive nos intervalos há trabalhadoras que vêm cá para fora para estarem com as colegas.

José Araújo falou ainda na possibilidade de as trabalhadoras sofrerem algum tipo de represálias, tal como mudá-las de lugar, retirar-lhes as categorias ou colocá-las nas limpezas. Estas acções são ilegais, mas o sindicalista considera que se podem verificar numa tentativa de «amedrontar as trabalhadoras e a fazer com que elas se despeçam».



No intervalo algumas colegas juntam-se às trabalhadoras dispensadas. «Algumas não se manifestam mais com medo de represálias», explica Conceição Costa. As vizinhas nunca deixam de aparecer, mostrando a sua solidariedade

PARLAMENTO EUROPEU Comissões estão definidas

Joaquim Miranda, eurodeputado do PCP, vai ocupar a presidência da comissão parlamentar para o Desenvolvimento e Cooperação do Parlamento Europeu, responsável pela apreciação da política da Comunidade em matéria de desenvolvimento, a ajuda humanitária e o desenvolvimento industrial, agrícola e rural e, ainda, pela aplicação da Convenção ACP-UE, que rege as relações entre a União Europeia e os países de África, Caraíbas e Pacífico. Para além deste cargo, Joaquim Miranda será membro suplente da comissão de Transportes, Política Regional e Turismo.

Ilda Figueiredo, por seu turno, será membro efectivo da comissão parlamentar de Emprego e Assuntos Sociais e suplente nas comissões da Agricultura e dos Direitos da Mulher.

Os dois deputados do PCP continuam a integrar o Grupo Confederado da Esquerda Unitária Europeia/Esquerda Verde Nórdica (GUE/NGL), agora constituído por 42 deputados de 10 países da UE - Alemanha, Dinamarca, Espanha, Finlândia, França, Grécia, Holanda, Itália, Portugal e Suécia.

SETÚBAL Promiscuidade política

A presença do ministro Jorge Coelho no acto de inauguração da Feira de Santiago, em Setúbal, volta a revelar «a promiscuidade das estruturas do PS com o aparelho do Estado e a sustentação da actividade política pré-eleitoral e eleitoral do partido do governo com dinheiros públicos», denuncia a Direcção da Organização Regional de Setúbal do PCP.

A indignação do PCP resulta fundamentalmente do facto de Jorge Coelho ter sido há pouco mais de uma semana apresentado como cabeça de lista do PS pelo círculo eleitoral de Setúbal. Trata-se de um «descarado uso e abuso» partidário dos meios públicos que os comunistas repudiam, ao mesmo tempo que reafirmam o seu empenhamento «numa campanha séria, transparente, respeitadora da inteligência dos eleitores».

MADEIRA Em defesa do ambiente

Motivo de protesto da CDU/Madeira foi, por sua vez, a passagem de cargueiros de plutónio nos mares portugueses, designadamente as fortes possibilidades que existem de esses navios cruzarem os mares da Região Autónoma da Madeira.

Assim, alertando para a perigosidade radioactiva desses materiais para o ambiente, a CDU considera a necessidade de um enérgico repúdio por parte das populações e apela ao Governo da República para que não seja dada permissão aos cargueiros nucleares para passarem nas águas portuguesas.

AVEIRO Renault-Cacia com futuro incerto

Joaquim Almeida, cabeça de lista da CDU pelo distrito de Aveiro, reuniu recentemente com a Comissão de Trabalhadores da Renault-Cacia para avaliação dos últimos acontecimentos na empresa.

«O futuro da empresa continua incerto» mas é já certa a vontade da administração de «precipitar reformas, rescisões de contratos e eliminar postos de trabalho», impondo a precariedade e a insegurança como regra para novos trabalhadores e uma grelha salarial com reduções escandalosas dos salários base». Tudo, «acompanhado de novas soluções orgânicas visando a intensificação dos ritmos de trabalho».

Entretanto, a Renault não cumpriu o acordo a que estava obrigada com o Estado português e tanto o ministro da Economia, que há dias esteve em Aveiro, como o Governo continuam sem tomarem qualquer iniciativa, tornando-se cúmplices dessa actuação.

A CDU exige, pois, que antes de terminar o mandato, ou seja antes das eleições de 10 de Outubro, o ministro da Economia tome uma decisão clara no sentido de garantir o futuro e a viabilidade económica da Renault-Cacia.

BRAGA PCP reúne-se com Brisa e AENOR

O deputado Pimenta Dias e o coordenador da Direcção Regional de Braga do PCP, José Antunes, encontraram-se, na sexta-feira passada, em Vila Nova de Famalicão, com representantes da Brisa e da AENOR (Auto-estradas do Norte, AS) e, ainda, da Comissão de Trabalhadores da Brisa e do Sindicato do Comércio, Escritórios e Serviços do Norte, para troca de opiniões sobre a recente concessão da exploração da A7 à AENOR.

No final do encontro, a delegação do PCP manifestou-se preocupada com a transferência dos trabalhadores da Brisa para a AENOR e a garantia dos postos de trabalho, pelo que anunciou a apresentação ao Governo de um requerimento a solicitar explicações sobre a situação.

Rogério de Carvalho foi a enterrar

Rogério de Carvalho foi a enterrar na passada quinta-feira. Antes de o caixão baixar à terra, sob o olhar emocionado das dezenas de amigos que fizeram questão de acompanhar o histórico dirigente à sua última morada, Agostinho Lopes, membro da Comissão Política do PCP, pronunciou uma breve mas sentida homenagem de despedida.

«Aqui estamos para uma homenagem ao Rogério de Carvalho. E não gostaria de vos dizer palavras de circunstância. Por isso, eis o que me ditou a emoção, muito brevemente, que longo foi o caminho militante do Rogério.

Neste tempo difícil de abdicções e renúncias, de oportunismos diversos, é fácil falar de quem nunca mediu a sua vida pela dimensão do seu percurso pessoal. É fácil falar de quem sempre mediu a sua vida pelo tamanho dos seus ideais, pela força das suas convicções.

Mesmo se o Rogério que nós conhecemos tenha sido um apaixonado da vida, das pequenas e grandes alegrias que ela proporciona. Era um viajante incansável, era um discípulo da boa mesa, era um homem que gostava de livros, culto e informado. Era um homem simples, alegre, fraterno. Era camarada e era amigo.

Neste tempo difícil não nos devemos lamentar, mas lutar. Mais difíceis foram os tempos em que o Rogério aprendeu a lutar. Em que o Rogério chegou ao Partido, o 1945 do pós-guerra. Em que o Rogério integra uma lista de unidade que conquista, em 1948, o Sindicato dos Profissionais de Seguros do Distrito do Porto, sendo seu dirigente até 1950. Em que o Rogério chega ao corpo de funcionários clandestinos do Partido Comunista, em 1952.

Os tempos difíceis em que o Rogério enfrentava, com grande coragem e dignidade, os esbirros

fascistas da PIDE e do Tribunal Plenário. Os tempos das cadeias fascistas onde permaneceu 15 anos, da fuga heróica de Peniche com outros camaradas.

E, atravessando os tempos difíceis, chegaram os comunistas portugueses e o Rogério, os democratas e antifascistas, o

que o caminho é, ainda e sempre, a luta. A luta no quotidiano. A luta que tem zigzagues e derrotas. A luta vitoriosa em dias, e a luta prolongada, feita de muitos anos cinzentos e dias negros.

A pequena luta pelos direitos e interesses das populações. A luta sindical. A luta eleitoral. A luta dos jovens.

A luta pela justa retribuição do trabalho. A luta contra a violência e opressão da sociedade capitalista.

A luta contra todas as injustiças sociais e contra a exploração.

A luta pelo socialismo e o comunismo.

A luta com os trabalhadores e

Neste tempo difícil, o impossível é não lutar.

A vida não foi justa com o Rogério de Carvalho nos últimos tempos da sua vida. Uma injustiça em grande parte resultado de uma vida completamente, persistentemente, corajosamente dedicada à luta pelo seu povo e contra o fascismo. (Uma dor da injustiça, uma angústia do irremediável que se pressentia, num corpo já frágil).

Uma injustiça que não era merecida pela luminosa dádiva do Rogério para que fosse feita justiça ao povo português no dia 25 de Abril de 1974.

Mas hoje, na liberdade e democracia do nosso País, nas lutas do



Na despedida a Rogério de Carvalho, entre os amigos e camaradas presentes, encontrava-se Carlos Carvalhas e numerosos dirigentes do PCP

povo português, ao 25 de Abril. Que, como é sabido também, não foi um tempo fácil.

Neste tempo difícil, de brutal subversão dos direitos dos trabalhadores e dos povos, de profundos recuos civilizacionais e brutais ignomínias, de regressão de valores humanistas, do valor do trabalho e dos trabalhadores, da soberania dos povos, o Rogério diz-nos com toda a simplicidade

o povo. A luta com inteligência, unidade e coragem. A luta dos homens e mulheres que querem ser e se afirmam comunistas.

Com a confiança de que nada está pré-determinado no destino dos povos, nem nenhuma conquista salvaguardada para sempre. Com a certeza de que não existem «estados naturais» para as sociedades, nem o capitalismo é o término da história.

nosso povo por uma política de esquerda, por um futuro melhor, vive e continua o sonho, a luta, a vida do Rogério de Carvalho.

Mas hoje, neste Partido dos comunistas portugueses, vive e continua a força generosa, a disponibilidade militante, a heróica do Rogério de Carvalho. Devemos-lhe todos isso. Não só do Rogério, certamente. Mas é dele, que hoje falamos.»

Porto

Deputados prestam contas

Os eleitos do PCP pelo círculo eleitoral do Porto, na continuidade do que regularmente têm vindo a fazer, prestaram contas à população, no dia 20 de Julho, sobre o trabalho desenvolvido ao longo de quatro anos de mandato.

Pimenta Dias, a quem coube enunciar o balanço efectuado, começou por sublinhar o facto de o PCP ter sido a «voz da

oposição da esquerda» na Assembleia da República, porém, uma oposição construtiva, que votou favoravelmente as propostas do Governo de conteúdo positivo.

Apesar de apenas 2 entre 37, os deputados do PCP levaram à Assembleia da República os grandes problemas da região, através de 28 intervenções em plenário, que abarcaram, entre

outros, a defesa de um Programa de Desenvolvimento Integrado para o Vale do Sousa, a criação do concelho de Trofa, a situação dos transportes urbanos, a destruição da Reserva Ornitológica de Mindelo ou a deslocalização de empresas transnacionais.

Foi também da iniciativa do PCP os projectos de lei de criação do Parque Natural das Seras de St.ª Justa, Pias e Castiçal e os 62 requerimentos ao Governo sobre áreas e sectores como a educação e ensino, saúde, ambiente, defesa do emprego e dos direitos dos trabalhadores, formação profissional, justiça e comunicações e rede viária.

Os deputados comunistas do Porto realizaram ainda 40 visitas a empresas, centros de saúde, escolas e autarquias com problemas, participaram

em 30 encontros e reuniões com entidades diversas e, quando da discussão do Orçamento do Estado, fizeram centenas de propostas de alteração e inclusão no PIDDAC de obras para o distrito do Porto.

Já depois deste balanço, o deputado Pimenta Dias visitou o Centro de Reabilitação Vocacional do Porto que, tendo dado, ao longo da sua existência, uma boa contribuição para a integração sócio-profissional dos deficientes, hoje é dominado pela avaliação e encaminhamento dos deficientes para instituições privadas, no quadro da estratégia de desresponsabilização progressiva do Estado. Uma situação que o PCP acompanha com preocupação, alertando para problemas como a necessidade de defender o direito ao trabalho protegido para a pessoa deficiente.

CAMARADA FALECIDO

Raul Cascais

Vítima de doença súbita, faleceu com 61 anos de idade, no passado dia 22 de Julho, o camarada Raul Alexandre Marques Jardim Cascais. Na década de 60, apesar das duras condições do regime fascista, esteve vários anos ao serviço do Partido como quadro clandestino. Foi um activo e dedicado militante partidário até aos últimos dias da sua vida.

Aos familiares e amigos do comunista falecido, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

CDU/Lisboa

Um projecto de trabalho e esperança

Ao apresentar a lista da CDU por Lisboa, o seu mandatário, Paulo Sucena, presidente do Sindicato dos Professores da Grande Lisboa, considerou que ela «alia juventude e maturidade (a média etária é inferior a 44 anos), conhecimento e criatividade, reflexão e ousadia, competência e dedicação, rigor e inovação».

Pela sua própria composição – quadros operários, dirigentes sindicais, dirigentes políticos, associativos e estudantis, autar-

cas, intelectuais, professores, juristas, enfermeiros, agricultores, empresários, deputados com provas dadas (36 por cento dos

quais são mulheres) –, a equipa que se apresenta por Lisboa é «uma emanação muito rica do próprio projecto político pelo qual a coligação se tem batido» e «constitui humanamente um exemplo de persistência, trabalho, dedicação na luta e na construção concreta de um presente e futuro melhores».

Mas, para Paulo Sucena, a CDU não encerra apenas um

projecto de esperança. Encerra também «um património de resistência a tudo o que ameaça transformar a democracia num espaço de descrença e desencanto, de resignação e conformismo».

Trata-se de uma coligação «com memória e história próprias» que, irmanando cidadãos sem partido e militantes e dirigentes do PCP, de «Os Ver-

des» e da Intervenção Democrática, tem «raízes fundas num passado de luta pela liberdade, pela democracia, pelos direitos dos trabalhadores, pela justiça social, pela paz e pelo progresso que é a história do PCP, sua principal força política». É uma coligação de «pensar e agir» que, com as suas propostas, tem contribuído na Assembleia da República para

melhorar o dia-a-dia do povo português.

O seu passado e o seu presente são, pois, sublinhou Paulo Sucena, «a principal garantia de que o seu projecto tem futuro e contém potencialidades suficientes» para encarar com confiança a construção de uma nova sociedade. «Assim o queira o povo do distrito de Lisboa.»

Lista de candidatos

Carlos Carvalhas

56 anos
Economista
Após o 25 de Abril, foi secretário de Estado do Trabalho em cinco governos provisórios e vice-presidente do Conselho Nacional do Plano.
Foi deputado do Parlamento Europeu e deputado no Conselho da Europa, onde foi presidente do Grupo Comunista
Foi candidato à Presidência da República em 1990
Deputado à Assembleia da República
Secretário-Geral do PCP
Membro do Conselho do Estado.

Luís Sá

47 anos
Licenciado em Direito e doutorado em Ciências Sociais na especialidade de Ciência Política
Deputado da Assembleia da República e professor universitário
Foi adjunto do Gabinete do ministro dos Transportes e Comunicações no IV e V Governos Provisórios e do ministro das Obras Públicas no VI Governo Provisório
Foi membro da Comissão Nacional de Eleições entre 1977 e 1987
Eleito para o Parlamento Europeu em 1994
Director da revista *Poder Local* desde 1979
Membro da Comissão Política do Comité Central do PCP.

Bernardino Soares

28 anos
Licenciado em Direito
Deputado da Assembleia da República.
Membro da Comissão Parlamentar da Juventude e da Comissão Parlamentar da Saúde. Membro da Subcomissão do Desporto da Assembleia da República.
Membro da Comissão Eventual para o Acompanhamento e Avaliação da Situação da Toxicod dependência
Membro da Direcção Nacional da JCP e da Direcção Regional de Lisboa do PCP.

Isabel Castro

44 anos
Empregada bancária
Membro da Assembleia Municipal de Lisboa
Deputada da Assembleia da República
Integrou o Secretariado Coordenador dos Verdes Europeus de 89/91
Membro da Comissão Executiva do Partido Ecologista «Os Verdes» (PEV)

Fátima Amaral

49 anos
Empregada bancária
Foi membro dos Corpos Gerentes do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas
Membro da Comissão Sindical do Crédito Predial Português
Membro da Direcção Regional de Lisboa do PCP.

António Filipe

36 anos
Jurista
Deputado da Assembleia da República.
Vogal da Direcção do Grupo Parlamentar do PCP. Presidente da Comissão Parlamentar para a Toxicod dependência e o Tráfico de Drogas. Membro da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias e da Delegação Portuguesa à União Interparlamentar.

Membro da Assembleia Municipal da Amadora
Membro da Plataforma Internacional de Juristas por Timor
Membro da Direcção do Sector Intelectual de Lisboa e do Comité Central do PCP.

João Galdes

41 anos
Licenciado em Comunicação Social
Quadro dirigente da Administração Local
Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Associação de Pais da Escola Secundária Emídio Navarro
Vice-presidente da Assembleia Geral da AIPICA
Membro da Comissão Directiva da Intervenção Democrática.

Natália Filipe

32 anos
Enfermeira
Membro da Direcção Nacional e da Direcção Regional de Lisboa do Sindicato dos Enfermeiros Portugueses
Membro da Direcção Regional de Lisboa do PCP.

Margarida Botelho

22 anos
Licenciada em Ciências da Comunicação pela FCSH. Foi estagiária no *Jornal de Letras*.
Membro do Movimento Democrático de Mulheres e da Plataforma «Pelo Direito de Optar»
Membro da Comissão Política e do Secretariado da JCP

Alexandrino Saldanha

50 anos
Bancário – advogado
Membro da Direcção do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas
Deputado da Assembleia da República
Membro do Organismo de Direcção do Sector dos Bancários de Lisboa do PCP.

Helena Serôdio

51 anos
Professora catedrática
Membro do Conselho de Redacção da revista *Vértice*
Secretária-geral honorária da Associação Internacional de Críticos de Teatro
Membro da Direcção do Sector Intelectual de Lisboa do PCP.

Arménio Carlos

44 anos
Operário electricista da Carris
Dirigente do Sindicato dos Trabalhadores dos Transportes Colectivos do Distrito de Lisboa
Pertence à Direcção da Escola Bento de Jesus Caraça
Integra a Comissão Executiva da CGTP-IN e é coordenador da Direcção da União dos Sindicatos de Lisboa
Membro da Direcção Regional de Lisboa e do Comité Central do PCP.

Marília Villaverde Cabral

57 anos
Empregada de escritório
Foi dirigente do Movimento Democrático de Mulheres e dirigente sindical dos Escritórios
Membro da Direcção Regional de Lisboa do PCP e dos seus organismos executivos

Responsável pela acção e intervenção junto dos reformados
Membro do Comité Central do PCP.

António Andrez

48 anos
Foi marinheiro e membro da Assembleia do MFA
Foi membro da Assembleia Municipal da Amadora e da Assembleia Municipal de Lisboa
Membro da Direcção Regional de Lisboa do PCP e dos seus organismos executivos
Membro da Comissão Política do Comité Central do PCP.

Jerónimo de Sousa

52 anos
Operário metalúrgico da MEC
Membro da Comissão de Trabalhadores da MEC e Coordenador da Comissão Coordenadora das Comissões de Trabalhadores da Região de Lisboa (CIL)
É dirigente do Sindicato dos Metalúrgicos de Lisboa
É presidente da Direcção da Colectividade de Pirescoxe
Foi deputado à Assembleia da República e vice-presidente do Grupo Parlamentar do PCP
Foi candidato à Presidência da República
Membro da Comissão Política do Comité Central do PCP.

Nuno Ramos de Almeida

35 anos
Jornalista
Foi dirigente estudantil no ensino secundário, no ISEG e no ISCTE
Foi director dos *Cadernos Política* e director-adjunto do semanário *Já*.
Jornalista da SIC
Membro do Conselho Português para a Paz e Cooperação
Membro do Sector Intelectual de Lisboa do PCP.

Demétrio Alves

49 anos
Engenheiro
Foi membro do Conselho Casapiano e da Comissão de Reestruturação da Casa Pia de Lisboa
Pertenceu à Comissão de Trabalhadores da EDP e foi eleito representante dos trabalhadores no Conselho de Fiscalização da empresa
Presidente da Câmara de Loures de 1990 a 1999
Membro da Direcção Regional de Lisboa do PCP.

Fernando Ambrioso

30 anos
Carteiro dos CTT
Coordenador Regional e dirigente nacional do Sindicato Nacional dos Trabalhadores dos Correios e Telecomunicações
Dirigente e coordenador nacional da Interjovem / CGTP-IN
Membro da Direcção Regional de Lisboa do PCP.

Vitor Serrão

48 anos
Historiador de Arte. Professor Associado da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. É autor de diversos livros sobre arte portuguesa dos séculos XVI e XVII e sobre teoria da produção artística. Integra o

conselho redactorial da revista *Caderno Vermelho* e os das revistas *Vértice* e *Monumentos*. Pertence a diversas Associações de Defesa do Património, ao ICOMOS, à Associação Portuguesa dos Historiadores de Arte e ao Conselho Nacional de Cultura
Membro da Direcção Regional de Lisboa do PCP.

Luís Azevedo

74 anos
Advogado
Presidente da Assembleia Geral da Intervenção Democrática.

José Luís Ferreira

36 anos
Advogado
Chefe de Gabinete do Grupo Parlamentar «Os Verdes»
Membro da Comissão Executiva Nacional do Partido Ecologista «Os Verdes».

Manuela Prates

48 anos
Operária têxtil
Dirigente sindical dos Têxteis e dirigente da USL. Membro da Comissão Nacional de Mulheres da CGTP-IN
Membro da Direcção Regional de Lisboa e do Comité Central do PCP.

António Bogalho

42 anos
Operário
Presidente da Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço
Membro do Conselho de Administração da Associação dos Municípios do Oeste e presidente da Assembleia Intermunicipal da AMASCULTURA
Membro da Direcção Regional de Lisboa do PCP.

Rita Magrinho

51 anos
Professora do Ensino Secundário
Foi membro da Direcção do Sindicato dos Professores da Grande Lisboa e da FENPROF
Vereadora da Câmara Municipal de Lisboa
Membro da Direcção Regional de Lisboa do PCP.

Ana Paula Assunção

42 anos
Mestre em História Local e Regional
Directora Municipal dos Museus do Município de Loures
Membro do Secretariado Nacional do Movimento Democrático de Mulheres
Membro da Comissão Concelhia de Loures do PCP.

Manuela Silva

29 anos
Médica, interna do Internato Complementar de Psiquiatria no Hospital de Santa Maria
Pertenceu à Direcção da Associação de Estudantes da Faculdade de Medicina de Lisboa
Membro da Direcção do Sindicato dos Médicos da Zona Sul
Membro da Direcção Regional de Lisboa do PCP.

José Neves

20 anos
Estudante universitário de História

Moderna e Contemporânea no ISCTE
Dirigente estudantil. Membro do núcleo de estudantes de sociologia.
Membro do Movimento de Estudantes do Ensino Superior pelo SIM à despenalização da IVG
Membro da Direcção do Ensino Superior de Lisboa da JCP e da Direcção do Sector Intelectual de Lisboa do PCP.

Morais e Castro

59 anos
Actor, encenador e advogado
Entre 1961 e 1964, pertenceu à secção cultural e foi director do Grupo Cénico da Associação Académica da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa
Foi dirigente e coordenador da Direcção do Sindicato dos Trabalhadores de Espectáculos
É presidente da Assembleia Geral da GDA – Gestão dos Direitos dos Artistas
É membro da Direcção do Sector das Artes do Espectáculo do Sector Intelectual de Lisboa do PCP.

Ana Avoila

46 anos
Funcionária pública
Membro da Direcção Nacional e do Plenário Nacional da Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública. Coordenadora nacional das IPSS
Membro da Direcção Regional de Lisboa do PCP.

Alves Machado

46 anos
Engenheiro
Membro da Assembleia Municipal de Vila Franca de Xira
Membro da Comissão Concelhia do PCP.

Luísa Ramos

50 anos
Trabalhadora da TAP
Membro da Assembleia Municipal de Almada
Dirigente sindical do SITAVA.
Membro do Conselho Nacional da CGTP-IN
Membro do Organismo de Direcção do Sector de Transportes de Lisboa do PCP.

Carlos Silva Santos

48 anos
Médico de Saúde Pública e Saúde Ocupacional
Assistente da Escola Nacional de Saúde Pública da Universidade Nova de Lisboa
Delegado Regional de Saúde da Região de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo
Eleito na Assembleia de Freguesia de Odivelas
Membro da Comissão Concelhia de Odivelas do PCP.

Paula Borges

24 anos
Estudante
Membro da Direcção da Associação de Estudantes da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, da Assembleia de Representantes da FCSH e do Senado da Universidade Nova de Lisboa
Vereadora da Câmara Municipal de Sintra
Membro da Direcção do Ensino Superior de Lisboa da JCP e da Comissão Concelhia de Sintra do PCP.

António Tremoço

53 anos
Operário
Foi membro da Comissão de Trabalhadores da Sorefame
Dirigente do Sindicato dos Metalúrgicos e da FEQUIMETAL. É coordenador da União Local de Sindicatos da Amadora
Membro da Assembleia Municipal da Amadora
Membro da Direcção Regional de Lisboa do PCP.

Dulce Arrojado

36 anos
Professora
Membro da Assembleia Municipal de Vila Franca de Xira
Membro do Conselho Nacional do Partido Ecologista «Os Verdes».

Fernanda Lapa

56 anos
Actriz / encenadora
É a directora artística da Escola de Mulheres – Oficina de Teatro
Foi co-fundadora da Casa da Comédia em 1963 e desde 1972 que tem dirigido espectáculos de teatro, teatro/dança e ópera. Exerce regularmente funções docentes em várias Escolas de Teatro e Dança do país
Foi técnica de reinserção social de cegos da Fundação Sain
Pertence ao Conselho Nacional do Movimento Democrático de Mulheres.

Fernando Gomes da Silva

67 anos
Arquitecto
Membro do Conselho Geral da Intervenção Democrática.

Araldo Pereira

52 anos
Licenciado em História pela Faculdade de Letras de Lisboa. Foi professor do Ensino Preparatório e Secundário e Assistente da Faculdade de Letras de Lisboa (Departamento de História)
Colaborou com a Associação de Municípios do Distrito de Setúbal, promovendo e orientando programas culturais e de dinamização da leitura pública. A partir de 1987 passou a coordenar os Serviços Culturais da Câmara Municipal do Seixal
Vereador da Câmara Municipal de Oeiras, desde 1993, tendo-lhe sido atribuída a gestão dos pelouros do Desporto e dos Centros Históricos
É autor de vários trabalhos e artigos na área da História e do Património Cultural
Membro da Comissão Concelhia de Oeiras do PCP.

Vladimiro Matos

49 anos
Empresário
Presidente da Associação dos Comerciantes e Industriais do Concelho de Alenquer.

Iva Cabral

46 anos
Licenciada em História
Faz investigação na área da História de Cabo Verde. Actualmente está a fazer o doutoramento nesta área, sob a orientação do prof. dr. António Borges Coelho
Tem acompanhado de perto a vida das Comunidades Imigrantes
Independente proposta pelo PCP.



Da esquerda para a direita, podem ver-se, ao lado de Carlos Carvalhas, Blasco Hugo Fernandes e António Andrez, candidatos da CDU por Lisboa, e Paulo Sucena, mandatário da lista

Setúbal CDU assume «projecto de esquerda»

O PCP apresentou na sexta-feira passada, num hotel da Costa de Caparica, algumas das principais linhas programáticas para o distrito de Setúbal.

Um intenso debate interno, dirigido por José Manuel Maia, precedeu a apresentação das propostas, resumidas na intervenção de Octávio Teixeira, cabeça de lista da CDU por este círculo eleitoral. Na ocasião, para além de Octávio Teixeira, intervieram Jorge Pires, membro da Comissão Política, e Carlos Carvalhas, que encerrou a sessão.

Octávio Teixeira começou por referir as preocupações do PCP face aos entraves e dificuldades que, após quatro anos de governação PS, persistem e obstam «a um desenvolvimento harmónico e

sustentado do distrito de Setúbal», considerando ser nessa estratégia que reside a questão central. Isto significa, basicamente, «uma maior aposta no aproveitamento dos recursos e capacidades endógenas», maiores apoios «à diversificação da estrutura produtiva e à criação de empregos estáveis e justamente remunerados», a criação de condições «para uma maior autonomia do distrito». Em suma, um «projecto de esquerda», como defendem os candidatos da CDU.

Por fim, depois de tecer críticas à localização do novo aeroporto na Ota, Octávio Teixeira considerou que o futuro governo terá «de encontrar rapidamente um outro mega-projecto para o distrito de Setúbal», pois os trabalhadores e os desempregados «não podem continuar a ser castigados» nem Setúbal «abandonado aos golpes de secretaria».

Intervenção de Carlos Carvalhas PS e PSD prometem o que não fizeram

A situação no distrito de Setúbal é «consequência das opções de política nacional» e de «uma política de concentração de riqueza», disse Carlos Carvalhas, referindo os elevados índices de desemprego e a grave situação que se vive na Península de Setúbal. A intervenção (de que a seguir se transcrevem extractos), proferida na sexta-feira, na Costa de Caparica, encerrou a sessão de apresentação das linhas programáticas do PCP para Setúbal.

(...) O Governo está transformado num verdadeiro comité eleitoral do PS.

Querem alguns exemplos?

O Ministro do Equipamento com o dinheiro de todos nós antecipa obras, para inaugurar antes de Outubro, pagando milhões de contos extra; o Ministro da Agricultura que vai ser candidato por Évora, apresenta nesta cidade, como ministro, o Plano de Regadio para o Alentejo.

O Ministro da Administração Interna depois de ter sido apresentado como cabeça de lista por Setúbal, vai inaugurar hoje a Feira de Santiago. Ao que se sabe não há nenhum problema de segurança que o justifique.

Os governadores civis, com o dinheiro dos contribuintes, editam brochuras caríssimas a publicitar a obra do Governo. E como esta não é suficiente juntam-lhe as obras das autarquias da CDU! É um fartote.

Por sua vez, o Ministro da Economia diz-nos que até Outubro não haverá aumento dos combustíveis porque fez um acordo com as petrolíferas e não esclarece se fez esse acordo com o dinheiro do Orçamento do Estado. Alguns dirão que é uma pena que as eleições não sejam uns meses mais tarde pois assim teríamos mais umas obras antecipadas e teríamos a garantia de mais uns meses sem aumento de gasolina.

Tudo o que criticaram ao PSD fazem-no agora com a mesma hipocrisia.

O Sr. Presidente da República tem uma palavra a dizer sobre isto, pois tem o dever de contribuir para a verdade do acto eleitoral.

Até no eleitoralismo o PS não fica atrás do PSD. Mas não só.

O PS e o PSD andam também numa grande azáfama de desresponsabilização. É a política de Pilatos.

O Alqueva está atrasado, a culpa é do PSD, diz o PS; não a culpa é do PS, diz o PSD.

Há embargo à exportação da carne de vaca, nenhum dos partidos se considera responsável.

Há empresas públicas que passam para o domínio estrangeiro, ninguém é culpado das privatizações, nem de ter beneficiado Champalimaud...

PS e PSD prometem agora o que não fizeram e defendem agora o que ontem condenaram...

E depois dizem que os cidadãos se divorciam da vida política. (...)

Reflectir em conjunto

Este Encontro foi um encontro de trabalho, de preparação da Campanha Eleitoral para o Distrito de Setúbal, não foi um encontro de propaganda, com beija-mãos à mistura, nem uma etapa de uma qualquer volta política a Portugal em autocarro...

Neste Encontro procurámos colocar questões, reflectir em conjunto, ouvir sugestões, preparar medidas.

São conhecidos os elevados índices de desemprego na Península de Setúbal e que a limpeza dos ficheiros e cursos de formação profissional apenas mascaram uma grave situação. E são conhecidos os problemas de várias empresas, dos agricultores e dos pescadores que pescam nas águas de Marrocos.

A situação no distrito é também consequência das opções de política nacional.

Uma política de concentração de riqueza.

O Governo limitou-se a gerir o que vinha do cavaquismo e, com o dinheiro da venda do riquíssimo património público e dos fundos

comunitários, satisfaz as suas clientelas e acabou algumas obras públicas de vulto, como é o caso da via férrea na Ponte 25 de Abril, uma melhoria nas acessibilidades, mas com preços de transporte e de parqueamento altamente penalizadores.

Procurando o poder absoluto, o Primeiro-Ministro diz por aí nuns cartazes que «Portugal está em boas mãos». Para os boys do PS, para os senhores do dinheiro e da banca certamente estará. Mas para os milhares de desempregados, reformados e jovens com um emprego mal pago e precário, aqui no distrito, certamente que não está.

O Portugal que «está em boas mãos» é o país da União Europeia que tem o maior fosso entre os 20% mais ricos e os 20% mais pobres, isto é, o país que tem o maior índice de concentração de riqueza e tudo isto com um Governo dito socialista.

É o país com maior percentagem de trabalho precário e é o país da União Europeia com o mais baixo salário mínimo e as mais baixas reformas.

O «País está em boas mãos», certamente para aqueles que só este ano vão beneficiar de 300 milhões de contos de benefícios fiscais.

Mas este é também o país onde se fala à boca cheia na lavagem de dinheiro, de casos escaldantes como os da JAE e da Universidade Moderna, em escândalos como a compra dos comboios pendulares, e onde ninguém é penalizado ou responsabilizado...

Ninguém paga o que se delapidou.

E tudo isto se verifica num país que está em boas mãos e que como também diz o Primeiro-Ministro «não é uma república das bananas»! O que faria se fosse!

É por isso que nos dirigimos à opinião pública e lhe dizemos: Não deixem que eles ponham as mãos em tudo!

Já basta de arrogância, mesmo que disfarçada, já basta de utilização do aparelho do Estado para as clientelas do Partido do Governo. (...)

Assegurar crescimento

Muitas questões, pistas, preocupações e propostas foram aqui colocadas e são de grande importância e riqueza para a elaboração do Programa do Distrito.

Pensar o distrito hoje e no futuro próximo: quais os principais estrangulamentos? Como ultrapassá-los? Que caminhos seguir no país e no distrito no quadro da União Europeia, da liberalização de capitais, das tendências da Organização Mundial do Comércio e de uma economia mundial cada vez mais «globalizada»?

Não há respostas simplistas, esquemáticas, mas é uma evidência como a experiência demonstra, que as respostas neoliberais ou de «terceira-via» social-democrata não são resposta nenhuma, nem para o distrito, nem para o país.

São a propaganda, com uma outra roupagem do «modelo» neoliberal com a conhecida polarização da riqueza, degradação social e em que a criminalidade assume proporções endémicas...

Portugal está confrontado com graves problemas que necessitam de ser equacionados e respondidos.

A primeira questão que se coloca é a do desenvolvimento tendo em conta o mercado único em que nos encontramos, os constrangimentos do «pacto de estabilidade» e da Organização Mundial do Comércio, a liberalização do movimento de capitais e a crescente dependência e subcontratação do aparelho produtivo nacional.

Ou colocando a questão de outra maneira:

Como assegurar um crescimento equilibrado e um desenvolvimento regional e nacional suficientemente forte e sustentado para que diminua a distância que nos separa da média europeia?

E para se atingir esse objectivo como assegurar que, empresas básicas e estratégicas fundamentais para o delineamento de uma estratégia de desenvolvimento nacional não venham a ser controladas por centros de decisão externos?

O caso Champalimaud veio pôr em evidência aquilo que sempre dissemos ou seja, que com o processo de «mão baixa» sobre as Empresas Públicas, mais tarde ou mais cedo estas corriam o perigo de ficarem nas mãos, ou de serem dominadas pelo estrangeiro.

E quanto ao crescimento há que colocar a questão: crescimento para quem? Para meia dúzia de famílias? Para o capital financeiro? (...)

Odete Filipe

49 anos
Operária metalúrgica
Dirigente Sindical dos Metalúrgicos, da FEQUIMETAL, da Comissão Nacional de Mulheres e do Conselho Nacional da CGTP-IN
Membro da Direcção Regional de Lisboa do PCP.

Alfredo Flores

60 anos
Músico
Pertenceu à Orquestra Gulbenkian durante mais de 30 anos e foi um dos fundadores da Orquestra de Câmara Sousa Carvalho. É professor de música na Academia de Dança Contemporânea de Setúbal
Foi dirigente do Sindicato dos Músicos e presidente da direcção em vários mandatos
Presidente da Federação Portuguesa das Colectividades de Cultura e Recreio
Membro da Direcção Regional de Lisboa do PCP.

Sandra Monteiro

29 anos
Licenciada em História. Estudante de Mestrado
Pertenceu à Associação de Estudantes da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas e teve uma participação destacada no movimento estudantil
Pertence ao Conselho de Redacção da revista *Vértice* e ao Conselho de Redacção do *Caderno Vermelho*.
Membro da Direcção Regional de Lisboa do PCP.

Libério Domingues

41 anos
Operário
Presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Câmara Municipal de Lisboa
Membro da Direcção da USL e do Conselho Nacional da CGTP-IN
Presidente da Colectividade «Inglêses Futebol Clube»
Membro da Direcção da Cidade de Lisboa do PCP.

Carlos Rabaçal

46 anos
Técnico superior de Desporto
Assessor do Pelouro do Desporto da Câmara Municipal de Lisboa, com responsabilidades no Plano de Desenvolvimento Desportivo de Lisboa. Coordenador de Estudos no Observatório Municipal do Desporto
Convidado a intervir em debates, colóquios, acções de formação e seminários e congressos sobre Desporto e Associativismo, a nível nacional e internacional
Vereador da Câmara Municipal de Cascais
Membro da Direcção Regional de Lisboa e do Comité Central do PCP.

Celeste Soeiro

46 anos
Operária
Membro da Comissão de Trabalhadores da OGFE
Membro da Direcção do Sindicato dos Trabalhadores dos Estabelecimentos Fabris das Forças Armadas e da Cooperativa de Consumo dos Trabalhadores das Forças Armadas

Dirigente da USL. Membro do Conselho Nacional da CGTP-IN
Membro da Direcção Regional de Lisboa e do Comité Central do PCP.

João Alexandre

28 anos
Advogado
Membro da Comissão Concelhia de Torres Vedras do PCP.

Rogério Cassona

41 anos
Director de produção (área de mármore)
Membro da Assembleia Municipal de Sintra
Membro do Conselho Nacional do Partido Ecologista «Os Verdes»

Rudolfo Caseiro

53 anos
Empregado
Presidente do Sindicato da Hotelaria do Sul. Dirigente da FESAP e da USL.
Membro do Conselho Nacional da CGTP-IN
Membro da Direcção Regional de Lisboa do PCP.

Janita Salomé

52 anos
Músico
Independente proposto pelo Partido Ecologista «Os Verdes».

Bernardino Aranda

23 anos
Estudante de Economia da Universidade Católica
Membro da Direcção Nacional da JCP e da Direcção Regional de Lisboa do PCP

Nelson Quintino

25 anos
Estudante da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa
Vice-presidente da Associação de Estudantes Universitários de Arruda dos Vinhos
Membro da Assembleia Municipal de Arruda dos Vinhos.

João Vieira

60 anos
Agricultor
Presidente da Associação dos Agricultores do Distrito de Lisboa
Membro da Direcção da Confederação Nacional da Agricultura (CNA)

Maria Irene Leitão Crespo

53 anos
Empregada administrativa/financeira
Membro do Conselho Geral da Intervenção Democrática.

Jorge Magrinho

29 anos
Operário das OGMA - Oficinas Gerais de Material Aeronáutico
Foi membro da Associação de Estudantes da Escola Alves Redol, da Direcção da Federação Nacional dos Trabalhadores Estudantes
Foi membro da Direcção do Conselho Nacional da Juventude
Integrou a Interjovem distrital e nacional
Membro da Direcção do Sindicato dos Metalúrgicos de Lisboa e da FEQUIMETAL
Membro da Direcção Regional de Lisboa do PCP.

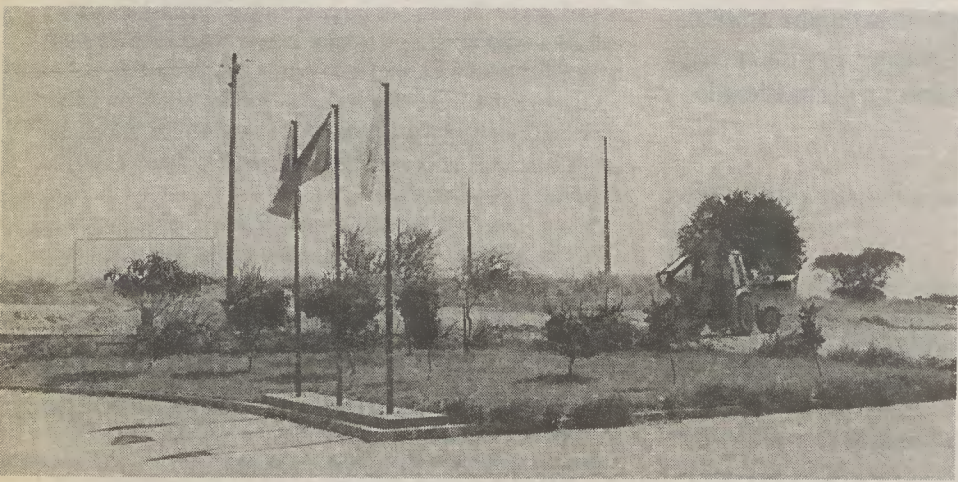


Graça do Divor Voluntários pavimentam rua

Graças ao trabalho voluntário dos habitantes da freguesia de Graça do Divor, a Rua de Évora, com uma extensão de cerca de 800 metros, vai estar completamente pavimentada em princípios de Agosto.

A diferença no estado desta artéria, a mais importante da Graça do Divor, antes e depois das obras, é elucidativa sobre o notável trabalho aí realizado.

Isidro Lobo, presidente da Junta de Freguesia, de maioria CDU, dá particular valor a este trabalho voluntário, «tão raro hoje em dia», ao qual se deve a construção daquela rua. Os custos da obra, que contou com o apoio da Câmara Municipal de Évora em materiais e máquinas, segundo Isidro Lobo, devem ascender aos 20 mil contos.



Governo esqueceu o Alentejo

«O Governo PS continua de costas viradas para o Alentejo», concluiu a Direcção Regional do Alentejo do PCP, depois de analisar alguns aspectos da situação económica e social da Região.

A confirmar os alertas que tem lançado, o PCP invoca o estudo da Eurostat que revela o afastamento cada vez maior que existe entre o Alentejo e as outras regiões da Europa. O Alentejo apresenta-se como a região com a maior tendência de desertificação nos próximos anos, confirmando o cenário mais pessimista do estudo da CCRA, de continuação da perda de 4 a 5 mil habitantes por ano. O que, a prosseguirem as

actuais políticas, levará a que até 2025 o Alentejo tenha perdido mais 100 mil habitantes.

Ao mesmo tempo, as contas regionais do Instituto Nacional de Estatística, recentemente publicadas, continuam a situar o rendimento das famílias alentejanas no escalão mais baixo do País, com uma diferença de 34 pontos em relação a Lisboa e Vale do Tejo.

Apesar desta situação, o Governo optou por não instalar no Alentejo uma das duas faculdades de medicina criadas; considerar a instalação do novo aeroporto na Ota; manter as Pirites Alentejanas sem laborar;

atrasar por mais quatro anos a utilização da BA11 para fins civis ou, ainda, privar o Programa Operacional do Alentejo dos 25 milhões de contos reclamados pelas autarquias.

Enfim, para o PCP, o Alentejo foi mais uma vez palco de muitas visitas do Primeiro-Ministro, de ministros e secretários de Estado, ouviu muitas promessas, mas «ficou para trás face ao resto do País».

É, pois, esta realidade que «o povo alentejano deve ter presente quando for votar no próximo dia 10 de Outubro». Uma realidade que só o reforço da CDU pode alterar.

Um deputado CDU para o Minho

«É necessário e possível eleger um deputado da CDU» pelo círculo eleitoral de Braga, concluiu o encontro concelhio da CDU de Guimarães, realizado no sábado.

Os participantes do encontro, que teve a presença da Agostinho Lopes, cabeça de lista pelo distrito, sublinharam a necessidade de esclarecer o eleitorado sobre a inutilidade de eleger mais um ou menos um deputado pelo PS ou pelo PSD e a importância que, pelo contrário, terá para Braga a eleição de um deputado da CDU. Não só pela novidade que essa eleição representa como pela dinâmica que necessariamente vai imprimir à intervenção dos

deputados dos restantes partidos - cujo trabalho, aliás, ninguém conhece.

No final do encontro, que também condenou a discriminação de que a CDU e o PCP são alvo nos órgãos de comunicação social nacional, em particular na televisão, Agostinho Lopes, em curta intervenção, resumiu o debate.

Começando por referir a justiça das propostas a CDU, o dirigente comunista considera que isso se revelou como um factor de confiança para o convencimento do voto na coligação. Por outro lado, se os cidadãos votam nos comunistas para os sindicatos, para as autarquias ou para as

direcções de inúmeras associações, não há razão para que o não façam para a Assembleia da República. «Se as pessoas sabem que nos têm a seu lado quando de nós precisam, é necessário que, sem qualquer oportunismo eleitoral, possam agora perceber a importância do voto da CDU, desta vez!».

Por fim, Agostinho Lopes, abordando os possíveis cenários resultantes do acto eleitoral, contrapõe à eventual maioria absoluta do PS, a possibilidade do reforço das posições da CDU e do PCP na Assembleia da República e a viragem à esquerda na política que esse reforço permitiria.



Deputados comunistas prestam contas

Leis da República com origem em projectos de lei do PCP

Lei nº 95/99

Possibilidade dos maiores municípios disporem de directores municipais

Esta lei veio criar a possibilidade de, nos municípios cuja participação no Fundo Geral Municipal (FGM) seja igual ou superior a 8 0/00, os serviços municipais disporem de directores municipais que coadjuvem o presidente da câmara e os vereadores na direcção e organização de actividades no âmbito da gestão municipal. Nos municípios que, pela sua dimensão e densidade populacional, impõem um elevado volume de deliberações, actos e procedimentos administrativos e uma mais complexa estrutura de serviços, os eleitos municipais estão, objectivamente, cada vez mais absorvidos pelo crescente volume de solicitações que a gestão municipal impõe, o que tem como consequência a redução da sua disponibilidade e das condições para responderem com prontidão devida às inúmeras acções que

lhes são exigidas. O envolvimento efectivo do pessoal dirigente, designadamente ao nível de directores municipais, em funções de coadjuvação do presidente da câmara e dos vereadores na preparação das decisões e na execução de todos os actos de gestão municipal constitui um factor capaz de contribuir para um mais eficaz e célere andamento dos processos, para a diminuição dos prazos de resposta e prontidão no atendimento das diversas solicitações decorrentes do funcionamento dos serviços e para a gestão em geral. Para isso, os directores municipais têm competências específicas, designadamente no âmbito da direcção e superintendência dos serviços. Foi com este objectivo que o PCP propôs esta lei, que passa a ser um instrumento fundamental para a racionalização da actividade dos eleitos municipais.

Lei nº 127/97

Aplicação dos direitos relativos à protecção da maternidade e da paternidade aos eleitos locais em regime de permanência

Esta lei - que alterou o Estatuto dos Eleitos Locais - veio consagrar a aplicação dos direitos relativos à protecção da maternidade e da paternidade aos eleitos locais em regime de permanência. Antes da sua aprovação, o referido Estatuto continha uma lacuna limitadora dos direitos inerentes à maternidade e à paternidade, uma vez que não compatibili-

zava estes direitos com a eventual suspensão do mandato pelos motivos referidos. Nos termos da lei geral referente à protecção da maternidade e da



zava estes direitos com a eventual suspensão do mandato pelos motivos referidos. Nos termos da lei geral referente à protecção da maternidade e da

paternidade, as mulheres têm direito a uma licença por maternidade, sendo esta licença considerada, para todos os efeitos legais, como prestação efectiva de trabalho, designadamente para efeitos de remuneração, antiguidade e subsídio de refeição. A aplicação da referida legislação aos eleitos locais em regime de permanência suscitou, ao longo de anos, problemas ao nível do normal funcionamento dos órgãos autárquicos, já que, relativamente aos eleitos que se ausentavam por motivos de maternidade ou paternidade, colocava-se o problema da sua substituição, sob pena dos órgãos autárquicos funcionarem com menos um ou mais membros durante o período de ausência. Ao garantir aos eleitos locais em regime de permanência o exercício de todos os direitos previstos na legislação sobre protecção à maternidade e à paternidade, esta lei veio facilitar a substituição dos eleitos que tenham que se ausentar por esses motivos, devolvendo a normalidade ao funcionamento dos órgãos autárquicos.

Lei nº 58/98

Lei das Empresas Municipais, Intermunicipais e Regionais

A Lei n.º 58/98 é um instrumento que permite às Câmaras Municipais, às Associações de Municípios (e no futuro às Regiões Administrativas) dispor de poderes para criar as condições mais favoráveis à gestão de alguns serviços compreendidos nas suas atribuições.

Maior eficácia, operacionalidade e transparência no exercício das atribuições por parte das autarquias locais é um objectivo conseguido, que simultaneamente constitui uma alternativa positiva, mais coerente e mais eficaz, à política de privatização de serviços essenciais como o abastecimento domiciliário de água e a recolha de resíduos urbanos.

Algumas propostas importantes do projecto de lei do PCP, como a intervenção dos trabalhadores no desenvolvimento e controlo da actividade da empresa, tendo em conta o disposto na lei sobre controlo de gestão pelos trabalhadores e um Conselho Geral, constituído por representantes das autarquias, dos trabalhadores da empresa e de represen-

tantes dos utentes não foram aceites pelos outros partidos, incluindo o PS.

No entanto, nas empresas que exploram serviços públicos, existirá um Conselho Geral ainda que com funções meramente consultivas, sendo facultativo nas restantes.

São os órgãos autárquicos que nomeiam e exoneram o Conselho de Administração da empresa e são ainda eles que exercem poderes de superintendência em relação às empresas tais como:

- emitir directivas e instruções no âmbito dos objectivos a prosseguir;
- aprovar os instrumentos de gestão provisional, o relatório e as contas do exercício;
- aprovar preços e tarifas dos serviços;
- autorizar a celebração de empréstimos;
- determinar a realização de auditorias e averiguações ao funcionamento das empresas;
- outros poderes que lhe sejam conferidos pela lei ou pelos estatutos.

TRABALHADORES

Despedimentos

«Uma posição clara da administração e o fim dos despedimentos», tais são, em síntese, as exigências da União dos Sindicatos de Évora, reiteradas em nota pública a propósito dos mais recentes desenvolvimentos ocorridos na empresa Siemens instalada em Évora.

Veiculando a preocupação que percorre a generalidade dos trabalhadores, aquela União sindical recorda que em Dezembro de 1998 o número de postos de trabalho na empresa situava-se nos 1387, número que desceu para 1231 em Junho do corrente ano, estando no mês em curso a processar-se uma saída de trabalhadores a um ritmo de dois a três por dia.

Isto enquanto a administração continua a dizer que não haverá redução de pessoal, o que na prática é desmentido pelo «convite» sistemático aos trabalhadores dos vários sectores e em todos os grupos profissionais para que rescindam os contratos. Trata-se, para os sindicatos, de uma «forma camuflada de despedimento colectivo», situação esta que recusam, lembrando que a região detém já a mais alta taxa de desemprego do País.

Portucel

«Quem sabe o que se passa na Portucel?». Esta é a pergunta feita pela comissão coordenadora das CT's do Grupo Portucel, em comunicado emitido a propósito das negociações que presumivelmente estarão em curso sobre o futuro da GESCARTÃO. Em causa está, concretamente, o «negócio» relativo à privatização daquela empresa, até agora ocultado aos trabalhadores, mas que tudo indica estará nos planos do Governo, de acordo com uma notícia publicada no início deste mês pelo «Diário Económico».

«Não se podem aceitar negociações menos claras, hipotecando ou locando património público», sublinha a coordenadora das CT's, que deixa ainda o aviso de que vai «estar atenta» e que assumirá uma posição activa de oposição à «destruição do património das empresas do Grupo Portucel».

Arsenal

As comissões sindicais e de trabalhadores do Arsenal do Alfeite, em comunicado conjunto, exigiram a publicação do despacho conjunto que consagra a revalorização de carreiras do pessoal civil. O atraso na publicação daquele diploma, que mereceu o acordo das ORT's e do Ministério da Defesa Nacional, levou já os trabalhadores a cumprirem um período de greve no passado dia 20, que contou com a adesão de 90 por cento dos trabalhadores do Arsenal do Alfeite, e que culminou com uma deslocação à residência oficial do Primeiro Ministro.

Acidentes de trabalho em Portugal

Governo esconde dimensão da tragédia

A Federação Nacional dos Sindicatos da Construção, Madeiras, Mármore e Materiais de Construção Civil contestou os dados estatísticos contidos num estudo sobre acidentes de trabalho realizado pelo Ministério do Trabalho, considerando que os mesmos pecam claramente por defeito e não traduzem a verdadeira extensão da tragédia.

O número de acidentes mortais apurado no estudo para o sector da construção civil e obras públicas - 156 mortos em 1998 -, está muito aquém da realidade, acusa a Federação, que, segundo as suas próprias fontes, estima que por ano, dos acidentados mais graves, «acabam por sucumbir quase outro tanto como os apontados aquando do acidente».

No comunicado, em que acusa o Governo de «incompetência e falta de respeito por quem trabalha», o Conselho Nacional daquela estrutura sindical comenta ainda as medidas anunciadas pelo Governo na semana transacta, por ocasião da divulgação do referido estudo, relativas a um chamado programa de incentivo às empresas que se destaquem na melhoria das suas condições de segurança, higiene e saúde. Tais medidas, no entender dos sindicatos, correspondem a um «lavar as mãos», como Pilatos, mais não visando do que «favorecer as empresas que não cumprem a Lei», descapitalizando simultaneamente a Segurança e Social e deixando «nas mãos das seguradoras o papel moralizador, quando é certo que estas têm assumido uma postura de enganar os trabalhadores acidentados e os familiares das vítimas mortais».

O estudo em causa, mesmo não traduzindo toda a dimensão da realidade, refere que mais de 160 mil pessoas (162 771) sofreram acidentes de trabalho em 1998, tendo 473 morrido por essa razão.

Nos dez sectores de actividade com maior número de acidentes sobressai o da construção civil (24 607), seguindo-se a indústria metalúrgica (14 537) e as fábricas de outros produtos minerais e não metalúrgicos (10 179), indica o estudo realizado pelo Departamento de Estatística do Trabalho, Emprego e Formação Profissional do Ministério do Trabalho.

No comércio por grosso registaram-se 9728 acidentes, no fabrico de material de transporte 9274, na indústria de alimentação, bebidas e tabaco 8918, na indústria têxtil 7861, nas actividades imobiliárias e de aluguer 7698, no comércio a retalho e reparação de bens 6756 e no fabrico de máquinas e equipamentos não específicos 6097.

A taxa de incidência dos acidentes de trabalho nos dez sectores de actividade com maior número de acidentes refere a fabricação de material de transporte, que regista valores de 29,7 por cento, a que se segue a indústria metalúrgica (21,4 por cento) e a fabricação de outros produtos minerais não metálicos (16,9 por cento). O menor número regista-se na indústria têxtil (3,6 por cento).

No que se refere aos acidentes de trabalho mortais nos sectores com maior número de casos destaca-se a construção civil (156), seguindo-se o comércio de retalho e reparação de bens (53), a agricultura, produção animal e caça (48), a indústria da madeira (35), o comércio por grosso (33), a pesca (29), a indústria de transportes e armazenamento (15), a indústria metalúrgica (12) e a indústria têxtil (11).

Por regiões, o estudo refere que Lisboa e Vale do Tejo registou 253 acidentes mortais, seguindo-se o Norte (129), o Centro (49), o Alentejo (13) e o Algarve (oito).

Na óptica do sinistrado, o documento refere que os riscos mais frequentes são o «risco de ferimentos com máquinas» (44 por cento) e o «risco de queda» (40 por cento).

Por actividade, a indústria engloba como risco mais frequente o de ferimentos com máquinas e a exposição a ruídos, na construção o risco de queda e o movimento manual de carga e nos ser-

viços o risco de queda e gestos ou posturas incorrectas.

O estudo acrescenta que 37,8 por cento dos acidentes de trabalho atingiram pessoas com o primeiro ciclo do Ensino Básico.

Dados incorrectos

Também o Sindicato dos Trabalhadores da Construção do Norte e Viseu, afecto à CGTP, pronunciando-se sobre o estudo, considerou que os dados revela-

nem à Inspeção-Geral de Trabalho, dizendo somente que era assentador de tacos e caiu de um andaime».

«Como é possível montar andaimes para assentar tacos no chão?» interroga o Sindicato que chama a atenção, por outro lado, para o facto de a legislação sobre a matéria não estar a ser cumprida, para além de ser insuficiente e em parte desactualizada. Daí a sua proposta para que no início da próxima legislatura se promova legislação de combate ao trabalho



O número de acidentes de trabalho mortais é muito superior ao divulgado pelo Governo

dos são incorrectos. É que, alega, «ninguém, devido ao trabalho clandestino, pode indicar números precisos sobre a sinistralidade».

Fundamentando o seu ponto de vista, o sindicato dá um «pequeno grande exemplo»: «Ninguém contabilizou um rapaz de 14 anos que esteve hospitalizado no H.G. Santo António, em Maio deste ano, por uma queda, e foi instruído para não falar nem à GNR

clandestino e precário, que é causa da morte de mais de um trabalhador por dia.

Instituir o dia 15 de Dezembro como Dia Nacional de Luta contra a Sinistralidade constitui outra das propostas do Sindicato dos Trabalhadores da Construção do Norte e Viseu, que, para essa data, tenciona promover uma paralisação de 30 minutos em memória dos falecidos em acidentes de trabalho.

As ORT's afirmam não compreender as razões do atraso na publicação do despacho conjunto, cuja importância, salientam, «é decisiva para o futuro dos trabalhadores e do Arsenal». Depois de chamarem a atenção para o clima de instabilidade criado por tal situação, cuja responsabilidade imputam ao Governo, os órgãos representativos dos trabalhadores fazem votos para que este caso «não seja o prenúncio de objectivos menos claros que apontem para processos de reestruturação da empresa que venham a pôr em causa o Arsenal e os direitos dos trabalhadores».

Braga

A União dos Sindicatos de Braga acusa a Inspeção Geral do Trabalho e a Comissão Regional de Segurança Social de fazerem orelhas moucas às denúncias de trabalho clandestino e de incumprimento por parte de certas empresas das suas obrigações em matéria de descontos para a Segurança Social.

«Ainda hoje e há mais de um ano que aguardamos que a IGT e a CRSS nos expliquem as razões pelas quais se recusaram a visitar empresas que têm dezenas e mesmo centenas de trabalhadores clandestinos», salienta aquela estrutura sindical em comunicado onde observa, por outro lado, que há «patrões que descontam sobre o trabalho e não pagam a respectiva contribuição», retendo na fonte durante cinco, seis, sete e mais meses os descontos para a Segurança Social.

Para os sindicatos resulta claro que estas não são prioridades daquelas duas entidades, que antes privilegiam, isso sim, o «combate às baixas médicas dos trabalhadores e o corte na atribuição de subsídios de desemprego sem qualquer regra ou critério de justiça».

Amadora

O STAL e a Comissão Sindical da Câmara Municipal da Amadora manifestaram-se surpreendidos com declarações do presidente daquela edilidade que admitiu que, na hipótese da constituição de uma empresa pública municipal ou de uma empresa capitais mistos para o serviço de recolha de resíduos e limpeza, a autarquia poderá não ter maioria na sua gestão. E se pensar na «empresarialização dos serviços municipalizados», nos moldes defendido por Joaquim Raposo, já é indesejável, segundo as estruturas sindicais, qualquer opção que viesse a concretizar-se nesse sentido, sublinham, «viria a afectar seriamente os interesses municipais, dos trabalhadores e dos munícipes».

Mais: a comprovar-se a necessidade de uma alternativa, defendem, «esta terá de passar por um modelo que assegure o controlo e responsabilidades públicas na gestão e exploração de um serviço público que é essencial».

Informática da Segurança Social

Trabalhadores em greve até amanhã

Os trabalhadores das carreiras de informática da Segurança Social iniciaram segunda-feira uma greve por um período de cinco dias que se previa acabar no final do dia de amanhã. Esta greve, pela dignificação da sua carreira, insere-se num ciclo de paralisações sectoriais que se sucederão até meados do próximo mês de Outubro, abrangendo os Centros de Informática de todos os ministérios.

Respondendo ao despacho da Secretaria de Estado da Segurança Social e das Relações Laborais emitido no final da semana transacta sobre a alegada ilegalidade da greve, por não ter sido convocada com dez dias de antecedência, a Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública (FNSFP) reiterou a «absoluta legalidade» da greve, considerando aquela posição do Governo «uma manobra desespera-

da» destinada a tentar desmobilizar e dividir os informáticos da Segurança Social, «procurando assim evitar in extremis os impactos de vulto nos serviços que esta paralisação irá inevitavelmente provocar».

Depois de exigir a imediata revogação do despacho e a «apresentação formal de desculpas a todos os informáticos da Segurança Social», a FNSFP considera ainda que este acto do Governo, na esteira do que vem sucedendo nos últimos meses, evidencia uma «incapacidade cada vez mais notória de dar soluções aos problemas da Função Pública, canalizando o seu empenho não para assuntos que deveriam ser tratados em sede negocial, mas para acções que, tal como esta, visam a limitação de direitos pela intimidação ilegítima».

Infância e pobreza

O relatório anual do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) propõe como medidas para melhorar a situação das crianças no mundo que os países ricos reduzam a dívida dos países pobres e prestem uma ajuda específica para o combate à Sida. De acordo com os dados divulgados, quatro em cada dez crianças dos países em desenvolvimento registam atrasos de crescimento. 130 milhões de crianças em idade escolar não vão à escola. 300 000 crianças e adolescentes participaram ou participam em confrontos armados, na maioria dos casos mobilizados à força. Anualmente, mais de um milhão de crianças fica órfã devido à morte da mãe na sequência de uma gravidez ou parto mal sucedido. Uma criança em cada três nascida no Níger ou na Serra Leoa morre antes dos cinco anos de idade. A Sida tornou-se um verdadeiro flagelo para as crianças e as mulheres, sobretudo em África. Em 590 000 crianças infectadas em 1988 em todo o mundo, 530 000 vivem em África (80 000 na África do Sul, 48 000 na Índia, quase 100 000 na Nigéria). Em 14 milhões de pessoas mortas pela Sida, 11 milhões eram do continente negro. As novas terapias de combate à Sida continuam a ser inacessíveis aos países pobres.

OMC tem novos directores

Os 143 membros da Organização Mundial do Comércio (OMC) nomearam quinta-feira passada o neozelandês Mike Moore e o tailandês Supachai Panitchpakdi para dirigirem a organização durante os próximos seis anos. Moore assumirá funções a 1 de Setembro, passando depois a pasta a Panitchpakdi em 2002. O cargo de director-geral da OMC estava vago desde 30 de Abril, data em que terminou o mandato do italiano Renato Ruggiero, devido ao braço de ferro que opôs asiáticos e ocidentais, cada qual a defender o seu candidato. Um conflito de interesses que não questiona o papel da OMC, a organização que visa a partilha das riquezas do mundo. A OMC, que em 1994 substituiu a organização do Acordo Geral sobre as Tarifas Aduaneiras e o Comércio (GATT), visa a supressão - em benefício exclusivo dos grandes conglomerados internacionais privados e dos mercados financeiros - de todas as regras destinadas à repartição mais equitativa das riquezas, e à emancipação social e política do ser humano.

Mortes na Colômbia

Pelo menos 733 guerrilheiros colombianos foram mortos e 371 presos em acções das forças armadas, desde o início do ano, anunciaram as autoridades militares da Colômbia. Durante o mesmo período, as forças armadas mataram também 11 elementos de grupos paramilitares de extrema direita e detiveram 49. Dos guerrilheiros mortos, a maioria (539) pertencia às Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), 182 ao Exército de Libertação Nacional (ELN), 11 ao Exército Popular de Libertação (EPL) e um elemento ao pequeno grupo armado Jaime Bateman Cayon (JBC), dissidente do Movimento 19 de Abril (M-19).

Kosovo

Massacre de sérvios deixa Kfor em xeque

O assassinato de catorze agricultores sérvios do Kosovo, na passada sexta-feira, em Gracko, veio uma vez mais pôr a nu, de forma brutal, o logro da alegada missão humanitária da intervenção da NATO nos Balcãs. Com milhares de homens no terreno há mais de seis semanas, as principais potências ocidentais dizem-se hoje «incapazes» de garantir a segurança das populações que era suposto defenderem.

Os agricultores estavam a trabalhar no campo quando foram mortos a tiro, à queima-roupa. O massacre poderia ter sido evitado se os insistentes pedidos de protecção tivessem sido atendidos, mas no sector atribuído aos solda-

tinuam a matar no Kosovo, quando ninguém é capaz de fazer a distinção - se é que existe - entre civis e membros armados dos movimentos separatistas, quando manifestamente há por todo o lado armas fora de qualquer controlo.

te terríveis porque ocorrem justamente no momento em que a paz começa a voltar ao Kosovo», acrescentou. De que paz fala Kouchner não se sabe, quando mais de cem mil sérvios foram já forçados a abandonar o Kosovo e quando estão por aplicar os principais pontos da resolução do Conselho de Segurança da ONU sobre o território, designadamente os respeitantes ao acordo técnico-militar.

Também a reacção do Tribunal Penal Internacional (TPI) para a ex-Jugoslávia é curiosa. Segundo o seu porta-voz, Paul Risley, «a importância deste massacre é



Apesar de todos os acordos, os homens da farda negra do UCK continuam a mostrar-se no Kosovo

dos britânicos as preocupações de segurança parecem não fazer parte das prioridades. De acordo com relatos de populares, os intérpretes, todos albaneses, com quem contactaram responderam-lhes não haver «viaturas disponíveis». Os soldados britânicos que na fatídica sexta-feira patrulhavam a região terão ouvido disparos cerca das 19.30h; só quarenta minutos mais tarde os corpos dos 14 agricultores mortos foram encontrados. Dos assassinos, nem rasto.

Michael Jackson, o todo poderoso comandante da Kfor, rejeita quaisquer responsabilidades no ocorrido. «É um total absurdo e um insulto dizer que a Kfor é cúmplice dos assassinos», afirmou. Às acusações de laxismo que lhe são feitas pela população não albanesa limita-se no entanto a responder que «a Kfor não consegue estar sempre em todo o lado» e que é necessário ter em conta «o clima de raiva e vingança» que se vive no território.

Aparentemente, e após seis semanas de ocupação, o que a Kfor consegue é não estar nos locais onde se registam os incidentes, e chegar sempre demasiado tarde ao local dos acontecimentos, deixando escapar os responsáveis pelas atrocidades cometidas.

Não menos curioso é que Jackson, face à sucessão de graves incidentes no Kosovo - o massacre de Gracko foi o pior até à data, mas não infelizmente o único -, não hesite em afirmar que se considera «satisfeito» com o «respeito» que o UCK estará a demonstrar em relação ao acordo sobre a sua «desmilitarização». Estranhas declarações quando as armas con-

Reacções

As reacções ao massacre de Gracko foram as que seriam de se esperar. De um lado a indignação e a dor das populações ameaçadas e a crítica severa dos que exigem da ONU e da NATO o assumir de responsabilidades; do outro, os lamentos de circunstância e as promessas de inquérito.

«Não esquecerei, não perdooarei. Não se pode aceitar a vingança. Estou horrorizado com o assassinio destes catorze homens indefesos». As palavras são de Bernard Kouchner, o administrador da ONU no Kosovo, que garante que seguirá «pessoalmente» e até ao fim o inquérito da Kfor sobre o massacre de Gracko. «Estas mortes são particularmen-

te muito inquietante e leva a pensar que deve ser enviada uma mensagem dissuasora mais forte aos que estão dispostos a perpetuar o ciclo da violência que desde há um ano assolou o Kosovo». De que «mensagem» fala o TPI, sempre tão lesto a seguir as acusações norte-americanas quando se trata de demonizar os sérvios, que até ao momento não disse uma palavra sobre a acção terrorista dos homens do UCK?

Atear o fogo separatista

Em vez de «mensagens», o que é necessário são «medidas enérgicas e concretas» para a protecção dos sérvios e das restantes comu-

Os sete pontos da nova Lei base

A Missão das Nações Unidas para o Kosovo (Unmik) divulgou no domingo os sete pontos básicos em que passa a estribar-se a administração legal no Kosovo. Segundo um resumo divulgado no diário espanhol «El País», são os seguintes os principais aspectos da nova legislação:

Ponto 1. Toda a autoridade legislativa e executiva respeitante ao Kosovo, incluindo a Administração da justiça, é realizada pela Unmik e executada pelo representante especial do secretário-geral. O representante especial pode nomear qualquer pessoa para realizar funções de Administração civil no Kosovo, incluindo a judicial, bem como proceder à sua destituição.

Ponto 2. No exercício das suas funções, todas as pessoas que realizem tarefas públicas ou exerçam cargos públicos no Kosovo respeitarão os princípios internacionais de direitos humanos e não discriminarão ninguém.

Ponto 3. As leis aplicáveis no Kosovo antes de 24 de Março de 1999 continuam em vigor no território desde que não entrem em conflito com as condições resultantes do mandato do Conselho de Segurança das Nações Unidas (resolução 1244) à Unmik.

Ponto 4. Para pôr em prática o mandato do Conselho de Segurança, a Unmik emitirá, se necessário, textos legislativos sob a forma de resoluções.

Ponto 5. As regulamentações da Unmik serão aprovadas e assinadas pelo representante especial. Serão emitidas em albanês, sérvio e inglês. Em caso de discrepâncias será o texto em inglês a prevalecer.

Ponto 6. A Unmik administrará todos os bens registados em nome da República Federal da Jugoslávia ou da República da Sérvia, ou de qualquer dos seus órgãos no Kosovo.

Ponto 7. Considera-se que esta regulamentação entrou em vigor em 10 de Junho de 1999, data da resolução 1244 do Conselho de Segurança.

nidades não albanesas do Kosovo, como exigem as autoridades jugoslavas, defendendo «a deslocação urgente das forças militares e policiais jugoslavas, bem como pessoal aduaneiro, para o Kosovo e para as fronteiras com a Albânia e a Macedónia».

Também o ministro russo dos Negócios Estrangeiros, Igor Ivanov, sublinhou a necessidade do desarmamento imediato do UCK: «Nós prevenimos mais do que uma vez que a política de negociação com os extremistas e separatistas albaneses que continua a ser seguida pela NATO é portadora de consequências altamente prejudiciais».

Ora são justamente estas questões de fundo que tanto a NATO como a ONU parecem não ser capazes, ou não quererem, resolver.

A entrada no Kosovo de milhares de albaneses (incluindo marginais de toda a espécie) que nunca ali viveram; a efectiva ocupação do terreno pelas forças separatistas, que se arrogam inclusive o direito de fazer o seu próprio policiamento das localidades e pro-

ceder a detenções sumárias de «suspeitos» de não partilharem a sua causa; a promiscuidade mais do que comprometedoramente entre dirigentes do UCK e responsáveis da ONU ou da NATO; as demoras na implementação de uma administração civil idónea; o não desarmamento dos diferentes grupos separatistas, são alguns dos factores que explicam o que se passa no Kosovo. Ao ignorar esta realidade, como ao ignorar que a região está agora de facto a ser sujeita a uma limpeza étnica - só a população de origem albanesa não se sente ameaçada, porque protegida pelo UCK e pela Kfor - a comunidade internacional limita-se a atear a fogueira separatista que diz pretender apagar.

A resolução 1244 do Conselho de Segurança da ONU reconhece o Kosovo como parte integrante da República Federal da Jugoslávia. No terreno, com massacres como o de Gracko, a Grande Albânia faz o seu percurso, com tudo o que de imprevisível daí pode resultar.

Venezuela

Partidários de Chávez com maioria na Constituinte

O «Polo Patriótico», organização que reúne os apoiantes do presidente da Venezuela, Hugo Chávez, alcançou domingo 66,4 por cento dos votos nas eleições para a Assembleia Constituinte. Com esta inequívoca vitória, os partidários de profundas reformas no regime venezuelano conquistaram 119 dos 131 lugares da nova Assembleia, que Chávez pretende ver transformada no supremo poder do Estado.

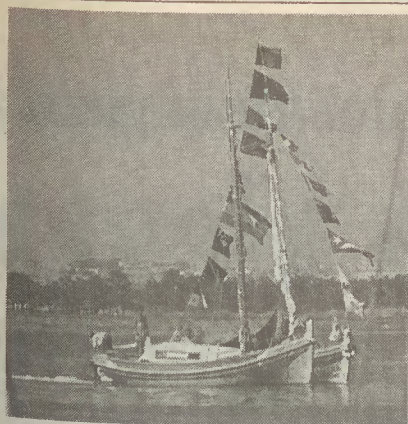
Os partidos social-democrata (AD) e democrata-cristão (COPEI), na oposição, temem agora a dissolução do Congresso (último reduto onde dispõem ainda de maioria) e do Supremo Tribunal, o que no seu entender equivaleria tecnicamente a um golpe de Estado.

Desde a sua chegada à presidência, em Dezembro último, Chávez vem defendendo a necessidade de profundas

mudanças do regime político do país, que nos últimos 40 anos se caracterizou pela alternância no poder dos partidos tradicionais e é responsável, na sua opinião, pela ruína a que chegou a Venezuela.

«Este processo não tem marcha atrás», disse Chávez ao exercer o seu direito de voto. «Nem o presidente da República, nem o Congresso, nem o Supremo Tribunal podem pretender estar acima ou colocar numa situação de subordinação uma Assembleia soberana», acrescentou, o que foi entendido como uma ameaça de morte ao actual regime.

A oposição considera que a única tarefa legítima da Assembleia Constituinte é a elaboração da nova Constituição a qual, após ser aprovada em referendo popular, substituirá a Constituição de 1961 e as instituições dela emanadas.



AMORA-SEIXAL

a festa!

3, 4 e 5 SETEMBRO



Nesta 23.^a edição, que comemora este ano o 25.^o aniversário do 25 de Abril, a Festa do «Avante!» «continuará a oferecer a milhares de visitantes um espaço de liberdade, convívio, amizade, cultura e intervenção». Com estas palavras, o camarada Fernando Vicente, do Comité Central e da Direcção da Festa, iniciou a apresentação à comunicação social do que vai acontecer na Atalaia nos dias 3, 4 e 5 de Setembro. Na conferência de imprensa, realizada anteontem na sede central do Partido, participaram outros dois membros da Direcção da Festa - os camaradas Rúben de Carvalho, do Comité Central, e José Fidalgo.

Um vasto programa divulgado à comunicação social

Não há Festa como esta!

Fernando Vicente fez notar as melhorias que se constroem no terreno - desde os relvados às infra-estruturas, - visando dar mais comodidade aos visitantes que, este ano, vão contar com maior facilidade no acesso à Atalaia, com o comboio para a margem Sul já a funcionar. Num local cada vez mais aprazível, a 23.^a edição da Festa do «Avante!» vai abrir às 19 horas de sexta-feira, dia 3 de Setembro, com a intervenção do Secretário-Geral do Partido, Carlos Carvalhas.

legislativas, o comício não é o único lugar e tempo para a sua abordagem. No Pavilhão Central, uma série de debates vão realizar-se. São eles

- 25 de Abril - 25 anos depois; Eleições para a Assembleia da República; Guerra e Paz - a discussão actual; O que é ser comunista hoje. Os

debates desenrolar-se-ão ainda noutras zonas da Festa - como no Espaço Internacional, no Café Concerto da JCP, no Café Concerto de Lisboa, na Exposição de Setúbal, e no Alentejo e nos espaços de outras Organizações Regionais.

As questões da guerra e da luta pela paz vão estar em debate no Espaço Internacional, nomeadamente com os temas «A agressão da NATO e os media» e «A NATO e as despesas sociais». Neste espaço está ainda prevista uma iniciativa de solidariedade com o povo de Timor. Confirmadas até ao momento estão já numerosas presenças de delegações estrangeiras, que virão da Alemanha, Angola, Bélgica, Bolívia, Brasil, Cabo



Festa de cultura e de convívio, aberta a todos, trata-se de uma iniciativa marcadamente política e, como todos os anos, o seu ponto culminante será o comício, que terá lugar no domingo, às 18 horas. Intervirão Carlos Carvalhas, o director do «Avante!», José Casanova, e um membro da Direcção Nacional da Juventude Comunista Portuguesa. Momento alto da afirmação das propostas do PCP e da CDU para as



Um vasto programa divulgado à Não há Festa



Verde, China, Chipre, Colômbia, Coreia, Cuba, Curdistão, Espanha, França, Grã-Bretanha, Iraque, Itália, Líbano, Moçambique, Marrocos, Palestina, Peru, Sudão e Timor Leste.

Exposições

O Pavilhão Central é como sempre o lugar privilegiado para a realização de iniciativas político-culturais. É aqui que se realizam as mais significativas exposições. Este ano, Eduardo Gageiro mostra 25 Fotografias do 25 de Abril, acompanhadas de textos de 25 escritores e poetas portugueses que dão a palavra às imagens dos principais momentos do período revolucionário.

A Revolução é ainda tema de uma exposição de uma centena de cartazes que encheram as ruas entre o 25 de Abril de 74 e o 25 de Abril de 76. Os últimos 25 anos são recordados através de 100 primeiras páginas do «Avante!» e de «O Militante». A intervenção política do PCP, a luta contra a política de direita do Governo PS, as propostas do Partido para a próxima legislatura e o balanço da actividade do grupo parlamentar comunista são temas de outra exposição. O Pavilhão Central é ainda lugar de encontro entre os visitantes da Festa e o escritor José Saramago, Prémio Nobel da Literatura.

A XI Bienal de Artes Plásticas que este ano tem lugar, vai contemplar diferentes modalidades, técnicas e expressões estéticas das artes plásticas e abrangerá ainda as áreas da arquitectura e do design. Foram revelados já alguns dos nomes dos artistas convidados que confirmaram a sua participação. São eles António Bronze, Paula Bacelar, Acácio Carvalho, Alfredo Barro, Isabel Sá, João Duarte, Eduardo Lima Teixeira, Fátima Neves, Eurico Gonçalves, Ivone Ralha, Helena Elias e o Atelier Ideia Ilimitada. No espaço da Bienal haverá uma exposição de obras de Jorge Vieira, homenagem ao escultor resistente recentemente falecido. Estará exposto, desta vez no Pavilhão Central, o painel que o pintor moçambicano Malangatana ofereceu ao PCP e que oportunamente o nosso jornal noticiou.

Desporto

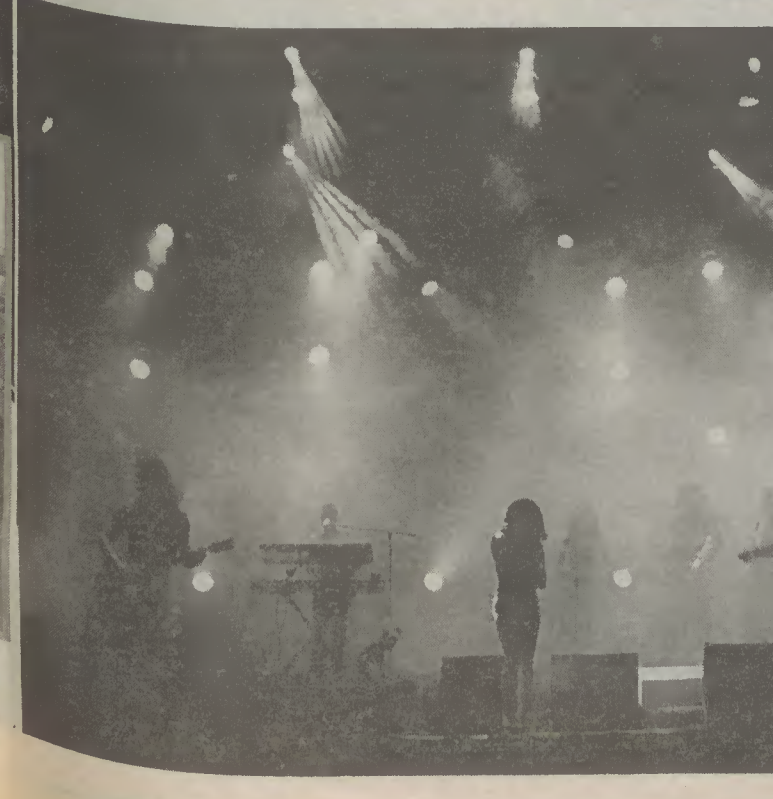
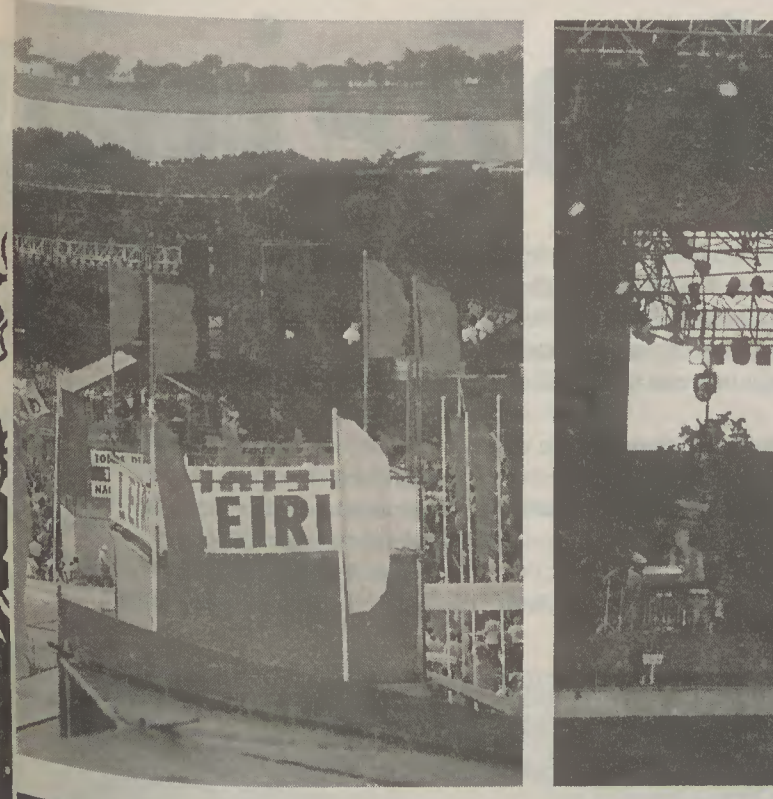
Do variado e já tradicional programa desportivo, o destaque vai para a realização da 12.ª Corrida da Festa, que terá lugar no domingo, 5 de Setembro, e em que participarão mais



de mil atletas de todos os escalões etários. O resto é uma profusão de torneios e exposições desportivas – futebol, basquetebol, ginástica, aeróbica, artes marciais, tiro com chumbo, xadrez, damas, triatlo, chinquillo e outras modalidades tradicionais. Realiza-se ainda um sarau de ginástica e também danças desportivas de salão, que contam com a participação da Sociedade dos Alunos de Apolo. A área dos desportos radicais não foi esquecida e marcarão presença na Festa o Slide e a Pareda de Escalar. No domingo haverá uma demonstração de pára-queda. De destacar, marcada para o dia 22 de Agosto, uma das muitas iniciativas desportivas que se realizam antes da Festa – a prova de cicloturismo.



comunicação social como esta!



Especial atenção vai ser dada a toda a música portuguesa, foi o que sublinhou Rúben de Carvalho ao revelar o que vai ser o vasto e diversificado programa de espectáculos da Festa deste ano, tendo em conta que se comemoram os 25 anos de Abril e «reflectindo simultaneamente o facto de esta atravessar um período de particular criatividade, não apenas com o surgimento de novos trabalhos de nomes consagrados, como com a revelação e confirmação de novas formações». O programa de 1999 – como de resto tem sido traço identificador das Festas do «Avante!» – inclui uma larga diversidade de participações que abrangem praticamente todas as expressões musicais, de concertos de música erudita a música de vanguarda, de música tradicional portuguesa ao rock. E o facto de, desta vez, serem quase exclusivamente portugueses os artistas que vão actuar na Atalaia, não deixa de fora a participação de estrangeiros. Dois nomes de peso foram anunciados – o do grupo Hevia, que vem de Espanha com as suas gaitas de folhos casadas com a mais avançada electrónica; e do americano Jon Fromer, um nome que se impôs nos EUA «apesar» de ser homem de esquerda... Mas as revelações que Rúben de Carvalho fez aos jornalistas começaram pelos lugares físicos onde os espectáculos vão realizar-se. Para dizer que os diversificados palcos que correspondem ao carácter de cada função estão já praticamente fixados

Um dos melhores programas de sempre Espectáculos

no terreno da Festa, após as laboriosas experiências e estudos de soluções. Assim, o Palco 25 de Abril continua a estruturar a estrutura cénica ao ar livre do nosso País recebeu beneficiações no sentido de melhorar a sua capacidade de iluminação e de equipamentos. O Auditório 1.º de Maio mantém-se na zona ribeirinha que provou ser o melhor local, e conta com novo palco. O Palco Arraial vai de novo receber a actuação de numerosos conjuntos folclóricos e etnográficos. O Palco Novos Valores, criado há dois anos é, para muitos jovens, um primeiro passo a sério numa carreira de música. E ainda se referiram o Palco da Organização Regional de Setúbal e o Café Concerto do Sector Intelectual de Lisboa, lugares já de tradição na Festa. Os espectáculos, porém, vão decorrer em toda a parte, com a animação de rua a trazer à Atalaia uma série de grupos que aí se apresentam com êxito.

Rock

Começamos pelos Xutos & Pontapés, que se apresentam com Os Corvos na Festa deste ano. Continuemos com o grupo Rock & Revolução, um projecto que nasceu para as Festas de Lisboa num espectáculo ligado à passagem dos 25 anos de Abril e que vem agora ao grande palco da Atalaia, com um repertório que vai de Cesária Évora a Zeca Afonso. Sigamos com os Ramp, criados em 1988 e já confirmados no país e no estrangeiro. Juntemos-lhes os Blasted Mechanism que já se impuseram na cena rock portuguesa. Adicionemos os Blind Zero, com destacado lugar na cena nacional, e reconhecimento no estrangeiro.

Música erudita

Prossigamos com os Hands on Approach, uma banda setubalense que está a caminho da platina em grande velocidade. E exigência. Este ano vai haver concerto com a Orquestra Filarmónica das Beiras, que vem de Aveiro apresentar um programa para instrumentos de sopro e percussão.

World music

Nesta área, a oferta é também de grande qualidade. A começar pela Orquestra Sons da Lusofonia, dinamizada pelo saxofonista Carlos Martins, que preparou um programa especial ligado às comemorações dos 25 anos de Abril. Assinalemos a participação do cantor cabo-verdiano Dany Silva, cuja carreira é bem conhecida do público português. E destaquemos a apresentação, pelos Ciganos de Ouro de um espectáculo enriquecido com a presença de bailarinos de flamenco.

Jazz e cabaret

O jazz tem tradições na Festa. Desta vez contamos com a participação do Quinteto de Carlos Martins; da Orquestra de Jazz de Matosinhos, nascida da iniciativa de Pedro Guedes e Carlos Azevedo, do grupo Telectu, de Jorge Lima Barreto e Vítor Rua, que convidaram o consagrado baterista Sunny Murray; do grupo de Coimbra Belle Chase Hotel que, fundado em 95, foi logo em 98 considerado pela crítica como a revelação do ano.

Música popular portuguesa

Pese a relatividade destas «classificações», recorremos a elas por facilidade de organização e apresentação. Nesta área, o programa apresenta os Santos e Pecadores, grupo surgido em 1987 que tem no vocalista Olavo Bilac a sua figura mais destacada. Ao fim de dez anos de carreira receberam o Duplo Galardão do Disco de Ouro para os dois registos que efectuaram e o álbum «Voar», lançado em Maio deste ano, encontra-se actualmente em n.º 1 do top nacional. A Ala dos Namorados, grupo criado em 93 pelo ex-Trovante João Gil e por Manuel Paulo Felgueiras, vem também à Festa. João Afonso também lá estará, a afirmar a sua identidade com raízes. Os Navegante apresentaram-se com Isabel Silvestre e prepararam um programa especial para



Festa
1999
«Avante!»
3, 4 e 5 Setembro
Atalala • Amora • Selxal

Texto: Carlos Nabais
Fotos: Sérgio Morais

Mulheres de St.^a Iria de Azóia



Uma bandeira do Partido muito especial: foi feita há 25 anos por este grupo de mulheres. A foice, o martelo e a estrela assim como as letras são aplicações de tecido fixadas a ponto de rolinho – o cordonet das nossas avós

Uma tradição lançada por mulheres de Sta. Iria de Azóia, há 25 anos, quando o objectivo era comprar um Centro de Trabalho para o Partido. Prosseguiu na primeira edição da Festa do «Avante!». Hoje constitui um exemplo a seguir pela juventude... obviamente, segundo os «moldes» e aptidões em voga. O quê? T-shirts estampadas? Colares e brincos de missangas? Moldes para tatuagens? Recolha de objectos de colecção via Internet? A juventude que o diga... e faça!

Trabalho e imaginação são armas delas

O fascismo fora finalmente derrubado. De um dia para o outro, os comunistas viram-se na necessidade de reunir os meios e as estruturas necessários para dar resposta às novas condições políticas e enquadrar de forma eficaz os milhares de novos membros que diariamente aderiam ao Partido. Sobretudo faziam falta centros de trabalho, casas do Partido onde se pudessem fazer reuniões e organizar o trabalho, produzir e guardar materiais e documentos de propaganda. Arranjar fundos para o Partido era pois uma tarefa essencial.

Na altura eram mais de 20 mulheres que se juntavam aos serões a coser as peças: «Chegámos a ter a casa cheia de pessoas a trabalhar. Fazíamos aventais, lenços, almofadas e púnhamos foices e martelos em todos os objectos. Depois percorríamos os comícios e as festas do Partido aqui no concelho onde vendíamos tudo com muita facilidade... Até bandeiras do PCP».

Uma dessas bandeiras ainda está em mão, com os símbolos e letragem em tecido amarelo cosidos em cordonet à bandeira vermelha: «Isto ainda dá muito trabalho a fazer...».

Assim, num prazo recorde, foi possível inaugurar, em 15 de Dezembro de 1975, o Centro de Trabalho: «Foi o primeiro centro construí-

do pela mão dos trabalhadores», diz António com o orgulho de quem desde o início esteve ligado à construção.

Tudo para a Festa

A conversa já ia a meio quando chegamos ao Centro de Trabalho, Catarina Minhós, Helena Pereira, Maria Casimira e a Esmeralda Fernandes. A Esmeralda, dizem-nos, não é militante do Partido, mas como todas as outras já vários anos que participa na recolha e confecção das peças que são depois vendidas na Festa do «Avante!».

«Depois do Centro de Trabalho, continuámos a fazer coisas para vender na Festa». Por ano, este grupo de mulheres entrega cerca de 400 peças, entre

aventais, pegas de cozinha, almofadas, xailes, sacos para o pão e para botijas de água quente, bordados e mais uma infindável lista de objectos que se podiam ver arrumados sobre as mesas da sala de convívio.

Mal acaba uma Festa, começa-se logo a preparar o ano seguinte e por volta do mês de Abril, as mesas são postas para receberem os materiais prontos e os que vão sendo doados, desde loiças, a roupas usadas, cassetes vídeo, canetas, brinquedos, etc. O controlo de qualidade é assegurado por Catarina Minhós que faz questão de dizer que «tudo o que vai para a Festa é de boa qualidade e está em estado praticamente novo. Não aceitamos coisas estragadas. A Festa não é nenhum caixote do lixo de ninguém».

Depois é a organização da Festa que decide qual o destino dos arti-

gos. A grande maioria vai para a Quermesse para os prémios do Sai-Sempre, outros vão para o pavilhão do colecionador, ou para a Feira da Ladra.

Todavia, a participação destas mulheres na Festa, assim como de outros militantes da freguesia, ultrapassa largamente este trabalho feito ao longo de meses. Todos os anos, elas lá estão a assegurar o funcionamento de restaurantes, bares ou stands e tal como centenas de outras camaradas: «vamos para o terreno à quinta-feira e só saímos de lá à segunda».

A «escola» PCP

No próximo mês de Setembro já sabem que têm a responsabilidade do stand do Peru: «É capaz de ser um trabalho mais leve dos que os anos anteriores», dizem lembrando-se de quando tiveram a seu cargo o Cacau da Ribeira, na segunda Festa em Loures: «Aquilo é que foi... andámos três dias praticamente sem dormir, por fim já caíamos de sono, mas houve sempre cacau, noite e dia».

Embora quase todas tenham tido os seus empregos (algumas estão agora reformadas, outras ainda trabalham), não tiveram nenhuma formação específica, foram aprendendo por elas a fazer as coisas: «Onde a gente se especializou foi no Partido. Aprendemos a cozinhar para cem pessoas, a servir ao balcão, a pintar, eu sei lá, a fazer um pouco de tudo. O Partido precisa e nós metemos mãos à obra».

Na nossa conversa, foi com algum desapontamento que reconheceram que os jovens não se interessam por este trabalho: «Parece que já nasceram cansados», desabafa uma camarada, afirmando que não consegue convencer sequer a própria filha. «Ela trabalha com computadores e quando lhe peço para vir ajudar aqui aos serões diz-me sempre q'ne está cansada. Mas para outras tarefas está sempre disposta. Anda com o carro dela a distribuir propaganda, vai trabalhar para a Festa, vai aos comícios...».

Também o camarada José Coelho, da Comissão de Freguesia reconhece que o trabalho com a juventude é insuficiente: «A juventude é o grande problema. Um dos nossos objectivos é repensar a composição da Comissão de Freguesia para integrar mais jovens; e temos de encontrar novas formas de os enquadrar no trabalho do Partido. Sabemos que temos aí grandes dificuldades para superar».

Da esquerda para a direita: Maria José Garcia, Dulce Fernandes, Bárbara Dias, Maria Casimira, Helena Pereira, Catarina Minhós e Leonilde Crisóstomo

Porque numa revolução não se dorme, num espaço de tempo surpreendentemente curto surgiram por todo o país Centros de Trabalho do PCP. Primeiro alugaram-se espaços, depois, à medida das possibilidades, adquiriram-se fracções ou construíram-se de raiz edifícios, erguidos com o trabalho esforçado e voluntário dos militantes.

A história dos comunistas da freguesia de Santa Iria de Azóia é diferente de todas as outras apenas porque todas as histórias têm protagonistas diferentes - neste caso mulheres de armas - mas afinal é idêntica à de muitas outras organizações de militantes que por esse país fora se empenharam na construção do grande Partido que é o PCP, distinguindo-se igualmente por uma grande dedicação, trabalho, imaginação e espírito de sacrifício.

De porta em porta

O grande desafio começou por ser a construção do Centro de Trabalho da freguesia. O que hoje é um edifício com três pisos, começou praticamente do nada e foi crescendo ao longo dos anos: «Enquanto os homens erguiam as paredes, as mulheres percorriam todo o concelho de Loures fazendo porta-a-porta para juntar dinheiro ou o que as pessoas quisessem dar. Recebíamos tudo, desde produtos alimentares, até materiais de construção. Era raro batermos a uma porta e sairmos de mãos vazias», recorda Bárbara Dias, logo seguida por uma série de pormenores acrescentados à vez pela Dulce Fernandes, a Maria José Garcia e a Leonilde Crisóstomo - as quatro residentes na freguesia.





AJCP apresenta nesta edição da Festa um projecto inovador, composto nomeadamente por uma mostra de curtas metragens, por um concurso de fotografia e por um restaurante vegetariano. O espaço dos jovens comunistas terá como temas centrais a paz, as eleições legislativas, os 25 anos do 25 de Abril, o 20º aniversário da JCP e o seu 6.º Congresso.

Começemos pelas novidades. A primeira é que a JCP passou para a zona ocupada habitualmente pela Cidade Internacional. O seu espaço está agora mais visível e apresenta uma grande fachada. No seu interior há de tudo: exposições, bares, jogos, o Café Concerto e a banca de materiais.

Outra inovação é a realização da 1.ª Mostra de Curtas Metragens -

objectivas de uma câmara, fixar momentos únicos, observar pormenores que passam facilmente despercebidos, olhar para os rostos e perscrutar emoções, captar o ambiente que reina no terreno - eis o que se procura. Sempre a carregar no botão, a procurar o melhor ângulo e a exprimir o espírito da arte fotográfica.

A banca de materiais, além das

Juventude inova na Festa

cujo regulamento publicamos nestas páginas -, acompanhada por debates sobre alguns filmes projectados ou temas previamente definidos com convidados ligados ao cinema. Para os amantes da **fotografia**, a JCP preparou um concurso. Ver a Quinta da Atalaia através das

t-shirts, das canetas, dos isqueiros e dos autocolantes, vai ter à disposição dos visitantes boxers e sacos de lona, tudo com a marca da JCP. No âmbito da campanha de fundos, terá lugar a venda de um «tubo» simbólico da Festa. O menu do **bar** apresenta uma

grande variedade de pratos, incluindo as populares bifanas e as tradicionais francesinhas. A grande aposta dos jovens comunistas é o bar da Quinta da Princesa, lugar dedicado exclusivamente à comida vegetariana. Na esplanada estão previstas algumas «conversas com...» gente ligada à música.

Outras propostas e iniciativas

A música desempenha, como habitualmente, um papel destacado. No **Café Concerto** actuarão bandas de diversos pontos do país e de distintas tendências musicais.



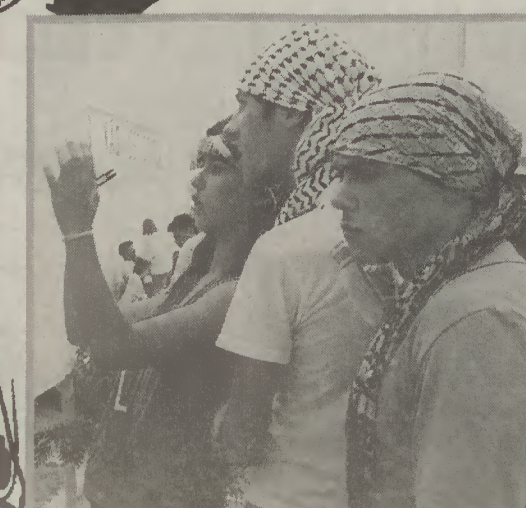
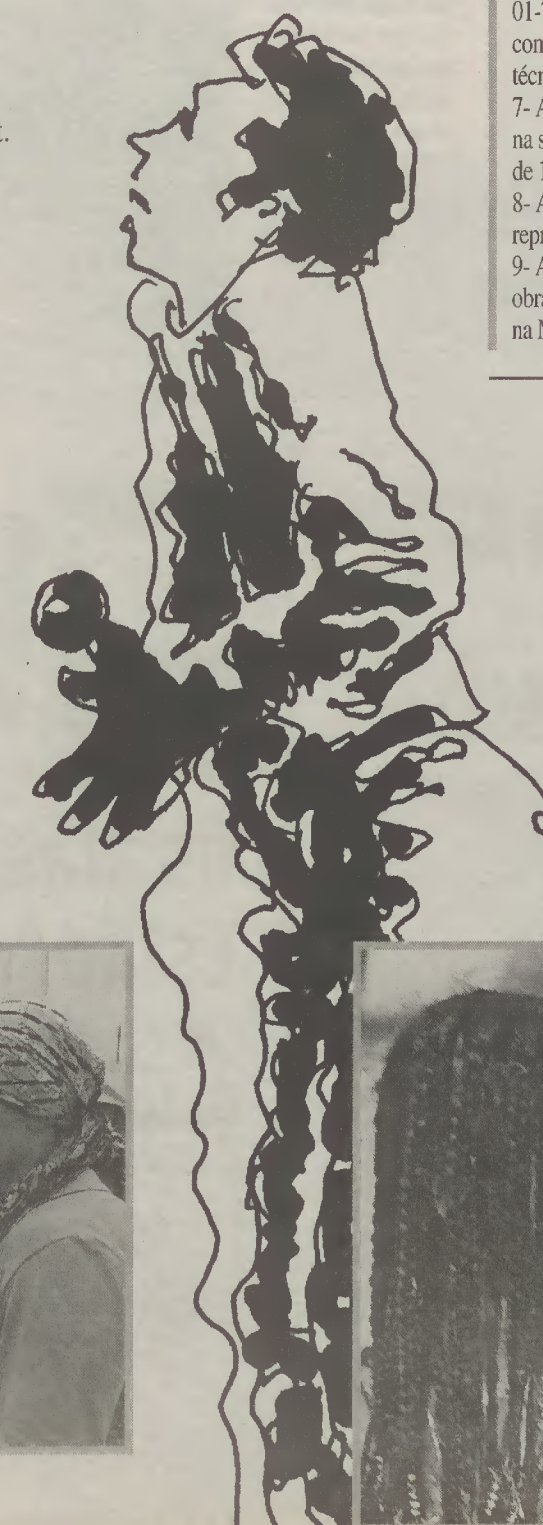
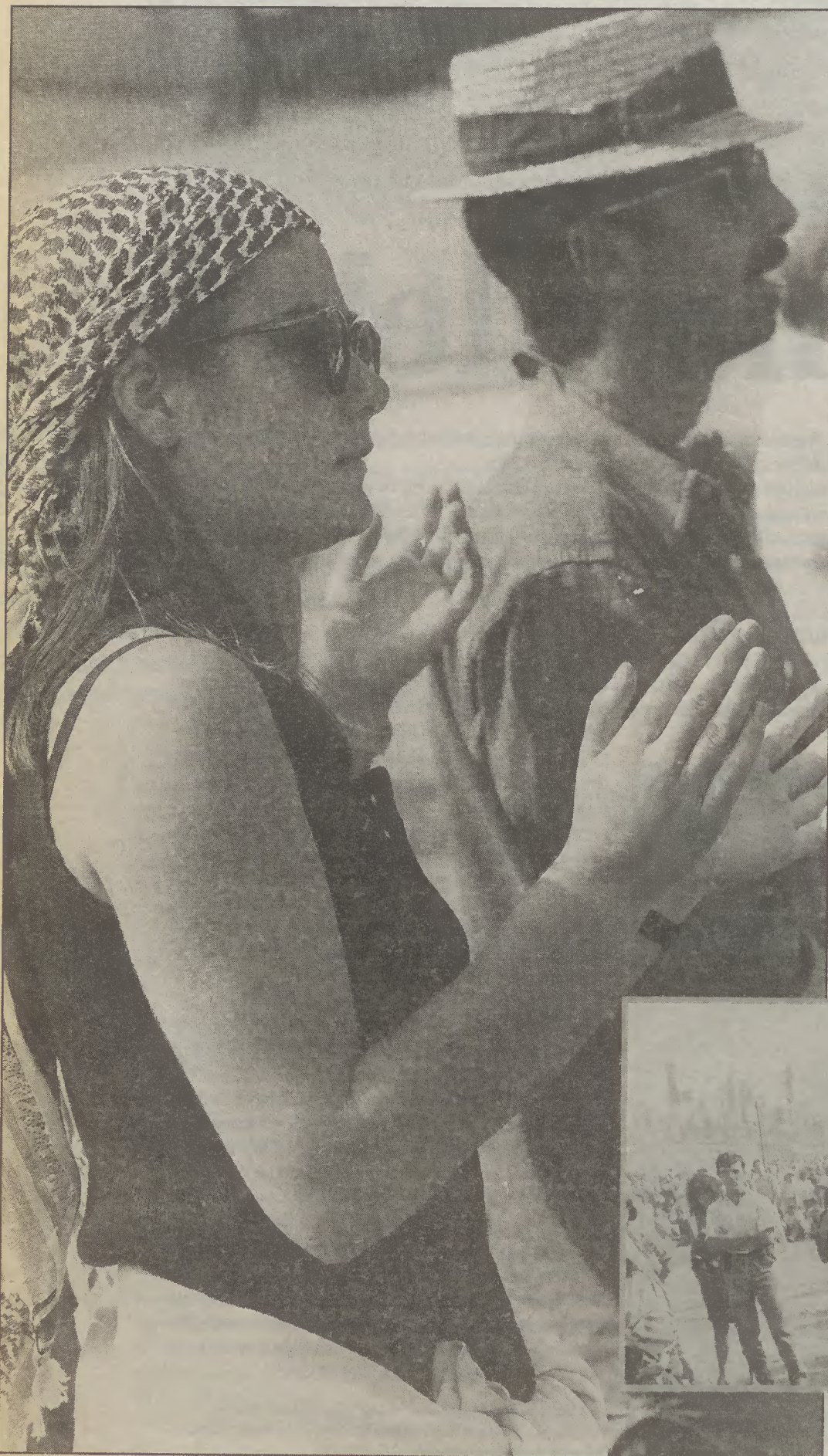
1.ª Mostra de Curtas Metragens

Com o objectivo de promover as obras de jovens criadores na área do cinema, incentivar a sua produção e contribuir para a sua implantação junto ao público mais jovem, a JCP irá realizar durante os três dias da Festa a 1.ª Mostra de Curtas Metragens.

Todos os interessados devem apresentar os seus trabalhos até 31 de Agosto na sede da JCP, em Lisboa, por correio ou em mão. Qualquer dúvida será esclarecida pelo telefone 01-793 09 73.

Regulamento

- 1- O objectivo desta mostra é a promoção das obras cinematográficas de novos criadores.
- 2- As obras serão exibidas durante a Festa do *Avante!*, nos dias 3, 4 e 5 de Setembro, na Atalaia, no Espaço da Juventude, em sequência aleatória.
- 3- O tema é livre. Não serão aceites obras de conteúdo racista ou fascista.
- 4- Não haverá recurso de selecção.
- 5- As obras serão entregues em formato VHS e não deverão exceder os 30 minutos.
- 6- As obras devem ser entregues até 31 de Agosto na sede nacional da JCP, por correio ou em mão, cita na Av. António Serpa, 26, 2.º eq., 1050-027 Lisboa (tel. 01-793 09 73; fax. 01-796 98 97). Junto com a cassette deve ser entregue a ficha técnica e o contacto do autor.
- 7- As obras serão devolvidas aos autores na sede da JCP entre 15 e 30 de Setembro de 1999.
- 8- A JCP compromete-se a não reproduzir as obras.
- 9- A JCP compromete-se a não utilizar as obras para outros fins que não a exibição na Mostra.



A FESTA

O trabalho é uma festa!

E é mesmo. Quem corre por gosto não cansa e, para os momentos de fadiga, há sempre a compensação do convívio a preencher as pausas.

Há muitos que sabem disto e há anos que guardam dias das férias ou fins-de-semana no Verão para não faltarem na Atalaia às tarefas de construção da Festa. Mas há também os que vão pela primeira vez ajudar a construí-la. E têm a surpresa de conhecerem o belo terreno da Atalaia, com a Tejo em frente e Lisboa do outro lado, de verem a Festa crescer, semana a semana.

Chegam geralmente em grupos. Inscrevem-se de manhã, cedinho, para as tarefas que vão sendo destinadas. Ainda se arranja tempo para um café ou mesmo para o pequeno almoço. E depois novos grupos se formam para atacar as várias frentes de trabalho.

Horas de almoço - o refeitório já o tem preparado. Mas há quem leve fanel e escolha uma boa sombra. E há também os camaradas e os amigos que cumprem a tradição saborosa de confeccionarem refeições. Eleva-se no ar o fumo das braseiras e o cheiro das sardinhas ou das febras.

No passado domingo tornámos à Atalaia e soubemos que já no dia anterior lá estivera muita gente a trabalhar. Almoçámos com um grupo de camaradas e amigos que a Organização de Azeitão (Setúbal) do PCP levou ao terreno. Perto de nós um outro numeroso grupo viera de Almada.



A paisagem vai-se modificando à medida que finda Julho e Agosto aí vem. Já muitas estruturas se erguem, mas a relva bem tratada, a prometer mais frescura nos três dias de Setembro, é ainda o que chama mais a atenção do visitante. O terreno está melhor e uma cuidada atenção dos diferentes pisos deixa esperar maior facilidade nas longas caminhadas que todos fazemos porque não queremos perder pitada do que se vai passar na Festa.

Mas há ainda muito trabalho a fazer.

Que tal programar desde já uma ajuda no próximo fim-de-semana?



Atalaia

■ Mário Castrim

Vá, juizinho,
moço.

Borda fora
a fraqueza
burguesa

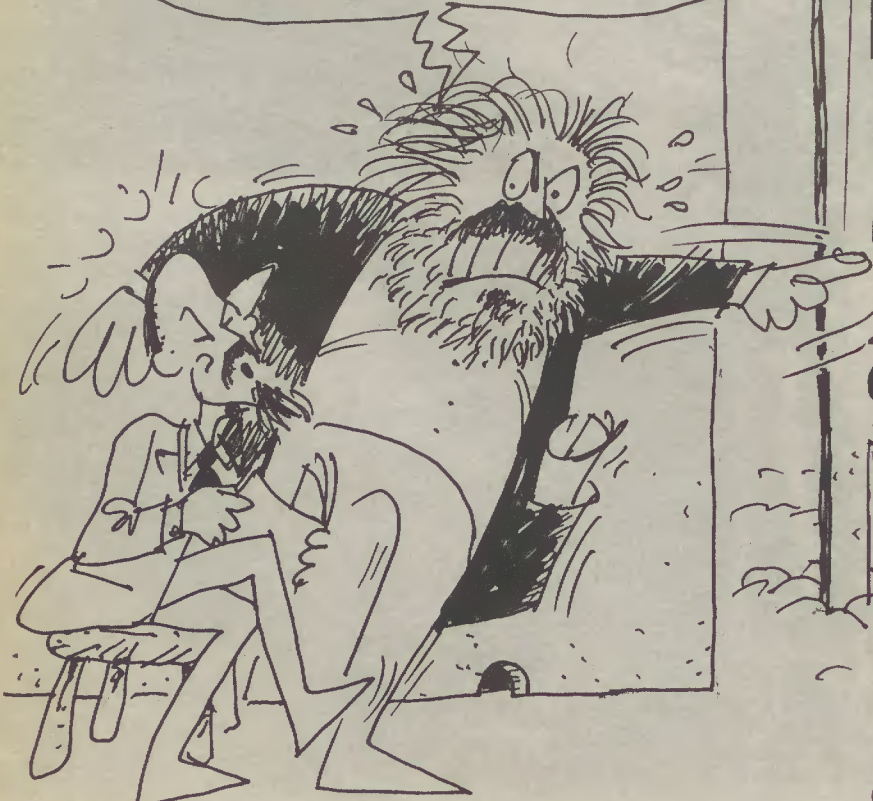
a fazer-te negaça.

Marca um fim-de-semana
de trabalho

na Quinta da Atalaia

e vais ver como isso logo passa.

MAIS VALIA
comprar a EP
antes da Festa...



Os clássicos
estão todos na Festa

e com a EP (*)
quem lá está também é você!

e lá
para lá
caminho.

Festa
Avante!
3, 4 e 5 Setembro
Atalaia - Almada - Setúbal

(*) A EP se for comprada agora são 2100\$00. Nos dias da Festa são 2800\$00

Vencer preconceitos

■ JORGE CORDEIRO

Membro da Comissão Política

PAIRA, nos mais elaborados comentários ou nas mais simples notícias, uma aparente preocupação com os sinais da redução da credibilidade da actividade e da função dos políticos, o afastamento progressivo da atenção dos cidadãos para outros interesses e a sua inevitável tradução no aumento da abstenção.

conquista rápida de apoios, a responsabilidade maior pelas consequências cujas causas dizem querer combater.

Constatações

Nada mais oportuno, para testemunhar o que atrás se disse, do que trazer para esta página duas breves mas significativas passagens retiradas de recentes textos de opinião de Eduardo Prado Coelho e José Carlos Vasconcelos.

Escreveu o primeiro numa elucidativa confissão de quem fala do que sabe, a propósito e em defesa do irrecusável vazio de ideias que caracterizaram o desfile de vaidades que ocupou por um dia a Convenção do PS, que "... sucede por isso mesmo que o que poderia ter sido um não acontecimento se transformou num acontecimento - o que estaria claramente na intenção dos promotores".

O que descodificando se traduz nesta simples constatação: assegurada que está a projecção de um "não acontecimento" (entendido enquanto acto concebido não para ter conteúdo mas sim para ser vendido), para quê desperdiçar energia e gastar neurónios no debate sério dos problemas e na procura de soluções? Ou dizendo de outro modo: se o estilo "talk-show" televisivo se revela bastante para cativar o eleitorado, para quê darem-se à maçada de fazer o esforço de uma campanha assente no contacto directo, no esclarecimento e no convencimento? Pelo que, para além de mais, uns shows certamente já em encenação, uns quantos sacos e aventais de plástico se afiguram bastante para os objectivos em vista.

J. Carlos Vasconcelos, por seu turno, na avaliação do desempenho de cada um dos principais partidos políticos,

apresentava como razão para a dificuldade de afirmação do PCP aquela que "... resulta de factores exógenos de uma certa forma de comportamento dos media, que cada vez mais privilegiando o espectáculo, a polémica, e as figuras da socialite política, dão menos relevo à iniciativa comunista do que a quaisquer outras".

Com esta contribuição, de quem também fala do que conhece, talvez assim se perceba melhor esta dualidade de critérios que permite aos outros repetir vezes sem fim as mesmas ideias sempre apresentadas por quem as amplia como a mais recente das novidades sem o risco de serem consideradas casete como com o PCP sucede quando reitera alguma proposta ou ideia cuja actualidade o exige; que permite aos outros honras de primeira página ou directo televisivo quando apresentam a mesmíssima proposta que o PCP reiteradamente divulgou sempre na mais completa distração (a título de exemplo e apenas para avivar memórias, a redução do preço dos combustíveis, o aumento das pensões de reforma, o imposto sobre o movimento de capitais); que possibilita aos outros rios de linhas e tempo de antena sobre os candidatos indisponíveis ou os potenciais não candidatos às legislativas em doses tais que não sobra o espaço para divulgar o conjunto dos candidatos da CDU já apresentados por todo o País.

Ganhar consciência

Sem dúvida que a abstenção e as razões que empurram o seu crescimento são um factor de preocupação maior.

A abstenção transporta, diluída no frio dos números que a dimensionam em cada eleição, uma expressão de forma de exclusão, de afastamento de participação cívica e democrática, de abandono do uso de uma arma que podia responder às fundadas razões de desmotivação e desencrença que as políticas de direita têm arrastado centenas de milhares de portugueses e portuguesas. Na sua maioria, aqueles que menos têm e com mais dificuldades vivem.

E por mais contraditório que se afigure, a abstenção é invariavelmente em si mesmo uma forma de reacção e de atitude que acaba por premiar precisamente aqueles que pelas suas políticas, pelo desrespeito com os compromissos assumidos e pela falta de transparência arrastam a política para as margens da suspeição.

Tomassem em suas mãos, todos aqueles que têm encontrado na abstenção o refúgio e forma de protesto, a determinação de dar sentido pelo voto à expressão dos seu descontentamento e vontade de mudança e naturalmente contribuiriam para ver atenuados ou resolvidos muitos dos factores que os decepcionam e lhes penalizam o seu dia-a-dia.

Ganhasse consciência, em todos quantos em muitos momentos encontraram no PCP a força que ao seu lado os acompanhou e defendeu nas suas lutas ou aspirações, que a atitude certa era distingui-lo com o seu voto e apoio e não com a abstenção, e as possibilidades de uma viragem à esquerda na política nacional que lhes assegurasse o respeito pelos seus direitos, o desejo de uma vida melhor e de justiça social porque ambicionam, seria mais facilmente realizado.

O que indigna e desacredita é a regularidade com que alguns partidos e os respectivos deputados se prestam a fazer exactamente o contrário do que antes prometeram

Assim como se repetem as mesmas apreciações e análises invariavelmente destinadas a passar ao lado das mais importantes razões que com fundamento a podem explicar. Da generalização das responsabilidades até à estafada insistência na reforma do sistema político feita a pensar na alteração do sistema eleitoral, numa curiosa e convergente corrente de opinião que se destina a favorecer os principais responsáveis pelo número de portugueses que tendem a descrever da política e da sua orientação, ou seja, daquilo que todos os dias, tenham ou não consciência disso, lhes molda as suas condições de vida.

É ver o retomar de teses com as do distanciamento do deputado aos eleitores alegadamente com origem na forma de eleição e não na ausência de correspondência entre o que se propôs e o que posteriormente se fez. Ou como a mais recente teoria sobre a falta de independência dos deputados face aos "directórios partidários" para explicar decisões assumidas em sede de órgãos de poder por este ou aquele partido, como se o pecado residisse no respeito pelas orientações dos partidos que cada um representa e não na mais reprovável falta de ética e desrespeito para com os eleitores manifestados por esses partidos. Tudo como forma de fugir à substancial razão que explica que o que indigna e desacredita é a regularidade com que alguns partidos e os respectivos deputados se prestam a fazer exactamente o contrário do que antes prometeram, a facilidade com que afirmam o oposto do que têm por intenção vir a fazer, o à-vontade com que partem, sem cuidar de princípios, em busca do voto fácil.

Pena que os que sobre a questão se manifestam preocupados não vejam ou não queiram ver o que está tão próximo de observar.

Se o fizessem poupavam-se ao esforço de enveredar por tão sinuosas quanto improdutivas explicações. E facilmente encontrariam na atitude de quem produz e anima um certo tipo de actividade política fundada no preconceito como obstáculo à procura das alternativas e da diferença, na promoção do acessório e no estímulo ao que é superficial como factores de



Demanda do povo de Cuba contra o governo dos EUA ⁽¹⁾

Um conjunto diversificado de organizações sociais e de massas da República de Cuba que congregam a quase totalidade da população do país decidiu apresentar no tribunal de Havana, no final de Maio, uma demanda contra o governo dos Estados Unidos por prejuízos causados ao povo cubano. Esta decisão radica num extenso conjunto de factos registados ao longo de quase quatro décadas, agora compilados e trazidos a público. Dado o inegável interesse desta documentação, testemunho do combate empreendido pelos EUA, sem olhar a meios, contra um país que se afirma soberano e independente, o «Avante!» inicia neste número a publicação das alegações que servem de base à acção judicial.

O libelo acusatório apresentado à justiça pelos advogados Juan Mendoza Diaz, Leonardo B. Pérez Gallardo, Magaly Iserne Carrillo e Ivonne Pérez Gutiérrez, em nome da Central de Trabalhadores de Cuba, Associação Nacional de Pequenos Agricultores, Federação de Mulheres Cubanas, Federação Estudantil Universitária, Federação de Estudantes do Ensino Secundário, Organização de Pioneiros José Martí, Comités de Defesa da Revolução, e Associação de Combatentes da Revolução Cubana, é uma verdadeira viagem pela história da resistência cubana face à criminosa política desenvolvida pelas sucessivas administrações norte-americanas contra Cuba.

Sabotagens, assassinatos, atentados, provocações, boicotes, sanções... estas as armas usadas pela maior potência mundial contra uma pequena ilha do mar das Caraíbas que um dia ousou derrubar a ditadura de Batista, o leal servidor do imperialismo norte-americano que havia transformado Cuba num imenso bordel. Os EUA nunca aceitaram que no «seu quintal» florescesse uma Revolução. Ainda hoje o não aceitam. E ainda hoje Cuba continua a resistir. O que não tem sido tarefa fácil, como os factos que a seguir se reproduzem bem elucidam.

Fundamentos da demanda

A demanda contra dos EUA assenta nos seguintes factos:

Primeiro - Que o triunfo da Revolução Cubana, em 1 de Janeiro de 1959, significou para o povo de Cuba conquistar, pela primeira vez na sua longa história de luta, a independência e a soberania verdadeiras, após um saldo de mais de 20 mil mortos no combate heróico e frontal contra as forças de uma ditadura militar treinada, armada e assessorada pelo governo dos Estados Unidos.

A vitória revolucionária em Cuba constituiu para os Estados Unidos uma das mais humilhantes derrotas políticas na sua existência como grande potência imperialista, o que determinou que o conflito histórico entre ambas as nações entrasse numa nova e mais aguda etapa de confrontos, caracterizada a partir desse momento pela aplicação, por parte dos Estados Unidos, de uma brutal política de hostilidade e de agressões de todo o tipo, cujo fim era destruir a Revolução Cubana, reconquistar o País e reimplantar o sistema de dominação neocolonial que durante mais de meio século impuseram a Cuba e que definitivamente perderam há mais de quarenta anos.

A guerra travada pelos Estados Unidos contra a Revolução Cubana, concebida como política de Estado, ficou historicamente demonstrada e é plenamente constatável através das múltiplas informações que têm sido reconhecidas naquele país, nos últimos tempos, onde se pode observar a existência de uma variedade de acções políticas, militares, económicas, biológicas, diplomáticas, psicológicas, propagandísticas, de espionagem, a realização de acções terroristas e de sabotagem, a organização e o apoio logístico a bandos armados e grupos mercenários clandestinos, o estímulo da deserção e da emigração e as tentativas de liquidar fisicamente os líderes do processo revolucionário cubano, o que é demonstrado mediante importantíssimas declarações públicas de autoridades do governo dos Estados Unidos, bem como das incontáveis e irrefutáveis provas acumuladas pelas autoridades cubanas, e de forma particularmente eloquente pelos inúmeros documentos secretos revelados, pois embora nem todos fossem tomados públicos, são mais do que suficientes para demonstrar cabalmente tudo o que fundamenta esta demanda.

Um dos documentos que acompanhamos, para corroborar os factor articulados, é conhecido como «Programa de Acção Encoberta contra o Regime de Castro», já revelado, aprovado em 17 de Março de 1960 pelo presidente dos Estados Unidos, Dwight D. Eisenhower. O segundo, conhecido como «Projecto Cuba», apresentado em 18 de Janeiro de 1962 pelo brigadeiro Edward Lansdale às mais altas autoridades do governo dos Estados Unidos e ao Grupo Especial Ampliado do Conselho de Segu-

rança Nacional desse país, contém uma lista de 32 missões de guerra encoberta que deveriam ser realizadas pelos departamentos e agências envolvidas na chamada Operação Mangosta (Mongoose).

Todas as acções hostis e agressivas executadas pelo governo dos Estados Unidos contra Cuba, desde o triunfo da Revolução até à data, provocaram enormes prejuízos humanos e materiais ao povo, bem como incalculável sofrimento aos cidadãos deste país, penúria face à carência de remédios, alimentos e outros meios indispensáveis à vida, dos quais somos credores e temos direito a obter com o nosso trabalho honrado. Isso representou igualmente perigos constantes, em consequência da subversão política e ideológica realizada, o que significou o sofrimento constante, geral e injustificado de todo o povo, prejuízo que também se caracteriza pela sua perdurabilidade e quase inestimável dimensão, o que impede a sua quantificação exacta e que para os efeitos da indemnização não incluímos nesta demanda, embora não renunciemos a fazê-lo oportunamente, por nos ajustarmos estritamente ao conteúdo da reparação de dano moral que prescreve o Código Civil cubano, actualmente vigente.

Segundo a prática internacional, os Estados Unidos são responsáveis pelos danos e prejuízos causados pela sua conduta e actos - tanto na ordem legislativa quanto na administrativa e judicial - pela dos seus agentes e funcionários, (...) e, por conseguinte, encontram-se no dever de reparar os danos e prejuízos causados, o que universalmente é qualificado como responsabilidade civil.

Por tudo isso, o Estado norte-americano, representado pelo seu governo, é responsável pelos danos e prejuízos causados às pessoas naturais e jurídicas cubanas, pelos actos ilícitos executados pelas suas agências, dependências, representantes, funcionários ou pelo próprio governo.

Segundo - Que a recente revelação nos Estados Unidos do relatório do Inspector-Geral da Agência Central de Inteligência (CIA), Lyman Kirkpatrick, elaborado em Outubro de 1961, em que se analisam as razões do fracasso da invasão da Baía dos Porcos, como lhe chamam os norte-americanos, revela que as operações encobertas organizadas por Washington contra Cuba começaram no Verão de 1959, algumas semanas depois da assinatura da Lei da Reforma Agrária, em 17 de Maio desse ano.

No mês de Outubro, o Presidente Eisenhower aprova um programa proposto pelo Departamento de Estado e pela CIA para empreender acções encobertas contra Cuba, incluindo ataques aéreos e navais e a promoção e o apoio directo a grupos contra-revolucionários dentro de Cuba. Segundo o documento, as operações deviam conseguir que a queda do regime revolucionário parecesse o resultado dos seus próprios erros.

Naqueles dias, começaram a voar sobre o território cubano pequenos aviões procedentes de território norte-americano, com missões tais como a infiltração de agentes, armas e outros meios,

matanzas. Em 8 de Março, outro avião lançou material inflamável na zona de San Cristóbal e queimou mais de 29 mil toneladas de cana.

Além das missões de bombardeamento, metralhamento e queimadas, durante esta etapa produziram-se muitos voos sobre a cidade de Havana e em quase todas as demais províncias do País, com o propósito de lançar propaganda subversiva. Nos primeiros meses de 1961 registaram-se dezenas de voos deste tipo. No mencionado relatório de Lyman Kirkpatrick sobre a invasão da Baía dos Porcos afirma-se que «na hora da invasão, tinham sido lançados em Cuba mais de 6 milhões de quilos de panfletos» de propaganda contra-revolucionária. No seu relatório, o alto oficial da CIA descreve os passos que, a partir de Agosto de 1959, tinha começado a dar um grupo paramilitar dessa instituição.

Isto é apenas uma amostra: a guerra encoberta contra Cuba tinha começado com grande intensidade a partir do próprio ano de 1959. Uma infinidade de acções hostis e agressivas, impossíveis de enumerar detalhadamente, viriam nos anos posteriores.

O Inspector-Geral da Agência Central de Inteligência reconhece que «de Janeiro de 1960, quando contava com 40 pessoas, a 16 de Abril de 1961, o Bureau aumentou para 588 pessoas, convertendo-se num dos maiores grupos dos serviços clandestinos». Referia-se ao centro da CIA em Miami dedicado às actividades contra Cuba.

Terceiro: Passados quinze meses do triunfo revolucionário, o banditismo armado foi projectado e finalmente desencadeado pelo governo dos Estados Unidos em quase todo o País. Iniciou-se em 1960 com a Administração republicana do Presidente Eisenhower e prolongou-se durante cinco anos, até 1965.

A zona escolhida foi a região do Escambray, na antiga província de Las Villas, que hoje compreende as províncias de Villa Clara, Cienfuegos e Sancti Spiritus. Nesta zona, operou uma frente, integrada por colunas e bandos, e um comando. Semanas antes da invasão mercenária da Baía dos Porcos, 40



Armando Valladares, um ex-polícia de Batista ao serviço da CIA, posteriormente 7 anos formado em "poeta dissidente"

Thomas Evans, representante dos EUA em Cuba, escondendo material passa a contrarrevolução em Cuevas de Saturno

Um transmissor CDT-501 e codificador CK-42, parte de material entregue pela CIA a um agente "seu" em Havana

matanzas. Em 8 de Março, outro avião lançou material inflamável na zona de San Cristóbal e queimou mais de 29 mil toneladas de cana.

Além das missões de bombardeamento, metralhamento e queimadas, durante esta etapa produziram-se muitos voos sobre a cidade de Havana e em quase todas as demais províncias do País, com o propósito de lançar propaganda subversiva. Nos primeiros meses de 1961 registaram-se dezenas de voos deste tipo. No mencionado relatório de Lyman Kirkpatrick sobre a invasão da Baía dos Porcos afirma-se que «na hora da invasão, tinham sido lançados em Cuba mais de 6 milhões de quilos de panfletos» de propaganda contra-revolucionária. No seu relatório, o alto oficial da CIA descreve os passos que, a partir de Agosto de 1959, tinha começado a dar um grupo paramilitar dessa instituição.

Isto é apenas uma amostra: a guerra encoberta contra Cuba tinha começado com grande intensidade a partir do próprio ano de 1959. Uma infinidade de acções hostis e agressivas, impossíveis de enumerar detalhadamente, viriam nos anos posteriores.

O Inspector-Geral da Agência Central de Inteligência reconhece que «de Janeiro de 1960, quando contava com 40 pessoas, a 16 de Abril de 1961, o Bureau aumentou para 588 pessoas, convertendo-se num dos maiores grupos dos serviços clandestinos». Referia-se ao centro da CIA em Miami dedicado às actividades contra Cuba.

Terceiro: Passados quinze meses do triunfo revolucionário, o banditismo armado foi projectado e finalmente desencadeado pelo governo dos Estados Unidos em quase todo o País. Iniciou-se em 1960 com a Administração republicana do Presidente Eisenhower e prolongou-se durante cinco anos, até 1965.

A zona escolhida foi a região do Escambray, na antiga província de Las Villas, que hoje compreende as províncias de Villa Clara, Cienfuegos e Sancti Spiritus. Nesta zona, operou uma frente, integrada por colunas e bandos, e um comando. Semanas antes da invasão mercenária da Baía dos Porcos, 40

matanzas. Em 8 de Março, outro avião lançou material inflamável na zona de San Cristóbal e queimou mais de 29 mil toneladas de cana.

Além das missões de bombardeamento, metralhamento e queimadas, durante esta etapa produziram-se muitos voos sobre a cidade de Havana e em quase todas as demais províncias do País, com o propósito de lançar propaganda subversiva. Nos primeiros meses de 1961 registaram-se dezenas de voos deste tipo. No mencionado relatório de Lyman Kirkpatrick sobre a invasão da Baía dos Porcos afirma-se que «na hora da invasão, tinham sido lançados em Cuba mais de 6 milhões de quilos de panfletos» de propaganda contra-revolucionária. No seu relatório, o alto oficial da CIA descreve os passos que, a partir de Agosto de 1959, tinha começado a dar um grupo paramilitar dessa instituição.

Isto é apenas uma amostra: a guerra encoberta contra Cuba tinha começado com grande intensidade a partir do próprio ano de 1959. Uma infinidade de acções hostis e agressivas, impossíveis de enumerar detalhadamente, viriam nos anos posteriores.

O Inspector-Geral da Agência Central de Inteligência reconhece que «de Janeiro de 1960, quando contava com 40 pessoas, a 16 de Abril de 1961, o Bureau aumentou para 588 pessoas, convertendo-se num dos maiores grupos dos serviços clandestinos». Referia-se ao centro da CIA em Miami dedicado às actividades contra Cuba.

Terceiro: Passados quinze meses do triunfo revolucionário, o banditismo armado foi projectado e finalmente desencadeado pelo governo dos Estados Unidos em quase todo o País. Iniciou-se em 1960 com a Administração republicana do Presidente Eisenhower e prolongou-se durante cinco anos, até 1965.

A zona escolhida foi a região do Escambray, na antiga província de Las Villas, que hoje compreende as províncias de Villa Clara, Cienfuegos e Sancti Spiritus. Nesta zona, operou uma frente, integrada por colunas e bandos, e um comando. Semanas antes da invasão mercenária da Baía dos Porcos, 40



Orlando Bosch, autor moral de um atentado a bordo de um avião cubano, em 1976, que causou a morte de 75 pessoas



A luta vitoriosa do povo de Cuba contra a ditadura de Batista foi considerada uma ousadia inaceitável pelos EUA. Os ataques à revolução começaram logo após a aprovação da Lei da Reforma Agrária, a 17 de Maio de 1959



■ João Amaral

A Juventude e a Guerra

Acaba de ser aprovada na Assembleia da República a nova Lei do Serviço Militar, que termina com o Serviço Militar Obrigatório e institui umas Forças Armadas portuguesas de base essencialmente profissional. Esta profunda mutação da natureza das Forças Armadas tem de ser olhada não só pelo conteúdo do modelo instituído, mas também pelo ângulo das causas que fundamentaram esta opção, e ainda pela óptica com que a juventude analisa as missões de que as Forças Armadas estão a ser incumbidas.

A nova Lei atinge o seu objectivo essencial, de profissionalização das Forças Armadas. Nalguns pontos, entretanto, a proposta do Governo PS foi profundamente modificada. O PS levava tão longe quanto possível a rotura entre as Forças Armadas e a juventude em geral. Na proposta do PS, só os jovens que quisessem o contrato tinham contacto com as Forças Armadas. Nada estava previsto para os restantes jovens, que constituirão a esmagadora maioria da juventude.

Este radicalismo socialista anti-Forças Armadas foi fortemente atenuado. Por três vias. Primeiro, pela previsão de uma operação geral de recenseamento militar, que a proposta do Governo não fazia. Isto significa manter o recenseamento (a fazer aos 18 anos) como um dever geral dos cidadãos, rapazes e raparigas. É assim sublinhado o dever universal de defesa da Pátria na componente militar.

A segunda via para minorar a rotura da ligação entre as Forças Armadas e a juventude foi a instituição de um Dia da Defesa Nacional, a cumprir a partir dos 18 anos por todos os jovens, de ambos os sexos. Esse Dia consiste genericamente numa estada numa unidade militar, onde são apresentados os objectivos da Defesa Nacional, bem como os princípios de funcionamento e organização das Forças Armadas. Um pouco à semelhança do que foi pretendido em França com o "rendez-vous, citoyen", este Dia da Defesa Nacional permite mostrar o papel e importância das Forças Armadas, e permite à juventude um contacto mínimo.

O seu êxito ou fracasso vai depender do conteúdo das actividades desse Dia, da sua qualidade cívica e capacidade motivadora. Será importante o acompanhamento deste processo, para defesa de um modelo que impulsione o seu êxito.

Uma terceira via de ligação é a criação do regime de voluntariado de doze meses, alternativo ao regime de contrato. O PS ainda tentou boicotar esta via, querendo caracterizar estes voluntários como "contratados a um ano". Mas a lei aprovada aponta para uma clara diferenciação. O voluntariado funciona como garantia do exercício do direito a integrar as Forças Armadas, como expressão do direito de defesa da Pátria. Os voluntários podem concorrer ao regime de contrato, no termo do ano. Mas, até, aí, não são contratados.

Uma terceira via de ligação é a criação do regime de voluntariado de doze meses, alternativo ao regime de contrato. O PS ainda tentou boicotar esta via, querendo caracterizar estes voluntários como "contratados a um ano". Mas a lei aprovada aponta para uma clara diferenciação. O voluntariado funciona como garantia do exercício do direito a integrar as Forças Armadas, como expressão do direito de defesa da Pátria. Os voluntários podem concorrer ao regime de contrato, no termo do ano. Mas, até, aí, não são contratados.

Apesar destas atenuações do citado radicalismo socialista, a realidade entretanto é que elas não alteram o essencial: o regime passa a ser o de Forças Armadas profissionais.

A assumpção desta realidade projectou-se na discussão na especialidade, particularmente quando se discutiram as normas do estatuto dos contratados. Em cima da mesa estavam as propostas da ANCE (Associação Nacional dos Contratados do Exército). Naturalmente, essas propostas visavam reforçar as garantias profissionais dos contratados, melhorando o seu estatuto. O PCP não podia deixar de apoiar activamente essas propostas, como efectivamente fez, e com êxito (excepto quanto ao direito de participação das associações de contratados, pois nessa área nem o PS nem o PSD querem dar qualquer passo!).

A questão central

É interessante ver algumas dessas propostas. Uma delas visava dar garantias de renovação do contrato, sem discriminações. Outra, visava alargar a garantia de subsídio de desemprego, na cessação do contrato (mesmo que antes do seu termo final). São propostas para um claro estatuto profissional. É esta, pois, a realidade, que daqui a quatro anos, no fim do período transitório, se estenderá a todas as Forças Armadas (salvo se não houver contratados em número suficiente, caso em que se regressa ao SMO!).

Mas, como se chegou aqui? Só por eleitoralismo? Não. Esta opção pela profissionalização radica, na óptica dos Governos PSD e PS, numa razão estruturante quanto às missões das Forças Armadas. De facto, o novo modelo das Forças Armadas está a ser instituído em todos os países da NATO, com o mesmo objectivo, de adaptar as Forças Armadas nacionais às exigências decorrentes do Novo Conceito Estratégico da NATO (resultante dos textos aprovados em 1991 e 1999).

Nessa nova conceptualização, as Forças Armadas integram Forças multinacionais, subordinando a sua missão de Defesa Nacional às missões NATO, designadamente às guerras como a feita contra a Jugoslávia.

É por isto que no debate sobre o modelo de Forças Armadas, a opção entre SMO ou Forças profissionais não é a opção determinante. Sobre essa, há a opção essencial, entre Forças Armadas eminentemente empenhadas na defesa da República ou Forças Armadas inseridas no bloco NATO e preparadas essencialmente para a projecção de força, em operações externas, incluindo agressivas.

Ora, um dos temas que mais mobiliza a juventude é a condenação das guerras, e a defesa da paz. Como pedir



então à juventude que aceite passivamente ser recrutada para esse tipo de missões de guerra?

Por isso, o objectivo democrático essencial quanto às Forças Armadas e à política de Defesa deve ser a sua recondução a objectivos nacionais. Mesmo quando se trate já de Forças Armadas profissionais.

Dir-se-á que defender o SMO é implicitamente defender a renacionalização das missões das Forças Armadas. Mas, o que hoje mais motiva largas camadas da população e da juventude é a condenação da arrogância e do tipo de acções desenvolvidas pela NATO, pelos Estados Unidos e pelos seus parceiros europeus.

É esta a questão central, deve ser nela que deve ser centrado o debate político.

Estórias do «fim da história»

■ José Casanova

A pretexto da comemoração do aniversário da sua profecia sobre o fim da história, Francis Fukuyama decidiu, por iniciativa pessoal ou empurrado por alguém, dar os parabéns a si próprio. Fê-lo num artigo intitulado «Reflectindo sobre o fim da História dez anos depois» («Público», 17.7) mas, por razões que adiante invocarei, estou em crer que a peça há-de ter sido publicada na íntegra em vários jornais e revistas do Planeta.

O artigo constitui uma exaltação do génio profético de Fukuyama e tem em vista reafirmar o acerto milimétrico de todas as profecias há dez anos vertidas pelo actual «Professor de Política Pública na Universidade George Mason (EUA). Aos «críticos que me têm exigido regularmente que reconsidere a minha opinião de que a História terminou, na esperança de que eu volte atrás», o Professor responde, peremptório, que não senhor, nem pensem nisso, não retira nem uma vírgula ao que há dez anos profetizou, ou seja, o fim da História é um facto, uma realidade indesmentível e confirmada. E se a realidade, a inteligência, o bom senso rejeitam todos os dias as suas profecias, então são a realidade, a inteligência e o bom senso que estão erradas e devem curar de se adaptar à verdade do profeta.

A obra de Francis Fukuyama, nascida na sequência do fracasso das tentativas históricas de criação de sociedades socialistas, alternativas ao capitalismo, levadas a cabo num conjunto de países do Leste da Europa, constitui um hino ao capitalismo na sua modalidade neoliberal: o socialismo está definitivamente vencido; o capitalismo – mais concretamente: o capitalismo norte-americano – é definitivamente vencedor, a história chegou ao fim, acabou, parou neste sistema ideal onde os conflitos sociais deixaram de ter lugar e razão de ser e onde as condições de vida gerais atingiram o seu expoente máximo por efeito de uma bondade e de um humanismo intrínsecos do sistema capitalista.

O profeta começa assim a sua prosa aniversariante: «Este Verão faz dez anos que publiquei o meu artigo “O fim da História?” no jornal “The National Interest”, e por esta ocasião pediram-me que escrevesse uma retrospectiva sobre a minha tese original». Detenhamo-nos um pouco neste intróito: ao situar a origem daquilo a que chama «a minha tese» no texto publicado no referido jornal, Fukuyama revela, no mínimo, uma

clamorosa falta de memória e é lamentável que não concretize aquele «pediram-me», que não diga quem lhe pediu tal coisa. Quero eu dizer com isto que esta história está mal contada, que também aqui Fukuyama não chegou ao fim da história... Mas antes de avançar por aí demos uma vista de olhos por um excelente trabalho produzido por Susan George – «Comment la pensée devint

unique» – publicado no «Monde Diplomatique» de Agosto de 1996.

Ideologia neoliberal e “Chicago Boys”

Seguindo o rasto do processo de formação e da difusão da ideologia neoliberal desde os fins do século passado, a autora demonstra que o edifício teórico e ideológico do neoliberalismo, com todos os seus ingredientes, começou a ganhar forma na altura da Segunda Guerra Mundial e mostra que passadas algumas décadas, «graças à inteligência estratégica dos seus promotores e a financiamentos de milhões de dólares e apesar dos resultados geralmente desastrosos das medidas que inspirou – tornou-se, nos tempos actuais o grande alicerce do pensamento único». A Universidade de Chicago foi desde o início o berço de toda esta operação, «o núcleo duro do neoliberalismo nascente»: foi sob os seus auspícios que, na década de 40, foram publicadas as mais influentes obras sobre a matéria, nomeadamente as obras de Milton Friedman. Anote-se que «a escola de Chicago», composta por economistas conhecidos por «Chicago Boys», tornou-se célebre, a sua doutrina económica, filosófica e social passou a ser ensinada em toda a parte e os seus membros disseminaram-se pelo Mundo. Exemplo bem conhecido dessa acção, do seu conteúdo e das suas consequências é o «milagre económico» que Milton Friedman levou à prática no Chile de Pinochet, com a colaboração de «Chicago Boys» chilenos – «milagre» que tinha como objectivo essencial transformar o país num lugar seguro para os investimentos norte-americanos, o que passava, e passou pela criação das condições políticas e sociais necessárias ao «milagre»: o assassinato de milhares de pessoas, a destruição brutal dos sindicatos e das organizações políticas das massas populares (William Schulz, «Terrorismo de Estado»).

Fundações e Institutos

Para levarem por diante com êxito o seu programa, os neoliberais verificaram que a sua primeira tarefa consistia em «transformar a paisagem intelectual», na medida em que a propagação das ideias é o ponto de partida prioritário. Por isso era necessário criar as condições exigidas pela produção, publicação, ensino e difusão da ideologia neoliberal, ou seja, dotarem-se dos meios financeiros e institucionais adequados. E assim se fez. Naturalmente, os principais pólos de produção e difusão dessa ideologia situam-se nos Estados Unidos da América. Muitas foram as «fundações», os «institutos», etc. que, logo a seguir à Revolução de Outubro e, depois, por alturas da Segunda Guerra Mundial, foram criadas e postas a funcionar, impulsionadas por milhões e milhões de dólares – desde a «Hoover Institution on War, Revolution and Peace», fundada em 1919 e «interessada» essencialmente nas revoluções russa e chinesa, até às mais recentes, como seja a «Heritage Foundation», cuja estreita ligação à presidência de Reagan a tornou célebre. E tantas e tão diversificadas são estas instituições que não há área importante que escape à sua «bênção» – a título de curiosidade refira-se o «Cato Institute», cuja especialidade tem a ver com o estudo das privatizações e que desenvolve intensa actividade e abundante teoria sobre a matéria.

A partir da década de 60, todas estas estruturas viram aumentados os seus apoios financeiros graças à generosidade de «fundações familiares». Também as verbas para a comunicação social atingem números significativos (ainda a título de curiosidade: entre 1990 e 1993, quatro importantes publicações neoliberais – entre as quais se encontra «The National Interest», a tal revista onde Francis Fukuyama publicou a sua profecia do fim da História – receberam; de diversas fontes, qualquer coisa como 27 milhões de dólares).

“Fundação Olin”

De um outro tipo de «fundações» é necessário, ainda, falar. Trata-se das fundações criadas e pagas pelas grandes fortunas industriais norte-americanas: «Coors» (cerveja), «Scaife» e «Mellon» (aço) e, especialmente, «Olin» (produtos químicos). Detenhamo-nos nesta última: segundo Susan George, a «Fundação Olin», cujo objectivo essencial é o de «reforçar as instituições económicas, políticas e culturais nas quais se baseia a empresa privada» – objectivo ao qual dedicava já, em 1985, 55 milhões de dólares – financia a regência de cadeiras nas universidades mais importantes dos EUA, para as quais, naturalmente e por isso mesmo, nomeia os professores que vão ocupar essas cadeiras e dirigir os centros de estudos. É assim que existem «cadeiras» Olin de direito e de economia nas universidades de Chicago, obviamente, e Harvard, Yale e Stanford, nomeadamente. Estes professores – produtores da «ideologia Olin» – são, como é natural, muito bem pagos e são recrutados por todo o Mundo. Por exemplo, o historiador francês François Furet – que foi o primeiro designado para a coordenação do «Livro negro do comunismo» (tarefa que não pôde concluir por ter falecido e na qual foi substituído pelo nosso conhecido Stéphane Courtois) – chegou a ser director do «Programa John M. Olin de história da cultura política» na Universidade de Chicago, tarefa pela qual recebeu a interessante quantia de 470 000 dólares.

Mas voltemos ao profeta Fukuyama e sigamos, ainda que a passo largo, o percurso da sua tese do fim da história, das origens até ao artigo recente. Foi assim: «Em 1988, Allan Bloom, director do “Centro Olin para o estudo da teoria e da prática da democracia” na Universidade de Chicago (que recebe 36 milhões de dólares por ano da «Fundação Olin»), convidou um obscuro funcionário do departamento de Estado para pronunciar uma conferência». O convidado, Francis Fukuyama, obviamente, não se fez rogado e decidiu proclamar a vitória total e definitiva dos EUA e do neoliberalismo e decretar o fim da História. A conferência foi, a seguir, passada a escrito e publicada em forma de artigo em «The National Interest», cujo director, Irving Kristol, era professor Olin numa universidade, ao preço de 326 mil dólares. Depois, Kristol convidou Bloom e Samuel Huntington (director do «Instituto Olin de estudos estratégicos» da Universidade de Harvard, criado graças a um financiamento Olin de 14 milhões de dólares) para, com ele, comentarem o artigo de Fukuyama nesse mesmo número da revista. Ou seja, e como observa Susan George: o «debate» sobre uma conferência Olin, travado por quatro beneficiários de fundos Olin numa revista Olin, teve imediatas repercussões Olin: saiu nos inevitáveis «New York Times», «Washington Post» e «Time» e correu mundo transformado em livro e assinado por Francis Fukuyama, cujo vem agora comemorar o décimo aniversário do «artigo», esquecendo-se da conferência que, a expensas da Fundação Olin, foi ovo da profecia e do profeta – e ainda por cima não nos dizendo quem é que lhe «pediu» a comemoração...



Inquérito I

O inquérito parlamentar à Junta Autónoma de Estradas (JAE) desembocou numa demoradíssima reunião da comissão parlamentar que, esta semana, havia de aprovar o relatório final.

Demoradíssima porquê?

Vale a pena determo-nos nas razões essenciais dessa demora.

Foi uma reunião demoradíssima, em primeiro lugar porque o PSD apareceu com qualquer coisa como 40 propostas de emenda ao relatório preliminar, de tal modo que, a ser acolhido tal aluvião de emendas, o relatório ficaria completamente descaracterizado e tornar-se-ia noutra coisa radicalmente diferente.

Mais exactamente, tornar-se-ia numa coisa onde não havia lugar para a responsabilização de quem quer que fosse pelos afirmados actos ilícitos praticados na JAE, ou seja: o inquérito parlamentar à JAE «branquearia», por

PONTOS CARDEAIS

completo, toda a responsabilidade e todos os responsáveis, políticos ou materiais, pelos alegados actos de corrupção, abuso de poder, etc., praticados ao longo de mais de uma década na célebre Junta Autónoma de Estradas. Perante isto, todos os outros partidos - PS, PCP e CDS - opuseram-se intransigentemente à golpaça e afundaram, uma a uma, a maioria das «propostas de emenda» apresentadas pelo PSD, deixando intacto o essencial do texto primitivo, ou seja, as acusações concretas de ilicitude.

Caíra por terra a tentativa do PSD em não ver o caso investigado.

Inquérito II

Todavia, a coisa não ficaria por aqui. No contra-ataque, o PSD procurou introduzir no relatório final a responsabilização política e

concreta do Governo PS e do respectivo ministro da tutela da JAE, João Cravinho, a par do ministro das Finanças, Sousa Franco, invocando declarações deste último sobre conhecimento pessoal de infracções e infractores na JAE e acções do primeiro (como a recente «operação túnel da Gardunha») que configurariam ilícitos. Aí, foi a vez de o PS saltar a terreiro, não apenas recusando a

responsabilização directa do seu Governo e governantes no relatório final, como pondo em causa o parágrafo que explicitava as «responsabilidades políticas» em toda a embrulhada da JAE. Seguiram-se mais umas horas de jogos florais preenchidos com picardias entre o PSD e o PS, com os primeiros a insistir na responsabilização do PS e os segundos, além de recusarem tal desaforo, a baterem na tecla de que o

tal parágrafo era «lacunar». Acontece que o tal parágrafo estava longe de ser «lacunar». De forma clara e objectiva, limitava-se a abrir caminho à responsabilização política de toda a gente que, eventualmente, tivesse responsabilidades na matéria, quer se tratasse de governos PSD, quer do PS. Quem não deve não teme, como se costuma dizer, mas o PS, se não devia, pelo menos temia, tal a insistência contra o tal parágrafo...

Inquérito III

E o desfecho acabou por ser o mais extraordinário: os dois contendores, PS e PSD, que durante tantas horas se haviam engalinhado a propósito das responsabilizações políticas no relatório, acabaram por juntar votos para eliminar, pura e simplesmente, o tal parágrafo que a elas se referia. Ou seja: uniram esforços para impedir qualquer responsabilização aos governos e aos governantes dos respectivos partidos que, obviamente, sempre foram os primeiros responsáveis por tudo o que se passava na JAE! Uma vergonha...

Jardim e o PS

A última atoarda do presidente do governo regional da Madeira, Alberto João Jardim, acabou por se transformar num folhetim. Primeiro, João Jardim afirmou, num comício na Madeira com Durão Barroso ao lado, que o Governo PS de António Guterres era «mafioso» e o PS «uma organização mafiosa». Durão Barroso ouviu os dislates, sorriu e calou. Depois, o PS ripostou pela voz de uma inflamada Edite Estrela, que declarou Alberto João Jardim como «um caso de foro psiquiátrico». Agora, vem Alberto João Jardim com um comunicado onde afirma que o «polvo montado pelos socialistas, bem caracterizado nas metáforas usadas no Chão da Lagoa, quer agora reprimir a liberdade de expressão e a liberdade dos comícios partidários» e que as reacções do PS às suas palavras «provam efectivamente os perigos que a democracia e a liberdade correm em Portugal».

Por este andar, ainda acaba por ter razão...

PONTOS NATURAIS

■ Mário Castrim

Do meu diário

Noite

abafa-se
levanto-me
alagado
no suor

janela
escancarada
e nem sequer
um sorriso
de frio
descoberto
nesta face bizarra

e ali tão perto
o rio

e a barra

África

Quénia

a Reserva
Natural

os elefantes
as zebras
os leões
os leopardos
os quase todos
perdidos bons

tretas, pá,
a história
do Quénia
foi tão-só
por teres visto a andar por lá
a Bárbara Guimarães.

Seychelles, por que não?

hum.. e Scychelles?
sim, aí está,
Seychelles
por que não?
De acordo, amor,
Seychelles
acho bem
vejo-te já
e já sinto
as ganas
de um vizir
cabeça a andar à roda

o chato é que me lembro
do Soares montado
na velha tartaruga
e me ponho a rir
e perco-a toda.

Longe, um avião

fugir

a tentação

no infinito
da noite
um avião

“por favor
- grito -
por fa...”

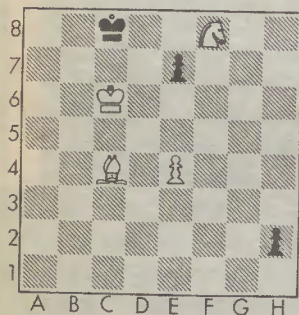
e caio
medonho
em mim
na hora
que souo
onde se sabe
nos que
e a quem
já nem
agora
um sonho
cabe

XADREZ

DCCXV - 29 DE JULHO DE 1999
PROPOSIÇÃO N.º 1999X26

Por: Henri Rinck
«Deutsche Schachzeitung» - 1905

Pr.: [3]: Ps. e7, h2 - Rc8
Br.: [4]: Pc4 - Cb8 - Bc4 - Rc6



Branças jogam e ganham

SOLUÇÃO DO N.º 1999X26 (H. R.)

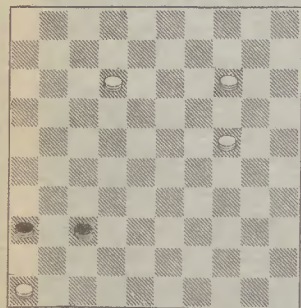
1. Ba6 + 1, Rd8; 2. Cc6 +, Rc8; 3. Bc2, h1=D; 4. Bb5 +, D:h5; 5. Cg7 + e g.
1., Rb8; 2. Rb6, h1=D; 3. Cd7 +, Ra8; 4. Bb7 #
A. de M. M.

DAMAS

DCCXV - 29 DE JULHO DE 1999
PROPOSIÇÃO N.º 1999D26

Por: J.-H. van Leeuwen [Leiden, NL.]
«Het Damspel» V, 1965

Pr.: [2]: 36-37
Br.: [4]: 12-14-24-46

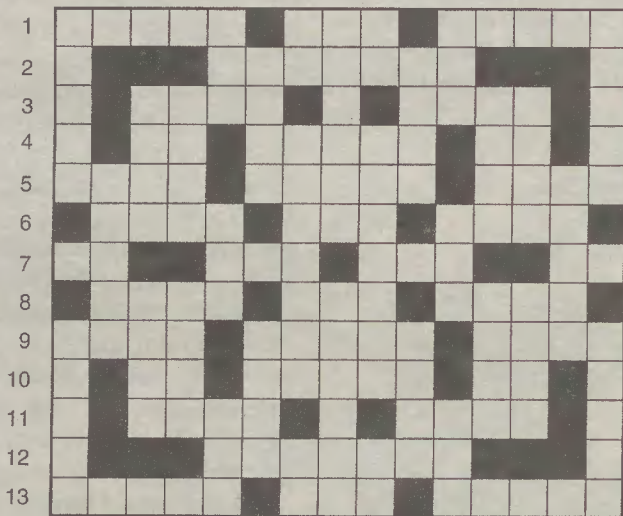


Branças jogam e ganham

SOLUÇÃO DO N.º 1999D26 (J.-H. van L.)
1. 12-81, (36-41); 2. 8-3=D, (41-47=D); 3. 46-41, (47x9); 4. 3x14, (37x46); 5. 14-5 e +
1., (37-42); 2. 8-3=D; (42-48=D); 3. 3-26, ... e + a
2., (42-47); 3. 24-19, ... e + [superioridade numérica]
a) [Se: (48-25); 4. 26-3 e + Se: (48-43/39/34); 4. 46-41, (36x47=D); 5. 26-3 e + a
A. de M. M.

PALAVRAS CRUZADAS

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15



HORIZONTAIS: 1 - Espécie de padiola portátil e ornamentada sobre a qual se transportam as imagens nas procissões; conjunto de duas pessoas; intestino. 2 - Prematuro. 3 - Sinete, chancela, cunho para autenticar um documento; nome de homem. 4 - Antiga cidade da Caldeia; o símbolo da música (pl.); principal rio de Itália. 5 - Capaz; nasce; pedra de loisa, com que se encimam os muros para que as pedras miúdas não caiam (prov.) (pl.). 6 - Atestado; ombro (pref.); lavar. 7 - Bário (s.q.); semelhante; hora canónica; parte do navio que fica entre a popa e o mastro (náut.). 8 - Porção pouco considerável de qualquer líquido; apelido de poeta português; cânhamo de que se fazem sacos, velas, toldos, etc. 9 - Medida de comprimento equivalente a 1.10 m (ant.); abelha silvestre cujo mel é azedo; costura. 10 - Aspecto; homem novo; avenida (abrev.). 11 - Resina ou goma resinosa extraída de diversas árvores dos países do Extremo Oriente; asa. 12 - Aplanara. 13 - Decrépito; ilha do arquipélago de Cabo Verde; nome de duas plantas amarelídeas, de fibra têxtil.

VERTICAIS: 1 - Espécie de barro azulado que existe em abundância na margem esquerda da ria de Aveiro; agente infeccioso inerente a certas doenças contagiosas. 2 - Flagelo. 3 - Instrumento que serve para marcar ângulos no terreno; verbal. 4 - Deus do amor, entre os romanos; desarranjo mental (fig.). 5 - Rim (ant.); base aérea portuguesa; óxido ou protóxido de cálcio. 6 - Frouxo; rio salgado da Ásia. 7 - Rapaz (pop.); sacrificar matando; caminhais. 8 - Suportam; nome vulgar de um peixe teleosteo gadiforme. 9 - Ruténio (s.q.); aquela que não assina o que escreve; o mais (ant.). 10 - Cor vermelho-clara; má sorte. 11 - Modo de dizer; nome de uma árvore terebintácea cuja casca serve para aromatizar o vinho; naquelas. 12 - Pequeno mamífero desdentado da ordem dos tatus; vazias. 13 - Ave columbina, semelhante ao pombo; recente. 14 - Penhor. 15 - Famas (fig.); a fina flor.

nov. 14 - Arras. 15 - Auras; escol.
anônima; al. 10 - Rosa; azar. 11 - Tom; aai; nas. 12 - Apart; ocas. 13 - Rola; Rli; oia; cal. 6 - Mote; Aral. 7 - Pa; imolara; ts. 8 - Aluram; raposa. 9 - Ru; VERTICAIS: 1 - Andoa; vfrus. 2 - Praga. 3 - Suta; orai. 4 - Eros; tara. 5 - Alisara. 13 - Semli; Sal; sital.
Gota; Ari; lona. 9 - Vara; aramat; cose. 10 - Art; rapaz; av. 11 - Laca; ansa. 12 - Uras; Pó. 5 - Apto; emana; alas. 6 - Raso; omo; arar. 7 - Ba; tal; noa; pé. 8 - HORIZONTAIS: 1 - Andor; part; tripa. 2 - Imaturo. 3 - Selo. 4 - Ur; SOLUÇÃO

AGENDA

Plenários e outras reuniões

Lisboa

Reunião de reformados bancários
- hoje, dia 29, às 14h30, no Centro de Trabalho Vitória

JCP Loures

Plenário de militantes da JCP de Loures
- hoje, dia 29, às 21h, no Centro de Trabalho de Sacavém



JCP ALGARVE



*Acampamento
eco-revolucionário
na mata
de Monte Gordo*

(Estrada VRSA-Monte Gordo)
30 e 31 de Julho e 1 de Agosto
CONVÍVIO - DEBATE - MÚSICA -
DESPORTO - CIRCUITOS AMBIENTAIS
(Informações: (089) 805734)

JCP PORTO

*3.º Acampamento de Verão
em Couce/Valongo*

promovido pela JCP VALONGO
30 e 31 de Julho e 1 de Agosto
FOGO DE CAMPO - CONVÍVIO - DESPORTO
- JOGOS POPULARES
DEBATE - CONCERTO: BANDAS
LP E BONSAI

(Informações: (01) 6095651 - 4220887 - 9715881 - 411395)



BRAGA

Esposende

Sexta-feira às 19h

Inauguração do Centro de Trabalho do PCP

Com a presença de Agostinho Lopes,
cabeça de lista da CDU/Braga nas eleições para a AR
Às 20h30: jantar no Restaurante "Bem Estar"

Sábado, 31, a partir das 15h
Visita do cabeça de lista da CDU às freguesias de Dume,
Real, Frossos, Panóias e Mire de Tibães,
Merelim, S. Pedro e S. Paio
sobre saneamento e poluição das águas do Rio Torto

EMIGRANTES

Encontro-convívio na Quinta da Atalaia

Domingo, 8 de Agosto

No quadro da preparação das eleições para a Assembleia da República, a Direcção da Organização na Emigração (DOE) do PCP promove no dia 8 de Agosto, com início às 10h, um debate sobre os emigrantes e as eleições legislativas. Esta iniciativa irá decorrer na Quinta da Atalaia (Festa do Avante!), na Amora/Seixal.

Às 13h, depois da reunião, haverá um almoço-convívio que proporcionará o (re)encontro entre muitos emigrantes de diversos países mas também entre aqueles que já regressaram definitivamente a Portugal.

As inscrições para o almoço estão abertas até dia 3 de Agosto. Para participar basta entrar em contacto com a DOE: Rua Soeiro Pereira Gomes, 3 - 1600-196 Lisboa, com o tel. (01) 793 6272; fax (01) 796 9126; e-mail pcp@mail.telepac.pt.



OEIRAS

JORNADA DE TRABALHO CONCELHIA NA FESTA
Domingo, 1

Transporte em camioneta com saída da Estação de Oeiras às 7h30,
e passagem em Paço d' Arcos (Mercado), Porto Salvo, Leceia (Largo), Tercena, Queijas (Igreja), Carnaxide, Linda-a-Velha, Algés (Estação - às 8h25). Regresso às 16h30

TURISMO E REVOLUÇÃO

2 semanas em Cuba
com partida a 15 de Agosto

Havana - Viñales - Santa Clara
(Mausoléu de Che Guevara)
Trinidad - Sancti Spiritu - Ancón,
Cienfuegos - Varadero

História de Cuba. Visitas de natureza cultural e social. As mais belas praias.

Só 260.000\$00

Associação de Amizade Portugal-Cuba

Rua Rodrigo da Fonseca, 107, r/c Esq - 1070-239 Lisboa - Tel. 385 73 05



TELEVISÃO

Quinta, 29

RTP 1

08.00 Infantil
09.15 Malha de Intrigas
10.00 Praça da Alegria
11.40 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Consultório
14.30 Volta a Portugal
16.20 O Amigo Público
18.00 País, País
18.35 País Regiões
18.50 Os Lobos
19.40 Volta a Portugal
20.00 Teletornada
21.00 As Lições do Tonecas
21.45 Docas 2
22.05 Outras Paragens
23.10 Ballet Rose
00.20 24 Horas
01.10 Volta a França em Bicicleta
01.25 Jack Reed: Morte e Vingança

RTP 2

14.30 Informação Gestual
15.45 Novas Aventuras de Davy Crocket
16.35 Gente Remota

Sexta, 30

RTP 1

08.00 Infantil
09.15 Malha de Intrigas
10.00 Praça da Alegria
11.40 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Consultório
14.30 Volta a Portugal
16.20 O Amigo Público
18.00 País, País
18.35 País Regiões
18.50 Os Lobos
19.40 Volta a Portugal
20.00 Teletornada
21.05 Uma Casa em Fancios
22.15 Que Paródia de Férias

RTP 2

14.30 Informação Gestual
15.45 O Caminho das Estrelas
16.35 Gente Remota
17.00 Desporto 2

Sábado, 31

RTP 1

08.00 Infantil/Juvenil
12.00 Fórmula 1 - GP da Alemanha (Treinos)
13.00 Jornal da Tarde
13.40 Estrada Viva
14.30 Volta a Portugal
16.15 Top +
17.40 Querida, Ampliei o Miúdo

RTP 2

09.00 Universidade Aberta
12.00 Aventuras Espaciais
13.30 Aventura Vivo
14.00 Kon-Tiki

Domingo, 1

RTP 1

08.00 Infantil / Juvenil
12.30 Jornal da Tarde
12.55 Fórmula 1 - GP da Alemanha
14.50 Volta a Portugal
16.00 Made in Portugal
17.30 Saber & Fazer
18.00 Heróis em Acção

RTP 2

09.00 Programa Religioso
10.30 Missa
11.50 Murphy Brown
12.15 Heróis em Acção
13.00 A Europa de Comboio
14.30 Jornal de África

Segunda, 2

RTP 1

08.00 Infantil
09.15 Malha de Intrigas
10.00 Praça da Alegria
11.40 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Estórias da História
14.30 Volta a Portugal
16.15 Nas Asas do Destino
17.20 Lições do Tonecas
18.00 País, País
18.35 País Regiões
18.50 Os Lobos
19.35 Volta a Portugal
20.00 Teletornada
21.00 Nós, os Ricos
21.35 Comboio Atómico
22.35 Homem Demolidor

RTP 2

15.00 Informação Gestual
15.45 Rumo ao Sul
16.35 Gente Remota

Terça, 3

RTP 1

08.00 Infantil
09.15 Malha de Intrigas
10.00 Praça da Alegria
11.40 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Estórias da História
14.30 Volta a Portugal
16.15 Nas Asas do Destino
17.25 As Lições do Tonecas
18.00 País, País
18.50 Futebol: Boavista-Sporting
21.00 Teletornada
21.45 Volta a Portugal
22.20 Os Principais
23.50 Comboio Atómico
00.45 Diário de Maria
01.45 24 Horas
02.35 Volta a Portugal
02.45 Uma Noite Inesquecível

RTP 2

15.00 Informação Gestual
15.45 Derrick
16.45 Gente Remota
17.40 Euronews
18.00 Informação Religiosa
18.30 Filhos da Selva
19.00 Um, Dó, Li, Tá

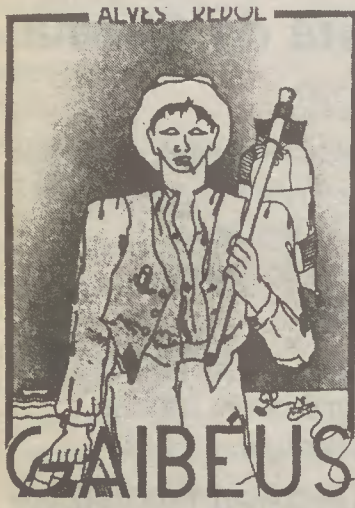
Quarta, 4

RTP 1

08.00 Infantil
09.15 Malha de Intrigas
10.00 Praça da Alegria
11.40 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Estórias da História
14.30 Volta a Portugal
16.15 Nas Asas do Destino
17.25 As Lições do Tonecas
18.00 País, País
18.55 Futebol: Boavista-Sporting
21.00 Teletornada
21.45 Volta a Portugal
22.20 Os Principais
23.50 Comboio Atómico
00.45 Diário de Maria
01.45 24 Horas
02.35 Volta a Portugal
02.45 Uma Noite Inesquecível

RTP 2

15.00 Informação Gestual
16.00 O Caminho das Estrelas
16.45 Gente Remota
17.35 Euronews
18.00 Informação Religiosa



ALVES REDOL ROMANCE DEZEMBRO 1939

Documento raro para ver segunda à noite é o "Retrato de Alves Redol". Na RTP2 à meia-noite e 30



Outro espectáculo de consagração - o dos 20 anos dos "Xutos e Pontapés" - na noite de sexta na RTP1

18.00 Programa Religioso
18.30 Um, Dó, Li, Tá
20.15 Meia de Música
20.35 Riscos
22.00 Jornal 2
22.35 Acontece

14.30 Gado Bravo
15.30 Uma Explosão ao Vivo
16.30 Desporto 2
18.40 Ladrão que Rouba Ladrão
19.30 Bom Bordo
20.05 Artes e Letras - «George Lucas»

15.00 Rotações
15.30 Uma Explosão ao Vivo
16.30 Desporto 2
18.40 Ladrão que Rouba Ladrão
19.30 Bom Bordo
20.05 Artes e Letras - «George Lucas»



"Qualidade britânica" em duas séries anunciadas: "Crimes de Midsomer", policial, à sexta na RTP2, e "A Feira das Valdades", segundo William Thackeray, um escritor apreciado pelo dramatismo e realismo dos seus retratos da sociedade britânica oitocentista, na SIC

Herman José não vai em férias: no intervalo de "Herman 99, repõe "Herman Enciclopédia"...



20.05 Meia de Música
20.35 Riscos
21.05 Ellen
21.30 Remate
22.00 Jornal 2
22.35 Quando um Homem Ama uma Mulher

18.30 Filhos da Selva
19.10 Um, Dó, Li, Tá
20.05 Meia de Música
20.35 Riscos
21.05 Ellen
21.30 Remate
22.00 Jornal 2
22.35 Sinais do Tempo ou Zoom
23.50 Yo-Yo-Ma
00.50 Assalto ao Monte Vermelho
01.35 Made for Mars
02.25 Meia de Música

17.30 Euronews
18.00 A Fé dos Homens
18.30 Um, Dó, Li, Tá
20.00 Meia de Música
20.35 Riscos
21.15 Ellen
22.00 Jornal 2
22.35 Acontece
22.50 Difamação

22.50 Carlos Cruz Entrevista
23.50 Crimes de Midsomer
01.25 Máscaras da Música
01.55 O Corpo Humano
02.45 Meia de Música

SIC

08.00 Buéréré
12.00 Zázá
13.00 Primeiro Jornal
14.00 Chiquinha Gonzaga
15.00 Você Decide
15.40 Buéréré
17.55 No Sofá Vermelho
18.00 A Força de um Desejo
19.00 Andando nas Nuvens
20.00 Jornal da Noite
21.00 Ponto de Encontro
22.40 Suave Veneno
24.00 A Fúria do Herói

SIC

08.00 Buéréré
11.55 O Nosso Mundo
13.00 Primeiro Jornal
14.00 Querido Deus
16.00 Big Show Sic
20.00 Jornal da Noite
21.00 Mundo VIP
22.20 Pequenos e Terríveis
23.20 Afrodisia
23.50 Vingança Tardia

SIC

08.00 Buéréré
12.00 BBC - Vida Selvagem
13.00 Primeiro Jornal
14.00 Zeus e Roxanne
16.00 Vip
17.00 Rex, O Cão Polícia
18.00 Annie: Uma Aventura Real
20.00 Jornal da Noite
21.00 Um Sarilho Chamado Marina
21.40 O Fura-Vidas
22.10 Cantigas da Rua
23.30 Perseguição Alucinante

17.30 Madeira
18.00 Informação Religiosa
18.30 Filhos da Selva
19.15 Um, Dó, Li, Tá
20.05 Meia de Música
20.35 Riscos
21.05 Ellen
22.00 Jornal 2
22.35 A Coroa e o País
23.05 Claxon
23.35 Novos Heróis
00.35 Retratos: «Alves Redol»
01.35 Meia de Música

SIC

08.00 Buéréré
12.00 Zázá
13.00 Primeiro Jornal
14.00 Chiquinha Gonzaga
15.00 Você Decide
15.40 Buéréré
17.55 No Sofá Vermelho
18.00 A Força de um Desejo
19.00 Andando nas Nuvens
20.00 Jornal da Noite
21.00 Malucos do Riso
21.30 Cantigas de Mal Dizer
22.20 Suave Veneno
24.00 Um Vagabundo na Alta Roda

TVI

09.00 Animação
12.00 Pérola Negra
13.30 TVI Jornal
14.00 Sangue do Meu Sangue
15.00 Samantha
16.00 Animação
19.00 Soldados da Justiça
20.00 Asas nos Pés
21.00 Directo XXI
21.40 Os Reis da Música Nacional
23.40 O Regresso de Alex Kelly

TVI

09.00 Animação
12.20 Top Rock
13.30 Contra-Ataque
14.20 Uma Mulher de Corpo Inteiro
16.35 O Super Pai
19.00 Colégio Brasil
21.00 Directo XXI
21.40 O Segredo das Estrelas
22.40 O Silêncio do Adultério
02.40 Histórias Fantásticas

TVI

09.00 Animação
11.00 Programa Religioso
11.10 Missa
13.05 Os Últimos Paraísos na Terra
14.00 Acção em Acapulco
15.00 Os Dólares e o Amor
17.00 Balbúrdia no Paraíso
21.00 Directo XXI
21.40 Causa Justa
22.40 Morte ao Amanhecer

SIC

08.00 Buéréré
12.00 Zázá
13.00 Primeiro Jornal
14.00 Chiquinha Gonzaga
15.00 Você Decide
15.40 Buéréré
17.55 No Sofá Vermelho
18.00 A Força de um Desejo
19.00 Andando nas Nuvens
20.00 Jornal da Noite
21.00 Suave Veneno
22.30 Roda de Milhões
00.40 Toda a Verdade
01.40 Último Jornal
02.15 A Noite do Caçador

TVI

09.00 Animação
12.00 Pérola Negra
13.30 TVI Jornal
14.00 Sangue do Meu Sangue
15.00 Samantha
16.00 Animação
19.00 Soldados da Justiça
20.00 Asas nos Pés
21.00 Directo XXI
21.40 Em Legítima Defesa
22.30 A Sombra do Mal
23.45 O Regresso de Alex

SIC

08.00 Buéréré
12.00 Zázá
13.00 Primeiro Jornal
14.00 Chiquinha Gonzaga
15.00 Você Decide
15.40 Buéréré
17.55 No Sofá Vermelho
18.00 A Força de um Desejo
19.00 Andando nas Nuvens
20.00 Jornal da Noite
21.00 Jornalistas
22.20 Suave Veneno
24.00 Desencontros

SIC

08.00 Buéréré
12.00 Zázá
13.00 Primeiro Jornal
14.00 Chiquinha Gonzaga
15.00 Você Decide
15.40 Buéréré
17.55 No Sofá Vermelho
18.00 A Força de um Desejo
19.00 Andando nas Nuvens
20.00 Jornal da Noite
21.00 Jornalistas
22.20 Suave Veneno
24.00 Desencontros

TVI

09.00 Animação
12.00 Pérola Negra
13.30 TVI Jornal
14.00 Sangue do Meu Sangue
15.00 Samantha
16.00 Animação
18.50 Soldados da Justiça
19.50 Asas nos Pés
21.00 Directo XXI
21.40 Marés Vivas
22.35 Especial - Mais um "fenómeno" do Brasil...
24.00 Sim, Sr. Reitor

TVI

09.00 Animação
12.00 Pérola Negra
13.30 TVI Jornal
14.00 Sangue do Meu Sangue
15.00 Samantha
16.00 Animação
18.50 Soldados da Justiça
19.50 Asas nos Pés
21.00 Directo XXI
21.35 Quero Justiça!
22.35 O Sócio Perfeito

Nota: A Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição.

TELEVISÃO

Por isto e por aquilo...

Difamação

(Quinta, 22.50, RTP2)

Alicia Huberman, filha de um espião alemão condenado a 20 anos de prisão após a II Guerra Mundial, aceita colaborar com Devlin, um agente dos serviços secretos americanos, acabando por nascer uma paixão entre ambos. Trata-se de descobrirem, no Rio de Janeiro, actividades suspeitas de alemães ali refugiados. A missão da primeira é infiltrar-se nessa rede de nazis, dirigida por um tal Sebastian que, por sua vez, força o casamento com ela. E é precisamente durante uma festa no regresso da viagem de núpcias que Alicia, juntamente com Devlin, descobre nas caves da mansão urânio escondido em garrafas de vinho. Sabendo-se descoberto, Sebastian começa a envenenar a mulher lentamente, com a ajuda da sua mãe, até que tudo é descoberto e desmantelado. Assim se desenrola um dos melhores filmes da cinematografia de Hitchcock, onde para além da especial atmosfera de espionagem, existem os vários ângulos da história: o da jovem mulher que se sacrifica para expiar os crimes do pai e o do seu apaixonado que, para o bem do seu país, conjuntamente vê a mulher da sua paixão partir. Com Cary Grant e Ingrid Bergman, um par de excepção.



Um fotograma de «O Bom, o Mau e o Vilão», de Sergio Leone



Robert Mitchum, em «A Noite do Caçador», de Charles Laughton

Para Além das Nuvens

(Sábado, 01.05, RTP2)

A ocorrência que está na base deste filme fala por si: o grande mestre do Cinema Michelangelo Antonioni, gravemente atingido pela doença (um acidente vascular que o impedia de se exprimir de forma compreensível) desejava concretizar para o grande ecrã um grande sonho que há muito alimentava: a adaptação de uma colectânea de contos da sua autoria intitulada *Quel Bowling sul Tevere*. É então que o realizador alemão Wim Wenders, que grandemente o admirava, se ofereceu para lhe dar apoio nesta empresa, realizando o prólogo e o epílogo do filme e funcionando como seu braço direito na concretização do restante filme. São quatro contos, a descobrir, embora em hora tardia, na televisão pública portuguesa.

Crime em Hong-Kong

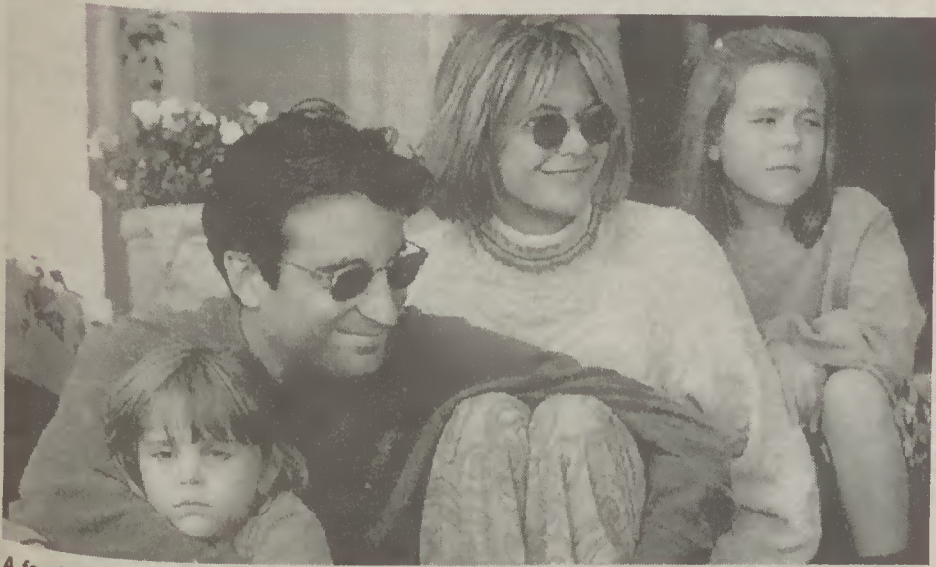
(Sábado, 02.50, RTP1)

Este é o primeiro filme verdadeiramente digno de nota de um cineasta de Hong-Kong, John Wo, que até aí fora fazendo a tarimba em muitos filmes de artes marciais. Conservando muita da violência que costuma rodear muitos daqueles filmes, segundo uma clara inspiração em Peckinpah ou em Melville (realizadores que confessadamente muito admira), este *Crime em Hong-Kong*, apesar de tudo, traz à superfície com alguma eficácia temas-chave da obra do cineasta, como a amizade, a família, as contraditórias e complexas relações entre as pessoas. A descobrir, para espectadores com estômago forte.

O Bom, o Mau e o Vilão

(Domingo, 23.45, RTP2)

Terceiro episódio da trilogia «Por um Punhado de Dólares», célebre série de *western-spaghetti* realizados pelo cineasta italiano Sergio Leone, este filme constitui, mais uma vez, um repositório de todos os



A família, ainda feliz, de «Quando um Homem Ama uma Mulher», de Louis Mandoki

lugares-comuns, tiques, caracterização dramática das personagens ou ambiente paisagístico e temático do clássico *western* norte-americano, mas encarado de um ponto de vista do cinéfilo, que passa a sua cinefilia à película. Não é bem para levar a sério, como é óbvio, mas o produto final tem a sua piada, sobretudo pelo gozo que devem ter tido Eastwood, Wallach e Van Cleef a compor os papéis principais.

Irmãos Inseparáveis

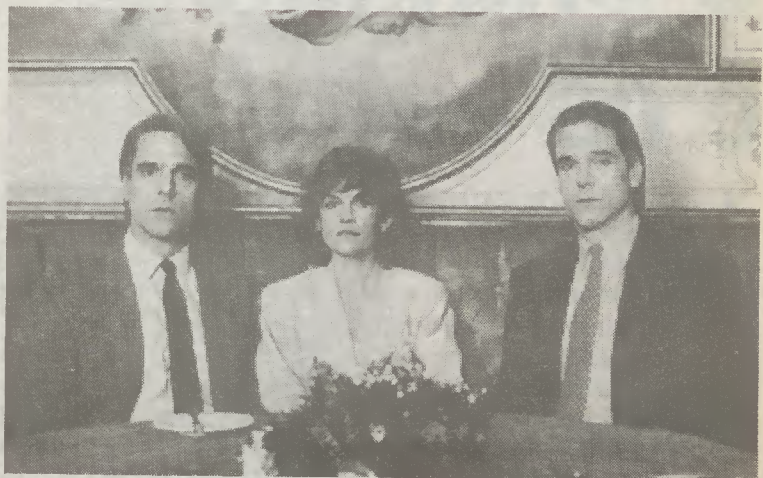
(Domingo, 02.45, RTP1)

Dois reputados ginecologistas, irmãos gémeos, partilham a mesma clínica, o mesmo apartamento, as mesmas mulheres. Eles são radicalmente diferentes - um deles leva uma vida despreocupada e mundana, o outro interessa-se doentamente pela investigação, até que se apaixona por um dos seus «casos clínicos», uma actriz, e acaba por sucumbir à droga. Não podendo viver um sem o outro, os dois irmãos vão entretanto encontrar-se unidos na própria morte. À boa maneira do cineasta de culto que é o canadiano David Cronenberg, sempre «fascinante» do ponto de vista dramático e visual mas ao mesmo tempo extremamente chocante, este filme (embora polémico) é uma das suas obras mais suportáveis, porque apesar de tudo menos doentia e repulsiva, contando com um Jeremy Irons insuperável na interpretação de ambos os papéis.

A Noite do Caçador

(Segunda, 02.15, SIC)

Nos anos 30, no Ohio, Harry Powell, um pregador itinerante - que tem tatuada na mão direita a palavra *amor* e na mão esquerda *ódio*, para melhor explicar a luta do bem contra o mal - é, na realidade, um perigoso assassino e, sabedor da existência de um legado deixado numa propriedade por um condenado à morte já executado, vem em busca dele. Depois de ter seduzido a viúva daquele, o falso pregador mata-a, bem como



As três personagens centrais de «Irmãos Inseparáveis», de David Cronenberg

tenta perseguir os dois filhos desta, que acabam por escapar, refugiando-se junto de uma velha senhora, até que Powell é preso. Realizado por Charles Laughton, este filme tremendo e estranho é, para muitos, único e confunde-se (do ponto de vista cinematográfico) com a grande tradição gótica anglo-saxónica. Excelente interpretação de Robert Mitchum e fotografia de asfianxante beleza, de Stanley Cortez

Quando um Homem Ama uma Mulher

(Terça, 22.35, RTP2)

Nada faria supor que o harmonioso quotidiano de dois jovens esposos, pais de duas belas criancinhas, viesse a perturbar-se a ponto de se tornar insuportável uma vida em comum. Mas o facto é que Alice, sem que Michael, seu marido, se tivesse apercebido, passou a sofrer de uma progressiva e grave viciação alcoólica. Descoberta a situação, nem mesmo o internamento consegue melhorar as coisas e a vida do casal entra em rápida deterioração. Embora com alguns altos e baixos, um *melodrama* de razoável credibilidade e consistên-

cia, com destaque para as interpretações de Meg Ryan e Andy Garcia.

Uma Noite Inesquecível

(Quarta, 02.45, RTP1)

«Numa noite escaldante do Verão de 1954 uma loira actriz de Hollywood encontra-se num quarto de hotel com um celeberrimo cientista. Ela terminou mais um dia da rodagem de um filme, no qual é actriz principal, e passa a noite a conversar com o cientista (que foi convocado por uma comissão de inquérito do Senado) sobre a vida e os desígnios da ciência. Entretanto surge o marido dela, um campeão de baseball, a quem a situação desagrada particularmente, e por fim o senador que preside à comissão junta-se também ao grupo.» Assim descreve a RTP o essencial do argumento deste filme do cineasta britânico Nicolas Roeg, que é uma satírica reflexão sobre a América, abordando os acontecimentos de uma noite em que se cruzam as personagens de Marilyn, Einstein, DiMaggio e McCarthy. Com Theresa Russell, Gary Bussey, Tony Curtis e Michael Emil. Boas referências, a confirmar.

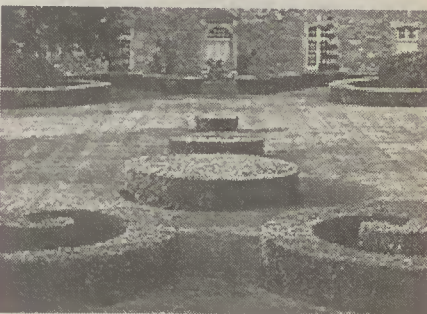
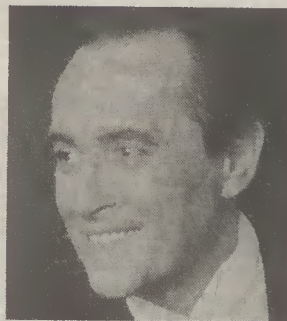
CABO & SATÉLITE

Soirée Jose Carreras

Os apreciadores do grande tenor espanhol podem hoje sintonizar o canal Muzzik, uma vez que será transmitida uma noite especial com o tenor Jose Carreras. Desta *soirée* para melómanos, fará parte um documentário da série «As Estrelas Espanholas da Ópera», das 19 às 20, e um recital no Castelo de Peralada, durante o Festival de Música de Peralada, das 20 às 21.25. (Muzzik, Quinta-feira, das 19 às 21.25)

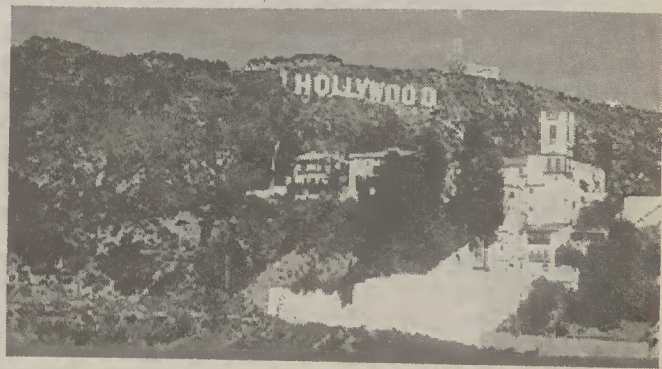
Uma noite temática diferente

Na noite temática que vai ocupar parte substancial da emissão de hoje do Arte, este canal vai dedicar a sua atenção aos jardins. A emissão começará com um documentário intitulado «Trois Jardiniers» e que coloca em comparação jardineiros de três nacionalidades diferentes; depois, uma viagem comentada a cinco grandes jardins, noutro documentário, «Sur la terre como au ciel»; em terceiro lugar um documentário «L' Ile»; e, finalmente, um filme de fundo checo intitulado «Le Jardin», de Martin Sulik (1994). (Arte, Quinta, das 19.45 às 00.25)



A Meca do Cinema

É assim que se chama, com maior ou menor propriedade, Hollywood, sem dúvida um dos centros de



produção mais importantes da 7ª. Arte. Mas talvez muitos não saibam que, afinal, na base da criação e do crescente gigantismo deste verdadeiro conglomerado de estúdios e companhias de produção cinematográfica, estão personalidades europeias, sobretudo emigrantes judeus vindos do Leste Europeu, como entre outros Adolph Zukor, Carl

Laemmle, os irmãos Warner ou Louis B. Mayer. Este documentário da Odisseia, intitulado «Os Judeus, o Cinema e o Sonho Americano», deixa-nos ver os bastidores da História de Hollywood, naturalmente com apoio de precioso material de arquivo. (Odisseia, Sexta-feira, das 16.30 às 18.00)

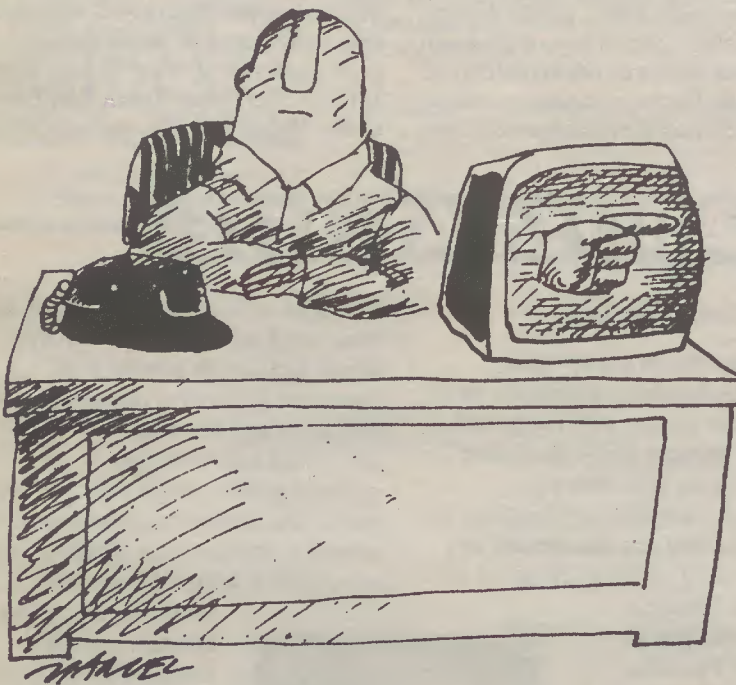
O «Ratinho» e os outros

A dupla transmissão de «O Ratinho – O Brasil a seus pés», pseudo-reportagem com que a TVI garantiu dois serões de boa audiência e talvez tenha querido sondar o país para ver onde pode ir no caminho da teleputrefacção, suscitou numerosas intervenções de repúdio na imprensa e fora dela. Aliás, mesmo no interior da segunda das emissões a TVI, numa de grandessíssima abertura e pluralismo, introduziu as libérrimas opiniões de três jornalistas que trabalham para a casa e de um crítico de televisão. De todos, o que tocou o fundamental foi Miguel Sousa Tavares ao lembrar que o importante não é que aquele programa aconteça num país subdesenvolvido (também cívica e culturalmente, é claro), mas sim que a televisão possa ser uma importante contribuição para que um país seja subdesenvolvido. É sabido que Miguel Sousa Tavares tem destes e de outros momentos notáveis (cf. o que escreveu acerca da recente agressão à Jugoslávia a pretexto do Kosovo), e se não fora o vírus de anticomunismo primaríssimo que lhe provoca ataques de tipo demencial teríamos nele, provavelmente, um cidadão precioso.

TVISTO

■ Correia da Fonseca

rasteiro e a preocupação pela escalada de inescrúpulos que há muito pareceu tomar conta da competição concorrencial no reino da TV. Os que, embora só implicitamente, repetem a frase que há muitos anos e num outro contexto serviu de título a um livro de Maria Archer, «há-de haver uma lei», e isto no sentido de que o terrível poder da televisão há-de ser balizado por regras que tolham o passo à intoxicação mental e cultural (lato senso, entenda-se, para que não haja sustos) de populações inteiras. Porém, mal se aflora esta questão logo saltam Rangéis aos gritos de «censura!», e o caso é que esta estratégia intimidatória e verdadeiramente terrorista inibe uma abordagem socialmente útil da questão, quer dizer, funciona de facto como uma prática censória. Contudo, sabe-se que há regras para tudo ou, dizendo-o com mais rigor, para todas as actividades que implicam consequências e responsabilidades significativas: há regras, e vão sendo mais ou menos cumpridas ainda que com folgas por vezes excessivas e indesejáveis. Assim, há regras e condicionamentos nas áreas da Saúde e da Educação, da



Porém, aconteceu que, após a nuvem de reprovações que as emissões da TVI levantaram, por mais de uma vez ouvi dizer que, afinal, o sem dúvida repugnante Ratinho, sendo embora um óbvio caso de sargeta, não se tinha revelado tão pestífero quanto inicialmente se supunha. Tenho como certo que estas vozes, mais numerosas do que eu esperava, apelam para alguma reflexão. Em primeiro lugar, integram decerto o «feedback» que a TVI também quis suscitar e, na medida em que apenas exprimem um sentimento de indignação limitada, podem ser entendidas como permissão para que qualquer operadora portuguesa de TV, por exemplo a própria TVI, avance nos caminhos tomados pelo Ratinho sem que generalizadas explosões de protesto lhe inviabilizem a audácia. Cumulativamente, parecem ser sinal de que boa parte do público português encara com grande compreensão e tolerância a distribuição domiciliária de telixos e a utilização da TV para a exploração dos piores pendores dos espectadores que ao longo do tempo foram cuidadosamente amestrados para o consumo guloso de imundices bem salgadas e bem picantes, que são os produtos que se vendem melhor.

Os moinhos de vento e os moinhos de lixo

Também há, é certo, os que não conseguem conter a repugnância por comércio tão

construção imobiliária e da defesa ambiental, da indústria de medicamentos e do comércio bancário. Não se pode conduzir pela esquerda mesmo que se tenha carta de condução, nem estoirar os miolos do vizinho embriante mesmo que se tenha licença de porte de arma. E ninguém questiona nada disto, ninguém vem para a rua gritar que, em qualquer destes casos, o acatamento de regras e leis configura insuportáveis mutilações da liberdade, isto é, situações de intolerável «censura». Até porque, sabe quem a sofreu na área da comunicação social, censura é o contrário do acatamento de regras: é a imposição de arbítrios que tomam o lugar de regras estrategicamente inexistentes.

É por isto que não têm razão os Rangéis que vêm esbracejar contra moinhos de vento e em defesa dos seus moinhos de lixo. Quanto ao resto, basta lembrar a dimensão dos riscos que espreitam o tempo actual, a imperiosa necessidade de lucidez das gentes por eles ameaçadas, a prodigiosa capacidade potencial da TV como instrumento de defesa colectiva e o uso que dela se está a fazer, para que se entenda a gigantesca gravidade do crime cometido não tanto pelos Ratinhos do Brasil e alhures como pelos que deles se servem não apenas para levar milhões às suas contas bancárias mas também as águas fétidas mas eficazmente narcóticas aos seus moinhos. Sendo que destes moinhos não sai farinha, mas a tranquilidade de um poder tranqüilo sobre milhões de telespectadores ludibriados e adormecidos.



Os 10 pecados do PS no distrito de Bragança

Desde há 4 anos que o Partido Socialista é poder, tendo martelado e bombardeado as populações com uma campanha propagandística sem precedentes (nem Cacavo Silva/PSD soube fazer tão bem), procurando iludir a opinião pública.

Bragança, mais uma vez, é a principal vítima. Não é aceitável nem admissível que, depois de tantas juras e promessas, o Governo PS tivesse deitado ao esquecimento o Nordeste Transmontano, com a total e empenhada conivência dos responsáveis locais deste partido. Os socialistas ficam ligados a um dos períodos mais negros, que já vem dos anos do Soarismo/Cavaquismo.

Foi, efectivamente, no Bloco Central de triste memória (governo de Coligação entre o PS e o PSD) que foi destruída a Linha do Tua, pela mão de um ministro do PS, Rosado Correia.

Depois das promessas feitas em 1995, esperar-se-ia um sério apoio ao investimento público e privado na região. O que se verificou foi exactamente o contrário. Têm continuado infelizmente as mesmas políticas, de forte investimento no litoral e desprezo e «esquecimento» do interior.

Chegados a 1999, a situação é preocupante. No importantíssimo domínio das acessibilidades e outras vias de comunicação quase nada avançou. O mesmo se pode dizer em relação a sectores considerados fundamentais como a agricultura e valorização dos produtos de qualidade, a indústria, o comércio, os serviços, o turismo, etc.

Assim e num breve relance sobre as promessas socialistas pode dizer-se que o PS cometeu, pelo menos, 10 pecados em relação ao distrito de Bragança.

1.º Pecado – O Primeiro-Ministro, António de Guterres, na sua 1.ª «governança aberta», veio a Bragança prometer 100 milhões de contos para 4 anos. Está a terminar o mandato e ninguém consegue ver o resultado da aplicação de tão elevada verba.

2.º Pecado – O ministro da Agricultura garantiu «a pés juntos» que o Regadio e o Plano Integrado do Vale da Vilariça seriam uma realidade. Afinal tudo não passou de «uma realidade virtual».

3.º Pecado – A rede de gás natural não foi extensiva ao nosso distrito. Como se sabe, trata-se de energia mais barata e não poluente.

4.º Pecado – A construção de uma nova linha de caminho-de-ferro com ligação à Espanha nem sequer está em projecto.

5.º Pecado – A construção da IP2 e da IC30 não viram um quilómetro sequer construído e a IP4 não foi concluída, para além de continuar sem serviços de apoio, numa extensão de cerca de 150 km (Amarante/Bragança).

6.º Pecado – O alargamento da pista do aeródromo de Bragança para 1500 metros não foi concretizada.

CRÓNICA DO NORDESTE

■ José Brinquete

7.º Pecado – A Universidade de Bragança não foi criada.

8.º Pecado – A Delegação da Polícia Judiciária de Bragança não abriu.

9.º Pecado – Os perigos de instalação de um cemitério nuclear em Aldeiadávila não foram afastados, antes pelo contrário, e o convénio luso-espanhol sobre os recursos hídricos comuns, não defende os interesses portugueses, podendo afectar gravemente a nossa região.

10.º Pecado – As áreas protegidas continuam sem um plano de ordenamento, o mesmo é dizer – continuam ao «Deus dará». Assim como a tão prometida remoção dos resíduos tóxicos, existentes nas Minas de Argoselo, e o buracos e chaminés das Minas de Montesinho, que já fizeram uma vítima mortal, continuam sem solução à vista.

Entretanto, como se aproxima o período de campanha eleitoral, é certo e sabido que os ministros, secretários de Estado, directores gerais e parciais, todos os comissários políticos do Governo rosa, que enxameiam as repartições oficiais, descerão ao povoado, à aldeia, à vila e à cidade apregoando e prometendo o paraíso, agora, para o próximo mandato.

Pela parte que nos toca, tudo faremos para estar prevenidos e imunizados contra os vendedores da «banha da cobra», dado recusarmos vivermos numa «república das bananas».



ESCAPARATE

Festivais de Óbidos e dos Capuchos

Esta semana, são os amantes da Grande Música os contemplados com os destaques deste «Escaparate», uma vez que vos vamos falar de duas realizações a ter em conta.

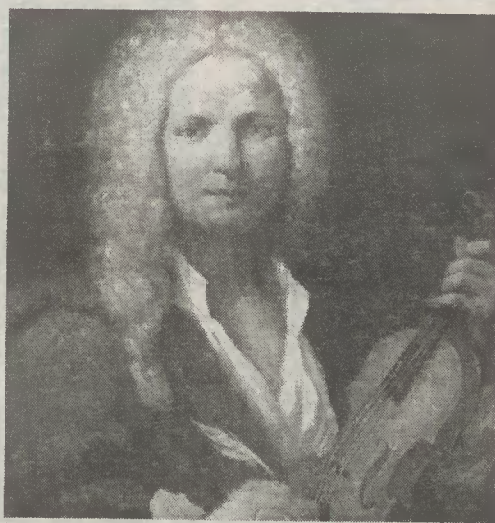
Por exemplo, em Óbidos, começa neste sábado 31 e prolongar-se-á até 9 de Agosto a «IV Semana Internacional de Piano de Óbidos», cuja programação apresentará nove recitais, dos quais esta semana se realizarão os seguintes: Mikhail Pethukov interpretará obras de Chopin, Schumann, Pethukov e Rossini-Liszt; no domingo 1 de Agosto, será a vez de Manuela Gouveia apresentar um recital com obras de Seixas, Beethoven, Chopin e L. F. Pires; na segunda-feira, 2, o duo Pierre Réach e Carmen Martínez dará um recital a quatro mãos com obras de Schubert, Brahms, Rachmaninoff e Gershwin; já na terça-feira 3 haverá um recital a solo por Lazlo Simon que tocará Beethoven, Schubert e Musorgsky; finalmente, na quarta-feira 4, Pierre Réach interpretará peças de Brahms, Debussy e Méssiaen. Todos os recitais se realizarão às 21 horas no Auditório Municipal «Casa da Música».

Prosegue, entretanto, um dos outros habituais festivais de primeiro plano das temporadas de Verão, ou seja, o 19.º Festival de Música dos Capuchos, este ano sob o lema «Uma Voz, Tantas Vozes».

Nestes sete dias a que corresponde a presente edição do «Avante!», o destaque vai para o dia 31 e para a actuação de um quinteto de cordas, os «L' Archibudelli», e da soprano Roberta Invernizzi que, na Igreja de São Simão (em Azeitão), apresentarão o Trio de Cordas op. 9 n.º 3 de Beethoven e o Stabat Mater op. 61 de Boccherini numa versão para soprano e cordas. Entretanto, na quinta-feira 4 de Agosto, agora transportados para Lisboa e para o Grande Auditório do CCB (às 21.30), o



O duo Pierre Réach e Carmen Martínez



Antonio Vivaldi (1678-1741)

grupo Sonatori de la Gioiosa Marca (três violinos, viola, violoncelo, contrabaixo, arqualaúde e cravo) interpretará uma versão que se adivinha bem heterodoxa da célebre obra «As Quatro Estações» de Antonio Vivaldi.



Pintura de Soares Rocha

Acervo Municipal na Amora

Realiza-se a partir do próximo dia 3 de Agosto e continuará patente ao público até 8 de Setembro na Galeria de Exposições da Amora a exposição do Acervo Municipal de Arte - Colectiva de Artes Plásticas.

Segundo a apresentação desta exposição, «aquí estão representados praticamente todos os artistas que apresentaram os seus trabalhos neste espaço de exposição. A maior parte destas obras de arte (pintura, aquarela, cerâmica) foram oferecidas à autarquia com o objectivo de fazerem parte do acervo municipal de arte da Câmara Municipal do Seixal.»

Pintura italiana e fotografia em Montemor-o-Novo

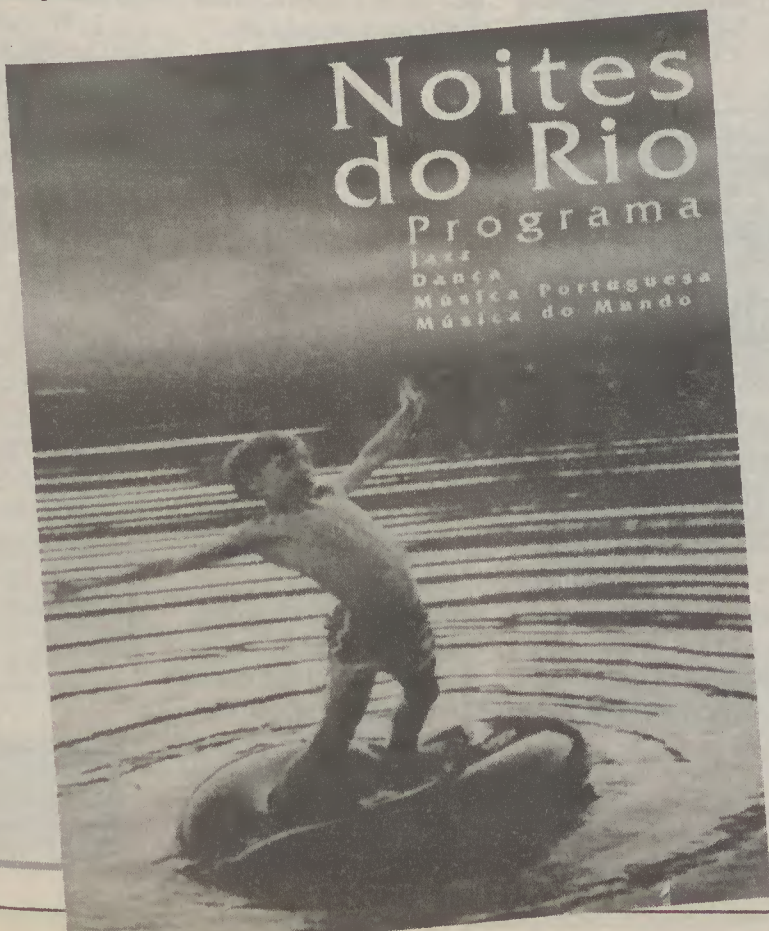
A Galeria Municipal de Montemor-o-Novo está a apresentar desde o passado dia 24 de Julho uma exposição de pintura intitulada «Oltre I Notturni», de Alberto Zamboni. Por outro lado, também em Montemor-o-Novo e numa iniciativa da Câmara local mas no Convento de Nossa Senhora da Saudação (Castelo), estão neste momento patentes ao público as exposições de «Brinquedos Tradicionais», uma exposição de fotografia de Sebastião Salgado e de José Manuel Rodrigues (em colaboração com a Associação Cultural de Arte e Comunicação «Oficinas do Convento») e intervenções de vinte artistas convidados a aí exporem Pintura e Escultura.

VARIAS MÚSICAS

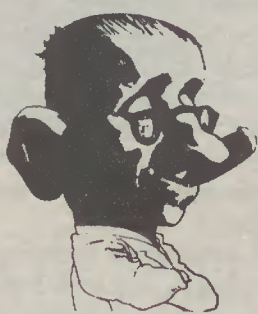
Anfiteatro da Doca (Parque das Nações)

Chama-se «Noites do Rio» uma série de concertos e espectáculos musicais de todos os géneros que estão a realizar-se durante os meses de Verão no bellissimo (mas fresquinho!...) palco do Anfiteatro da Doca no Parque das Nações. Para os próximos dias, escolhemos por exemplo «Fado do Improviso» no próximo sábado, com Maria João, Mário Laginha e Carlos Zel. Uma bela mistura em perspectiva. É às 22 horas.

Entretanto, para a próxima quinta-feira 5, no mesmo local e hora, está previsto a chamada «Omelete Man World Tour 1999» um espectáculo itinerante pela célebre banda de Carlinhos Brown (Brasil). A não perder!



TEATRO



Últimas de Brecht (salvo seja!) na Malaposta

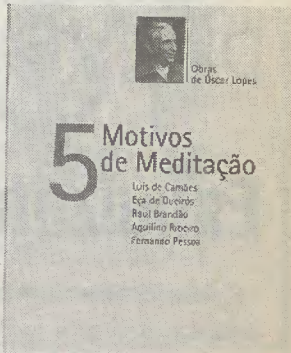
Até 1 de Agosto ainda pode ver, no Centro Cultural Malaposta (Olival Basto), a peça «A Boda dos Pequenos Burgueses», de Bertolt Brecht, numa encenação de José Peixoto. Do elenco constam: Luís Alberto, Elisa Lisboa, Anabela Teixeira, Sofia de Portugal, Jorge Silva, Jorge Estreia, Alexandra Reis, Mário Jacques e Rui Rebelo. O cenário é de José Manuel Castanheira, os figurinos de Juan Soutullo, a música de Rui Rebelo, a coreografia de Kot Kotecki, o desenho de luz de António Plácido e os vídeos de Pedro Sena Nunes. Uma encenação que se diz polémica, a não perder!

PASSEIOS

Passeios de Verão para a Terceira Idade

Como é costume todos os anos, a Câmara Municipal de Mora organiza por alturas do Verão os seus habituais passeios destinados aos reformados do concelho. Considerando a importância dos passeios e face às reduzidas possibilidades financeiras dos reformados, a autarquia vem colocando desde o passado mês de Junho à sua disposição um autocarro, proporcionando deste modo momentos de convívio e de lazer. É o seguinte o calendário dos passeios para as próximas semanas: Brotas, em 19 de Agosto; Pavia, em 18 e 24 de Agosto; Cabeção, em 16 e 17 de Agosto e 1 de Setembro; e Mora, em 15, 26 e 31 de Agosto. É assim tempo de ir fazendo, com antecedência, as suas inscrições para estes passeios.

LIVROS



5 Motivos de Meditação

Obras de Óscar Lopes, assim se chama a colecção lançada agora pela Campo das Letras. Este primeiro livro, 5 Motivos de Meditação, apresenta trabalhos do autor sobre cinco importantes escritores portugueses - Luís de Camões, Eça de Queirós, Raul Brandão, Aquilino Ribeiro e Fernando Pessoa. Óscar Lopes, a quem se fica a dever a autoria - de parceria com António José Saraiva - desse trabalho ímpar e altamente valioso que foi a História da Literatura Portuguesa, assina estes estudos e convida o leitor de hoje e de amanhã a ler e a reler, com novos olhos, a obra destes autores. Com novos olhos porque até Óscar Lopes confessa que mudou muito «quanto à percepção das coisas e aos ângulos de visão», ao recordar os seus muitos anos de vida e de trabalho. Com efeito, o autor do livro adianta que «esta edição de obras completas tem o propósito de representar uns setenta anos de história, onde se gravaram algumas das transformações de opinião e do gosto mais consideráveis de sete séculos de história das letras portuguesas». Cada estudo é a proposta de uma nova abordagem da leitura. À luz do que foi mudando...



Versos com Reversos

Para crianças. E também «para os mais crescidos». É assim que este livro de versos (com reversos), se apresenta na colecção Livros do Dia e da Noite, da Caminho. João Pedro Mesender, o poeta, que ao mesmo tempo «exerce o ofício de ensinar» com o qual muito terá aprendido do valor das palavras e dos ritmos na relação de descoberta que o ensino encerra, apresenta-nos aqui, como se fossem duas faces da mesma moeda, as duas partes de um livro. Na primeira, «dirigida aos mais novos, as palavras entretêm-se, por vezes, nos seus jogos de sons e de significados». Na segunda, «disfarçadas de meninas sérias, convidam os leitores mais crescidos a partir com elas a descobrir mundos». A ajudar a viagem que Versos e Reversos propõe, as ilustrações de Danuta Wojciechowska.

A TALHE DE FOICE Esquizofrenias

«Fizeram de mim um preservativo, usaram-me e deitaram-me fora!», bradou esta semana Tino Covilhão nas páginas do *Tal & Qual*. A acusação, sem dúvida penetrante e incisiva, farpeou-a o presidente da Junta de Freguesia de Rans no vasto lombo do PS. Vitorino Silva - que esquizofrenicamente se autoproclamou «Tino Covilhão» como «nome de guerra» para uso numa «carreira política» - é o jovem calceteiro da freguesia de Rans, no concelho de Penafiel, que nas últimas eleições autárquicas arrebatou para o PS a presidência da Junta. No congresso do PS realizado há cinco meses no Coliseu dos Recreios de Lisboa, subiu à tribuna acometido por uma energia demencial e apetrechado com um verbo diluviano para proclamar o seu fervor ao líder e ao partido. Almeida Santos, que dirigia os trabalhos, achou por bem dar-lhe corda e dilatar-lhe o tempo de intervenção que estava a indeferir ou a limitar a todos os outros congressistas, nomes sonantes incluídos. A deferência do presidente da mesa resultava de um calculismo óbvio: explorar a paixão simplória do orador pelas cores do PS, na presunção de um espectáculo pitoresco de «militância popular» a oferecer aos congressistas e ao país. O facto de Tino Covilhão não ter nada para dizer além de um aluvião de encómios delirantes ao líder, ao partido e «às bases» - de que ele se imaginava o Enviado -, não travou a tentação de Almeida Santos em se aproveitar do desvario. Quanto ao facto de Tino não ter nada que se visse para dizer, afinal de contas, quem o tinha, naquele congresso?!...

O resultado é conhecido: após uma longa e deprimente galhofa de toda a assembleia a aplaudir os desatinos do Tino, este desembestou para a mesa da presidência a abraçar convulsivamente António Guterres e quem lhe aparecesse à frente. Seguiu-se uma fulgurante ascensão à ribalta, com Tino a ser recebido na sede nacional do PS e todos os órgãos de comunicação social a projectarem-no para o estrelato. Na televisão, abriu todos os telejornais e foi convidado de honra de todos os canais, apareceu nos jornais diários e semanários, deu entrevistas a rádios e até chegou a «artista» convidado em escolas e universidades.

A demagogia florentina de Almeida Santos e dos principais dirigentes do PS em se aproveitarem da demagogia simplória do Tino transformara-se numa bola de neve. Tino levou à letra os elogios e promessas de circunstância dos dirigentes do seu partido e cismou que o PS o iria indigitar para deputado. É claro que ninguém o fez. Bateu em vão a todas as portas, incluindo as dos que lhe alimentaram o sonho. Segundo ele, Almeida Santos respondeu-lhe que «estas coisas eram complicadas e difíceis», Narciso Miranda (ele próprio um exemplo de modesto funcionário público que ascendeu ao topo do PS) «enrolou-me com paleio e acabou por não dizer nada» e António Guterres, pura e simplesmente, nunca o recebeu, talvez com medo de levar um novo e esmagador abraço.

Agora, o Tino diz que «o PS é um partido de doutores e engenheiros e não do povo, como eu pensava que era», devolveu o cartão do partido «porque isto não é maneira de tratar um militante de base», afirma que, no PS, «fizeram de mim um preservativo, usaram-me e deitaram-me fora», garante que vai chegar a deputado «como independente» porque «o povo quer ver-me em S. Bento» e anuncia que já está a escrever um livro que se chamará *De um palanque a outro*.

De um palanque ao outro, o que o Vitorino de Rans ignorava é que a esquizofrenia do PS é muito mais grave que a sua, que ainda muda o nome para «Tino». A coberto do mesmo nome, o PS é o maior caso de dupla personalidade conhecido no país.

Nomeadamente quando se compara a sua retórica «socialista» com a sua prática capitalista.

■ Henrique Custódio

MaisCDU

Mais
respeito
pelas
pessoas

PCP-PEV



CDU com novos cartazes

No âmbito da pré-campanha para as eleições legislativas de 10 de Outubro e com vista a assegurar a presença durante o período estival da propaganda visual da CDU, começaram já a ser afixados dois «outdoors», de três por oito metros, com os lemas «Não deixe que eles ponham as mãos em tudo - Mais CDU» e «Mais respeito pelas pessoas - Mais CDU».

Uma maior divulgação destas mensagens pré-eleitorais será também assegurada pela edição de dois cartazes MUPI, cuja afixação urgente, em

sistema de repartição com o cartaz da Festa do Avante!, tem uma grande importância.

Com vista a facilitar a promoção de acções diversas de contacto com as populações, estará dentro de dias à disposição das organizações do Partido e das estruturas da CDU um folheto a cores intitulado «A CDU cumpriu», especialmente centrado na valorização da meritória acção desenvolvida nos últimos quatro anos pelos deputados do PCP e do Partido Ecologista «Os Verdes» e na divulgação dos cabeças de lista da CDU às próximas eleições.

Legislativas 99

Não deixe que eles ponham as mãos em tudo

MaisCDU

PCP-PEV



Hoje, no Hospital do Montijo Enfermeiros em greve

Os enfermeiros do Hospital do Montijo cumprem hoje um dia de greve em protesto pelas condições em que exercem a sua actividade. Em causa está, sobretudo, a enorme carência existente no pessoal de enfermagem, de que resulta uma sobrecarga de trabalho com inevitáveis reflexos na qualidade da prestação de cuidados de saúde. Dos 156 enfermeiros previstos no quadro de pessoal do Hospital, note-se, apenas 87 estão em exercício (e destes só 56 integram o quadro), ou seja, há um défice de 65 enfermeiros a que correspondem 2275 horas/semanais de cuidados de enfermagem.

Aprovada em plenário realizado no dia 15 de Julho, a greve de hoje visa ainda protestar contra a intransigência do Conselho de Administra-

ção que não dá sinais de abertura no sentido da adopção de medidas que possam minimizar as graves carências de pessoal.

Estes profissionais de saúde hoje em greve, de acordo com um comunicado do Sindicatos dos Enfermeiros Portugueses,

exigem igualmente o cumprimento da legislação em vigor, nomeadamente a que diz respeito à atribuição do Regime de Horário Acrescido, consagrada na Carreira de Enfermagem.

No texto por si aprovado em plenário, os enfermeiros

responsabilizam também o Conselho de Administração do Hospital do Montijo «pelos cuidados de enfermagem que, nas actuais condições, não conseguem prestar», bem como pelo aumento das «situações de riscos e penosidade» a que «estão sujeitos».

CGTP exige maior celeridade da Justiça

A Comissão Executiva da CGTP-Intersindical decidiu segunda-feira proceder a um levantamento das decisões a favor dos trabalhadores que os tribunais portugueses tomaram e não fizeram cumprir, como forma de alertar para a necessi-

dade de «uma reforma dos prazos da Justiça».

De acordo com Ulisses Garrido, «há que tornar mais céleres e curtos os prazos de aplicação da Justiça», o que não se verifica, «sobretudo quando estão em causa decisões a favor dos trabalhadores».

O levantamento que a CGTP pretende iniciar, e cujos resultados deverão ser divulgados em Setembro, surge na sequência da decisão do Tribunal de Trabalho de Famalicão relativamente à reintegração de 11 trabalhadoras da Filda, que a administração da fábrica não cumpriu.

Para a CGTP, o facto de o tribunal ter «destacado oficiais de justiça acompanhados por elementos da GNR para fazer cumprir a sua decisão», considerado «inédito», é um motivo de «regozijo». Da reunião da Comissão Executiva da CGTP resultou igualmente um alerta para a necessidade «de regulamentar a legislação» sobre segurança no trabalho, tendo a este propósito sido defendida «uma tolerância zero nos acidentes de trabalho», o que «significa pôr a fiscalização a funcionar».

Carreira docente Fenprof queixa-se ao Provedor de Justiça

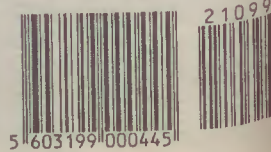
O inadmissível atraso do Governo em publicar legislação referente à carreira docente, que resultou de um acordo celebrado entre as estruturas sindicais e o Ministério da Educação em 1998, levou a Federação Nacional dos Professores a solicitar a intervenção do Provedor de Justiça no sentido da adopção de medidas urgentes que ponham em execução aquele acordo.

«Para além de um tremendo e profundo desrespeito pelos professores e educadores portugueses, o Governo, ao não

publicar os diplomas legais que darão corpo ao Acordo, arrogar-se no direito de se manter para além da legalidade», acusa a Fenprof, que sustenta a sua afirmação no facto de a lei da negociação da Administração Pública (Lei 23/98) obrigar à concretização dos acordos firmados através da publicação de legislação no prazo máximo de 180 dias.

Para além da «ilegalidade da situação» e da «imoralidade da atitude governativa», que con-

dena de modo veemente, o Secretariado Nacional da Fenprof afirma não fazerem qualquer sentido as justificações sobre «alegados atrasos» ou «burocracias inesperadas» avançadas pelo Ministério da Educação. A verdade é outra, denuncia: o Governo quer utilizar a concretização do Acordo «para retirar dividendos políticos, procurando que o pagamento dos retroactivos e a actualização dos vencimentos se faça poucos dias antes do acto eleitoral de Outubro próximo».



5 603199 000445

21099